

TANARA ZINGANO KUHN

PRINCÍPIOS DE ANÁLISE ENUNCIATIVA DE FATOS DE LÍNGUA

**PORTO ALEGRE
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS**

PRINCÍPIOS DE ANÁLISE ENUNCIATIVA DE FATOS DE LÍNGUA

**TANARA ZINGANO KUHN
ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR DO NASCIMENTO FLORES**

Dissertação de mestrado em Teorias do texto e do discurso, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2009**

« Qui a peur de la langue ? » et j'ai entendu que j'avais peur, en effet, de cette chose – comment la nommer ?- la plus familière et la plus étrange. Au risque de la naïveté, j'ai choisi l'émerveillement et de tâcher à le faire partager.

Claudine Normand

AGRADECIMENTOS

Ao Valdir do Nascimento Flores, não apenas por sua grande sabedoria e orientação primorosa, mas também pelo companheirismo que desenvolvemos ao longo desses anos de convivência; cuidado que transpassa o círculo acadêmico e que demonstra que teoria e amizade podem andar lado a lado.

À minha família, em especial aos meus pais Elisabeth e Egídio, pelo amor, carinho e apoio incondicionais, mesmo que à distância, e à minha irmã Ananda, pela amizade tão importante na minha vida.

Aos colegas enunciativos João Fernando Trois, Fabiana Oliveira, Jefferson Cardoso, Elisabete Vieira, Paula Avilan Nunes, Fábio Aresi, Carmem Luci da Costa Silva, Maria José Bocony Finatto, Thaís Weigert, Silvana Silva e Magali Edruweit, por me incitarem a sempre buscar mais através de seus questionamentos. Em especial, à Lia Cremonese, pela preciosa ajuda técnica, e à colega e amiga Luiza Milano Surreaux, pelo privilegiado espaço de interlocução e pelo incentivo constante.

Ao Daniel Costa da Silva, pela ajuda com a tradução das citações em francês – *merci!*

Ao prof. Dr. José Cláudio Del Pino, pelas ótimas conversas sobre o ensino e a academia; exemplo de professor a ser seguido.

À prof. Dra. Margarete Schlatter, por oportunizar a expansão do meu conhecimento a áreas as quais me interessam muito, e pela confiança em mim depositada.

À Mercês Sant'Anna, cuja escuta me auxiliou no movimento de inscrição no trinitário.

À Melissa Kühn Fornari, amiga querida cujo afeto supera qualquer distância, fazendo-se presente diariamente.

Ao amigo Ramiro Simões Lopes, por dividir angústias e alegrias de uma maneira absolutamente especial. Agradeço também a ajuda pelo envio *transcontinental* de bibliografia, a qual me ajudou muito na dissertação.

Aos amigos Bruno Moura e Rodrigo Pecci, pessoas sensíveis que me auxiliaram em momentos bastante importantes.

Em especial, à minha colega e amiga Letícia Soares Bortolini, que além de compartilhar esse difícil momento de escritura da dissertação, me apoiou e me deu forças para que eu conseguisse seguir adiante.

À CAPES, pelo auxílio financeiro fundamental para a realização desse mestrado.

Enfim, a todos familiares, amigos, professores e colegas que, de alguma forma, estiveram presentes nessa importante fase da minha vida.

RESUMO

Esta dissertação tem como propósito elaborar princípios de análise enunciativa de fatos de língua. Esta temática surge da constatação de haver pouca discussão acerca de aspectos metodológicos que digam respeito à análise enunciativa. Para tanto, recorre-se à reflexão de Dufour (2000) sobre as formas de pensamento binário e trinitário. A elaboração de princípios de análise enunciativa de fatos de língua surge da demanda de que se explicitem diferentes olhares sobre a obra benvenistiana. Nesse sentido, procura-se apresentar o que aqui é proposto como um fazer lingüístico trinitário, caracterizado por uma abertura à exterioridade, aqui circunscrita à psicanálise lacaniana, cujos efeitos se deixam ver em todas as instâncias colocadas em jogo pelo fazer lingüístico: o lingüista, os fatos de língua e a teoria benvenistiana. Quanto a esta última, convocam-se os deslocamentos operados por Claudine Normand, além daqueles de, no cenário da reflexão no Brasil, Valdir Flores e Carmem Luci Silva, que explicitam em que medida Benveniste é aberto a exterioridades e elaboram reflexões fundamentais para a discussão acerca da análise. Por fim, conclui-se que os princípios de análise enunciativa de fatos de língua derivam deste fazer lingüístico trinitário e permitem a contemplação da maneira pela qual o sujeito se marca naquilo que diz numa configuração (*eu-tu/ele*)-*ELE*/aqui/agora singular.

Palavras-chave: Análise Enunciativa; Enunciação; Fatos de língua.

RÉSUMÉ

Cette dissertation a pour propos d'élaborer des principes d'analyse énonciative de faits de langue. Cette thématique découle de la constatation qu'il y a peu de discussion sur des aspects méthodologiques concernant l'analyse énonciative. Pour autant, on fait appel à la réflexion de Dufour (2000), sur les formes de rationalité binaire et trinitaire. L'élaboration de principes d'analyse énonciative de faits de langue vient de la nécessité d'explicitier des différents regards sur l'œuvre de Émile Benveniste. Dans ce sens, on cherche à présenter ce qui ici est proposé comme un mode de faire linguistique trinitaire, caractérisé par une ouverture à exteriorité qui est ici circonscrite à la psychanalyse lacanienne, dont les effets se laissent voir dans toutes les instances mises en jeu par ce mode de faire linguistique : le linguiste, les faits de langue et la théorie benvenistienne. Quant à cette dernière, on prend des déplacements opérés par Claudine Normand et, dans le scénario de réflexion au Brésil, par Valdir Flores et Carmem Luci Silva, qui explicitent dans quelle mesure Benveniste est ouvert à des exteriorités, et qui élaborent des réflexions fondamentales pour la discussion sur l'analyse. Finalement, on conclut que les principes d'analyse énonciative de faits de langue dérivent de ce mode de faire linguistique trinitaire et permettent la contemplation de la manière par laquelle le sujet se marque dans ce qu'il dit, dans une configuration (je-tu/il)–IL/ici/maintenant singulière.

Mots-clés : Analyse Énonciative ; Énonciation ; Faits de langue.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1 BASES EPISTEMOLÓGICAS PARA ELABORAÇÃO DE PRINCÍPIOS DE ANÁLISE ENUNCIATIVA DE FATOS DE LÍNGUA	13
1.1 SOBRE AS NOÇÕES DE BINARIEDADE E TRINDADE DE DANY-ROBERT DUFOUR	15
1.1.1 As formas de pensamento binário e trinitário	16
1.1.2 As formas de pensamento binário e trinitário e sua relação com o estruturalismo	18
1.2 IMPLICAÇÕES DAS FORMAS DE PENSAMENTO BINÁRIO E TRINITÁRIO NA LEITURA DA OBRA BENVENISTIANA	22
1.2.1 A leitura binária da obra de Benveniste	26
1.2.2 A leitura trinitária da obra de Benveniste	32
2 POR UM FAZER LINGÜÍSTICO TRINITÁRIO	38
2.1 PROBLEMATIZAÇÃO DOS TERMOS IMPLICADOS PELA PALAVRA <i>ANÁLISE</i>	41
2.1.1 Do analista	43
2.1.2 Do objeto de análise	48
2.1.2.1 <u>Da língua</u>	48
2.1.2.1.1 O real da língua segundo Milner.....	49
2.1.2.1.2 Saussure e a falta como inerente à língua	51
2.1.2.2 <u>Dos fatos de língua</u>	57
2.2 PROBLEMATIZAÇÃO DOS TERMOS IMPLICADOS PELA PALAVRA <i>ENUNCIATIVA</i>	61

2.2.1 Revisão de conceitos benvenistianos	43
2.2.1.1 <u>Apresentação dos conceitos</u>	63
2.2.2 Deslocamentos da teoria benvenistiana	79
2.2.2.1 <u>Claudine Normand e a <i>linguistique douce</i></u>	79
2.2.2.2 <u>O sujeito da enunciação</u>	85
2.2.2.3 <u>O dispositivo trinitário</u>	93
3. PRINCÍPIOS DE ANÁLISE ENUNCIATIVA DE FATOS DE LÍNGUA	98
4. ANÁLISE	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nossa trajetória como pesquisadora da área da enunciação teve seu início com a fundação do grupo de pesquisa¹ coordenado pelo Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores, junto ao Instituto de Letras da UFRGS, que, primeiramente, desenvolveu o projeto *Linguística e o sintoma de linguagem: a instância da falha na fala*. Nessa época, ainda na graduação, nossa tarefa consistia em fazer pesquisa bibliográfica referente aos trabalhos de Roman Jakobson acerca da afasia². Paralelamente, interessava-nos refletir sobre a teoria enunciativa de Émile Benveniste e sua contribuição para os estudos da fala sintomática³. Nesse primeiro momento da pesquisa, portanto, tratava-se de embasar, teoricamente, a proposta interdisciplinar que caracteriza o grupo. Ao longo dessas reflexões, alguns trabalhos de análise começaram a ser desenvolvidos, e a questão metodológica se impôs. Isso se refletiu na elaboração de nosso segundo projeto, ainda em vigor, intitulado *Enunciação e distúrbios de linguagem: sobre os níveis de análise da fala sintomática*. Essa breve contextualização justifica, em linhas gerais, a origem das inquietações que nos levaram a produzir esta dissertação: ela decorre *diretamente* de questões que envolvem o grupo, ainda que não se restrinja ao tema dos distúrbios de linguagem. Expliquemo-nos.

“A lingüística interessa-se pela linguagem em todos os seus aspectos – pela linguagem em ato, pela linguagem em evolução, pela linguagem em estado nascente, pela linguagem em dissolução” (Jakobson, 1969:34). Essa afirmação do lingüista russo nos serviu, enquanto grupo,

¹ Este grupo é formado por lingüistas, fonoaudiólogos e psicanalistas e busca estudar os distúrbios de linguagem desde um interrogante comum às diferentes disciplinas: o sintoma de linguagem. O projeto tem financiamento do CNPq (PQ-CNPQ 307918).

² Resulta desse trabalho o livro *Introdução aos estudos de Roman Jakobson sobre afasia* de Valdir do Nascimento Flores, Luiza Milano Surreaux e Tanara Zingano Kuhn. Publicado pela ed. da UFRGS, 2008.

³ Como produto desse outro momento da pesquisa, por exemplo, ver o texto *Enunciação e sintoma de linguagem: um estudo sobre as relações metafóricas e metonímicas*. De Valdir do Nascimento Flores, Luiza Milano Surreaux e Tanara Zingano Kuhn. In: *Calidoscópio*. Vol. 03, nº 2, mai/ago, 2005.

como justificativa para reivindicar o lugar da fala sintomática na configuração epistemológica da lingüística. Isto é, partimos do geral de uma disciplina para um interesse específico dela.

Porém, o movimento de reflexão que inspirou esta dissertação é exatamente oposto ao da constituição dos projetos acima mencionados; das questões referentes à análise da fala sintomática – específico – surgiram inquietações referentes à análise de fatos de língua em geral, não importando qual aspecto.

Sejamos pontuais: algumas vezes, em discussões acerca da teoria de Émile Benveniste, nosso ponto de vista, ilustrado através de apresentações de análises feitas pelo grupo, foi alvo de discussão. Colegas, com conhecimento sobre a teoria benvenistiana, argumentavam que o que defendíamos não era *propriamente* “Benveniste”. Surgiu daí uma série de questões:

1. O que é *propriamente* a teoria de Benveniste?
2. O que sustenta a possibilidade de se considerar uma e não outra como sendo a leitura *própria* de Benveniste?
3. O que há de diferente em nossas análises⁴ se comparadas com outras análises que dizem mobilizar o referencial benvenistiano?
4. O que sustenta a leitura que fazemos da teoria benvenistiana?

É nesse sentido que esta dissertação surgiu de questões referentes ao grupo, mas não se resume ao tema específico nele abordado. Tais indagações nos fizeram retornar ao ponto de vista teórico que sustenta a análise, e é por esse viés que este trabalho se constitui. Em outras palavras, para fundamentar a elaboração de princípios de análise enunciativa de fatos de língua, é preciso evidenciar o lugar epistemológico desde o qual enunciamos, que, adiantamos, se distingue daquele que afirma a idéia de uma interpretação única do que se conhece, normalmente, como sendo a teoria de Benveniste.

Vejamos, então, como proceder. A tentativa de fornecer respostas às questões acima nos ajuda a demonstrar nossa posição teórica. Assim, quanto às questões 1 e 2, elaboramos as seguintes hipóteses:

⁴ Evidentemente, não se está a questionar, aqui, a manifestação languageira em questão. Nesse sentido, é patente que nossa análise se distingue das demais porque trabalha com dados de fala sintomática. A questão se refere ao ponto de vista que sustenta a análise, e não ao seu objeto.

- a. Há uma forma de pensamento que dita os critérios para a definição do que é, ou não, *propriamente* uma teoria lingüística e tais critérios são os balizadores do que se considera ser *propriamente* a teoria enunciativa de Benveniste;
- b. Essa *forma de pensamento* pode ser epistemologicamente analisada tomando-se por base o que Dany-Robert Dufour (2000) propõe acerca do que considera ser uma perspectiva binária do fazer científico;

Para responder às questões 3 e 4, traçamos a hipótese abaixo:

- c. Se é verdade que há uma *forma de pensamento*, a binária, que permite apreender a teoria benvenistiana como sendo da ordem do que se considera *propriamente* a ciência lingüística, não é menos verdade que a mesma teoria pode ser avaliada segundo parâmetros de uma outra forma de pensamento, a trinitária;

Deste modo, podemos dizer que há dois grandes objetivos a serem atingidos nesta dissertação, sendo o primeiro condição para o segundo:

1. Apresentar as formas de pensamento binário e trinitário de forma a justificar nossa posição epistemológica como inscrita na ordem da trindade;
2. Elaborar princípios de análise enunciativa de fatos de língua à luz da forma de pensamento chamada por Dufour de trinitário.

A dissertação será dividida conforme os objetivos. Assim, o capítulo 1, intitulado *Bases epistemológicas para a elaboração de princípios de análise enunciativa de fatos de língua*, é composto por duas seções. A primeira apresentará as noções de binariedade e trindade de Dufour e estas em relação ao estruturalismo, movimento sobre o qual Benveniste teve grande influência e a partir do qual foi lido pelos lingüistas do campo da enunciação. A segunda visa a propor um deslocamento na reflexão de Dufour de modo a verificar como essa concorrência de duas formas de organização da razão incide sobre a leitura que se faz da obra benvenistiana.

O segundo capítulo – *Por um fazer lingüístico trinitário* – parte da possibilidade de uma leitura trinitária da obra de Benveniste para propor deslocamentos que incidam sobre o que aqui chamamos de *fazer lingüístico trinitário*, o qual se inscreve numa outra perspectiva de cientificidade, distinta daquela ditada pelo pensamento binário. Seu desenvolvimento é base para a

elaboração de princípios de análise enunciativa de fatos de língua. Para tanto, explicitaremos as instâncias colocadas em jogo pelo sintagma *análise enunciativa*, quais sejam, os termos implicados pela palavra *análise* (2.1): quem faz a análise, “o analista” e o objeto de análise, “os fatos de língua”; e aqueles implicados em *enunciativa* (2.2): a teoria enunciativa benvenistiana, a partir da retomada de seus conceitos importantes para a proposição dos princípios de análise, bem como deslocamentos de sua teoria realizados por grandes autores do campo da enunciação, os quais se inscrevem, ainda que não nomeadamente, no modo de pensamento trinitário. O capítulo 3, tendo em vista toda a problematização feita até então, se ocupará da proposição dos princípios de análise enunciativa de fatos de língua. Por fim, no capítulo 4, apresentaremos uma análise de fatos de língua, pautando-nos nos princípios acima apresentados.

Esperamos que, percurso percorrido, nossos objetivos tenham sido atingidos. Desejamos, também, que a reflexão aqui desenvolvida – ainda que não exaustiva, evidentemente - possa voltar ao grupo de pesquisa, de forma a contribuir para nosso trabalho atual, além de servir como fomento a discussões a todos aqueles que se interessem por enunciação.

CAPÍTULO 1

BASES EPISTEMOLÓGICAS PARA ELABORAÇÃO DE PRINCÍPIOS DE ANÁLISE ENUNCIATIVA DE FATOS DE LÍNGUA

Nosso propósito, nesta primeira parte, é fundamentar, teoricamente, a elaboração de princípios de análise enunciativa de fatos de língua⁵. Para tanto, nos pautaremos na perspectiva epistemológica, no sentido apresentado por Jean-Claude Milner como “ordenação, classificação e distinção de conceitos” (1987: 41).

O raciocínio se inicia com a constatação de que há duas formas de pensamento – o binário e o trinitário (Dufour, 2000) – que estruturam o saber no mundo Ocidental há milênios, de maneira alternada e não pacífica. O momento presente está sob a égide da binariedade. Como diz Dufour, “a binariedade (...) incontestavelmente, estrutura o saber deste século” (*op.cit.*p.21); sendo assim, “hoje, a trindade se vê totalmente enclausurada, interdita, no coração mesmo da binariedade” (*ibidem*). O filósofo francês⁶ nos informa da luta que resulta entre binário e trinitário: “[luta] tão determinante na história da cultura, tão presente no mal-estar atual de nossa civilização, tão prenhe de conseqüências” (p.11). Binariedade e trindade, em sua constante batalha pelo domínio da organização simbólica atual, serão o tema abordado em 1.1.1.

Em 1.1.2 veremos o que desse embate retorna ao campo da lingüística. Dufour nos diz que o estruturalismo, que “representa a realização da idéia do século, a idéia *binária*, no campo do

⁵ Esclareceremos nosso ponto de vista acerca de *fatos de língua* em 2.1.2.2.

⁶ Dufour, em *Le bégaiement des maîtres: Lacan, Benveniste, Lévi-Strauss* (1987) dedica-se a estudar o que denomina de forma unária de pensamento (cf. adiante). Em *Os mistérios da trindade* (2000), livro de maior interesse para nossos propósitos aqui, Dufour estuda o que denomina de formas binárias e trinitárias do pensamento Ocidental. Em *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*, originalmente publicado em 2003, Dufour, mesmo que de leve, volta a falar dessas três formas, embora agora situando-as em relação às novas formas de simbolização, atreladas que são ao estado do capitalismo. Neste trabalho, priorizaremos os estudos de *Os mistérios da trindade*, mesmo que, em alguns momentos, possamos fazer referências aos demais trabalhos do autor.

Homem” (p.28), guarda em si uma posição paradoxal: ao mesmo tempo em que é a expressão do binarismo por excelência, deixa ver que a trindade Ihe é constituinte. Isso porque seus axiomas fundantes, que sustentam a funcionalidade de seu operador binário, “encerram restos de linguagem, fragmentos ininteligíveis no quadro da binariedade (...) [eles ocultam] enunciados de natureza unária⁷ e trinitária” (p.35).

Concluiremos, a partir da seção 1.1, que a trindade – revelada a partir do coração mesmo do binarismo – tem um lugar de supremacia incontestável, porque ela “está inscrita em nossa condição de ser falante” (p.17): a trindade é imanente à língua.

Dufour desenvolve esse raciocínio a partir de uma leitura muito singular da teoria enunciativa de Benveniste que, facilmente, passaria por *inapropriada* se avaliada fosse dentro de parâmetros lingüísticos *stricto sensu*. Assim como procede Normand (2001c)⁸, o filósofo também considera que há, em Benveniste, bem mais do que ele próprio percebia.

A reflexão desenvolvida por Dufour encontra sustentação na teoria da enunciação benvenistiana. Nesse sentido, é de se esperar que a elaboração da seção 1.2.2 – *Leitura trinitária de Benveniste* – possa parecer à primeira vista paradoxal relativamente à proposta da seção 1.2.1 – *Leitura binária de Benveniste*. No entanto, acreditamos poder resolver este paradoxo: defendemos que a diferença entre teoria – *axioma* - e prática – *operador* - é a chave para essa questão.

O axioma trinitário é, sem dúvida, o que sustenta a teoria enunciativa benvenistiana. Contudo, nos parece que as análises apresentadas por Benveniste nos artigos presentes nos dois tomos de *Problemas de lingüística geral* podem receber uma leitura conforme o pensamento binário. Prova disso é que boa parte das análises enunciativas realizadas por tantos outros seguidores de Benveniste não se baseia num operador trinitário, e sim, num operador binário.

⁷ Dufour, em seu livro *Le bégaiement des maîtres* (1987), indica que parte dos axiomas fundadores do estruturalismo não é *binária*, mas *unária* (Dufour, 2000: 35). Não abordaremos essa problematização no presente trabalho.

⁸ Diz Claudine Normand em texto de abertura ao Colóquio *Linguistique et Psychanalyse*: “le sujet de l’énonciation, loin de se limiter à une catégorie d’unités linguistiques dont le rôle et la place seraient bien cernés (les fameux shifters) peut se manifester et multiplier les significations n’importe où, là où on l’attendrait le moins ; ce que pressentait, je crois, Benveniste quand il distinguait **le sémantique** du **sémiotique**, mais sans accepter toutes les conséquences de cette inquiétante découverte.” (Normand, 2001c, p. 29) [grifos da autora ; grifo nosso] (“O sujeito da enunciação, longe de se limitar a uma categoria de unidades lingüísticas da qual o papel e o lugar seriam bem demarcados (os famosos *shifters*), pode se manifestar e multiplicar as significações em qualquer lugar, lá onde menos se espera; o que pressentia, creio eu, Benveniste quando distinguia **o semântico** do **semiótico**, mas sem aceitar todas as conseqüências dessa inquietante descoberta.”).

É a referência a essa leitura que sustentará a apresentação de nossa interpretação binária de Benveniste, leitura essa corrente, nos parece, entre a comunidade acadêmica, e que corrobora a hipótese 1, levantada nas considerações iniciais (cf. supra), de que *há uma forma de pensamento que dita os critérios para a definição do que é ou não é propriamente “Benveniste”*. Seriam *propriamente* Benveniste aquelas análises que operassem com o binário.

A leitura trinitária, abordada em 1.2.2, se baseará, portanto, na constatação de que a teoria benvenistiana convoca um operador trinitário para suas análises. Ainda que o próprio autor não o faça de forma ruidosa em seus textos, nossa hipótese – bastante embrionária, mas não o suficiente para que a silencemos – é que ele deixa ver essa posição em vários momentos de seu percurso teórico. Exemplo disso é seu projeto da metassemântica (*Semiologia da língua*, 1969), que seria uma semiologia de segunda geração por ultrapassar o signo saussuriano de duas formas – através da análise intralingüística e translingüística. Esta requer, a nosso ver, que a análise seja feita desde um lugar que não aquele delimitado pela binariedade.

O caminho percorrido até aqui deverá embasar epistemologicamente a elaboração dos princípios de análise enunciativa de fatos de língua.

1.1 SOBRE AS NOÇÕES DE BINARIEDADE E TRINDADE DE DANY-ROBERT DUFOUR

O homem trinitário está em vias de desaparecer (Dufour: 2000, 9). É no intuito não apenas de refletir sobre tal, mas de evitar que isso aconteça e de lutar pelo seu retorno à nossa sociedade atual que Dany-Robert Dufour escreve seu livro *Os mistérios da trindade* (2000). Objetivos, modestamente, compartilhados por nós nesta dissertação, resguardando a especificidade de nossa área: trata-se de reivindicar que, desde a lingüística, o pensamento trinitário retome seu lugar ao sol. A elaboração de princípios de análise enunciativa de fatos de língua à luz da trindade encontra subsídios na própria reflexão do filósofo: “[a trindade é] identificável como forma filosófica, lógica, lingüística, clínica... Existe um *pensamento trinitário* que conheceu múltiplas atualizações” (p.9)

Se a trindade está ameaçada, é porque a binariedade é reconhecida, hoje em dia, como a forma de pensamento de maior legitimidade cujo prestígio científico se estende a inúmeras áreas do conhecimento. Apresentar estas duas noções na sua luta é o propósito da nossa primeira seção neste capítulo. Retomaremos a reflexão de Dufour de modo a demonstrar que, nesse embate, a trindade

pode recobrir seu fôlego. Isso porque ela reside em algo presente em todo ser falante: na língua natural.

Em seguida, na seção dois deste capítulo, revisitaremos sua reflexão sobre o estruturalismo em relação a essas duas formas de pensamento. Exploraremos em que medida este movimento se assujeitou à ordem do Dois, e revelaremos o paradoxo em que se encontra a trindade uma vez que ela está, ao mesmo tempo, ausente e presente no estruturalismo. Mostraremos que a trindade, no campo do Homem, também tem seu lugar restituído pelo fato mesmo de ser imanente ao uso da linguagem.

Essas considerações nos permitirão fundamentar a proposição de duas leituras da obra benvenistiana, conforme o pensamento – binário ou trinitário – que as sustentam. Isto será tema do capítulo seguinte.

1.1.1 As formas de pensamento binário e trinitário

Dufour defende que há duas formas de simbolização estruturantes do pensamento ocidental: a binária e a trinitária. Estas formas, entretanto, não encontram ali o mesmo *status*; há uma luta de prestígio constante entre elas. Da primeira decorrem as grandes categorias da razão que conhecemos: a dialética, o dualismo, o cálculo binário. Estas categorias embasam o fazer técnico-científico característico deste século e é nesse sentido que se concebe o homem atual como binário. A supremacia desta forma de pensamento causa a ilusão de que essa batalha milenar tem um vencedor, relegando à antiguidade a forma trinitária. Contudo, e é esse o objetivo do filósofo em seu livro *Os Mistérios da trindade* (2000), “é tempo, hoje, de devolver a *trindade* à ordem das coisas, ao bem comum” (p.21). O que sustenta esta possibilidade é o fato de que a trindade se encontra alojada na língua mesma; “como sujeitos falantes, somos sujeitos do trinitário” (p.16).

Em que reflete o pensamento binário? “Nosso mundo passou ao controle da ordem do Dois” (p.24). O fazer científico está pautado na binariedade: a física moderna se baseia no cálculo binário; o código genético se estrutura numa forma binária; a inteligência artificial surgiu de jogos cibernéticos binários; nossas produções discursivas se vêem organizadas de modo inteligível a partir da introdução de operadores binários (*cru/cozido, significante/significado...*). O que ainda está por ser controlado, tudo que é desconhecido no que se refere a esses setores, não se enuncia como um mistério, e sim como incertezas em jogos de estratégia: “todos os enigmas mais cruciais são agora

enunciados (...) nessa forma radical do pensamento do *Dois*” (p.24). Basta a determinação de um algoritmo que venha a organizar esse desconhecimento, que aponte as variáveis em jogo, que permita antecipar as conseqüências das jogadas. O homem se tornou binário.

Se *binário* diz respeito à organização da razão através de operadores calcados na ordem do *Dois*, o que podemos entender por *trinitário*? Retomemos as palavras do autor:

Por *trinitário*, entendo uma definição da palavra, do Verbo, implicando *um* conjunto de *três termos*, *irreduzível* às relações habituais de dois termos utilizadas pela razão para abrir seus caminhos: sob qualquer luz que se a examine, num momento ou noutro, a palavra revela possuir a propriedade “três em um”, ou a propriedade “trina” (p.16).

Essa propriedade trina – ou trindade – está na língua na exata medida em que ela é o lugar de conversação: “*eu*” diz a “*tu*” histórias que “*eu*” obtém d’“*ele*”. Esses três termos – eu, tu, ele - encontram-se no centro de nossa realização mais imediata como ser falante (p.16).

Como, então, cumprir seu objetivo, isto é, evidenciar a permanência da trindade no nosso pensamento atual? Para isso, Dufour segue o seguinte raciocínio: a forma trinitária sobejamente reconhecida é o cristianismo, uma vez que este encena a condição humana exatamente a partir da coisa trinitária; contudo, se se destituir a forma cristã do lugar de representante da totalidade da trindade, outras formas aparecerão. Essas formas guardam uma relação de parentesco entre elas na justa medida em que todas são ocorrências da trindade natural da língua: “todas (...) põem em jogo uma definição da fala que implica a propriedade “três em um” (p.19). Se o que se identifica, assim, é que há uma relação entre essas formas, então o que está em causa são premissas de uma genealogia da trindade. Ao formulá-las, o autor consegue alcançar seu propósito: “revelar nada mais que a importância capital dessa forma na cultura, já que é *no e pelo trinitário* que os homens se formam como sujeitos falantes e formam sociedades” (p.19).

A elaboração dessas premissas está na dependência da atribuição de seus elementos à eterna luta de prestígio entre binariedade e trindade. Não é possível referi-los apenas à trindade porque esta não se encontra em outro lugar que não recalcada no interior mesmo da binariedade. Como nos diz Dufour, “é do coração da *binariedade* onde ela está enquistada que vou retomá-la, para relaná-la como nova categoria de pensamento, permitindo-nos compreender a história passada à luz da atual” (p.21).

Em poucas palavras, podemos dizer que o objetivo de Dufour é traçar essa genealogia da trindade a fim de restaurar a unidade do pensamento trinitário; o respaldo necessário ele encontra na constatação de que a trindade está inscrita em nossa condição de falante; e a justificativa para tal empreitada diz respeito, de um lado, à possibilidade que a luta entre binariedade e trindade proporciona em termos de novos efeitos de sentido na compreensão da história ocidental; de outro, ao fato de que “o triunfo da *binariedade* tem implicações consideráveis: o mal-estar específico de nosso século, o mal-estar atual dos homens e da civilização” (p.23), portanto, relançar a trindade à pauta permitiria a reconsideração dessas conseqüências.

Não é nosso interesse, neste trabalho, resgatar a trajetória feita por Dufour de modo a delinear a genealogia da trindade. Por ora, resguardamo-nos ao que desse empreendimento nos diz respeito: importa-nos observar em que medida o estruturalismo, como expoente máximo, durante muito tempo, do pensamento binário no campo do homem, em geral, e da lingüística, em particular⁹, reflete esse embate entre binariedade e trindade e que conseqüências isso traz para a reflexão acerca dos estudos da linguagem. Isto será apresentado na seção a seguir.

1.1.2 As formas de pensamento binário e trinitário e sua relação com o estruturalismo

Não foi apenas o campo das ciências da natureza ou das ciências exatas que foi afetado pela binarização; as ciências humanas também sofreram o impacto desta forma de pensamento. Num primeiro momento, esse assujeitamento ao binário se deu via relações de causalidade – o pavlovismo, o behaviorismo são exemplos. Atualmente, o estruturalismo é o grande avatar do *Dois*. Dufour afirma que esse movimento buscou, de forma radical, “tornar inteligível os campos mais obscuros e profundos do Homem” (p.27) e é exatamente por isso que ele foi eleito para balizar a análise da relação entre a ordem do Dois e do Três no campo do Homem.

Se o modo binário que operava na primeira forma de binarização nas ciências humanas dizia respeito a *relações causais*, com o advento do estruturalismo, o modo binário passou a se traduzir através de *relações diferenciais*, cada uma exprimível por um algoritmo (inspirado na

⁹ Dosse (1993), em *História do estruturalismo* (cf. biblio), considera que não há Estruturalismo, mas Estruturalismos, no plural. No entanto, mesmo que se fale em diferentes tipos de estruturalismos, em diferentes esferas do conhecimento, Dosse afirma que, para além das “diferenças, pode-se identificar uma comunidade de linguagem e de objetivos que dá, por vezes, a impressão de se ler o mesmo livro apesar das variações de estilo e de disciplina que separam um Barthes, um Foucault, um Derrida, um Lacan... O estruturalismo terá sido a *koïnè* de toda uma geração intelectual, mesmo que não exista solidariedade de doutrina e menos ainda de escola ou de combate entre seus diversos representantes.” (p. 17). É nesse sentido que falamos aqui em um *estruturalismo lingüístico*, embora reconheçamos que Dufour estende seu raciocínio para todas as formas de estruturalismo que vigoraram no século XX.

relação “significante/significado” apresentado no *Curso de Linguística Geral* de Saussure). Daí que não apenas as ciências humanas e sociais se inspiraram nessa fórmula, mas também a informática, a genética, entre outras ciências, através dela ganharam corpo. Isto revela que o operador binário foi de grande valia para a ordenação das coisas do mundo, porque “submetido ao operador binário, o objeto – qualquer que ele fosse – tornava-se *linguagem*” (p.29), ou seja, tornava-se inteligível.

Dufour retoma o artigo de Gilles Deleuze intitulado “Como se reconhece o estruturalismo?” para embasar sua constatação de que a trindade se encontra no próprio seio da binariedade, paradoxalmente estruturando-a. Vejamos como o autor constrói seu raciocínio.

Para Deleuze, há seis critérios - cinco critérios, mais um, na verdade - que devem ser satisfeitos para que se reconheça o estruturalismo. Os cinco primeiros¹⁰ são regidos pelo operador binário, já o sexto – o “mais um” – intitulado por este autor de “casa vazia”, se distingue radicalmente dos outros na justa medida em que ele não pertence à ordem binária. Se a casa vazia “corresponde àquilo que não se inscreve no quadro da binariedade” (p.31), como ela pode servir de critério para definir o estruturalismo? Em que esse movimento paradoxal implica?

Tenhamos em mente o que quer dizer a oposição entre os cinco primeiros critérios e o sexto: os primeiros afirmam que “nenhum exercício de pensamento é possível sem a *binariedade*”, já o sexto critério significa que “o primeiro objeto das ciências humanas, o “homem”, escapa a toda definição *binária*.” (p.32). Assim, essa oposição deixa ver o paradoxo inerente à constituição mesma do estruturalismo, isto é, “[há] uma *dupla cena* do estruturalismo: este foi radicalmente *binário* por um lado, mas, por outro, do lado opaco da casa vazia, foi, sem saber, profundamente *antibinário*” (p.31).

Daí que Dufour concebe a trindade como um saber revelado, porque, tendo se criado em silêncio no interior da binariedade, este saber aparece aos homens à sua revelia. Nesse sentido, o autor afirma que a “casa vazia” está, na realidade, cheia. Nela, encontra-se aquilo que o

¹⁰ Retomamos a passagem do texto de Dufour em que ele recorda os cinco critérios: “1) o *simbólico* (como *sistema terceiro*, irreduzível à ordem do real e à do imaginário); 2) o critério local ou de *posição* (o sentido procede de um lugar em um sistema); 3) o critério do *diferencial* e do singular (cada elemento da estrutura é determinado pela relação diferencial que mantém com os demais); 4) o critério do *diferenciador* e da *diferenciação* (a estrutura é inconsciente, o sistema virtual se diferencia quando se atualizam certas relações diferenciais); 5) o critério da *série* (os elementos binários se organizam em série e podem se deslocar de uma série para outra – metáfora – ou no interior da série – metonímia.)” (p.30, nota).

estruturalismo precisou excluir para se constituir como ciência do binário: o recalcado se apresenta sob a forma de enunciados unários e trinitários.

A possibilidade de tal constatação, isto é, de apontar o que se encontra na “casa vazia”, decorre do confronto do operador colocado em jogo pelos cinco primeiros critérios com aquele do sexto critério. Antes de tudo, porém, é indispensável precisar algumas definições (cf. Dufour, 2000: 34):

Operador: é, num modo de pensamento, o dispositivo que contém um processo de decisão. É um instrumento. Refere-se à metalinguagem a ser construída.

Axiomas: fornecem a matéria-prima para o operador. São proposições de base (geralmente simples e pouco numerosas) que se referem ao objeto e que não requerem ser demonstradas.

Sabe-se que os cinco primeiros critérios possuem um operador binário, o qual se traduz na figura da estrutura: “se a relação diferencial é positiva, então...”, por exemplo (*op.cit*). Uma vez que o exercício de pensamento, segundo determinada forma, se dá pela ação do operador sobre o ou os axiomas, conclui-se que o sexto critério tem a ver justamente com o axioma. Assim, de modo a investigar a “casa vazia”, “trata-se agora, portanto, de saber que tipos de axiomas foram requeridos para que funcionasse o operador binário” (p.35). Em outras palavras, é necessário analisar que formulação o estruturalismo fez em relação à língua natural de modo a manter um discurso de ciência sobre ela.

Como afirmado mais acima, Dufour se dá conta de que o estruturalismo tem parte de seus axiomas fundantes inscritos no modo de pensamento unário e trinitário. Não nos ocuparemos, neste trabalho, da apresentação dos axiomas unários. Ressaltaremos, apenas, que a gagueira característica do pensamento unário¹¹, traduzida, para dar um exemplo referente ao setor que nos tange, na forma “eu é quem diz eu”, por se constituir em uma *dobra*, exclui toda possibilidade de *explicação* e a substitui por *implicação*. De modo a nos “salvar” da ausência de significação própria

¹¹ A forma unária responsável pela constituição do estruturalismo foi apresentada por Dufour no seu livro *Le Bégaiment des Maîtres* (1987). O enunciado unário, para o autor, se dá a escutar como uma espécie de gagueira, pois o predicado da frase retoma o sujeito. Assim, por exemplo, a definição de Benveniste: “eu” é quem diz “eu”. O que o filósofo destaca, com essa constatação, é que o estruturalismo tem, como transversal aos diferentes campos que lhe pertencem, a noção de *dobra* operando. Isto é, há uma *implicação* (de *plicare*, dobrar) entre esses campos, que permite reuni-los todos sob a marca de estruturalismo, sem, contudo, fazer uma articulação entre eles. Para mais detalhes, recomendamos a leitura de seu livro.

da ordem unária, entram em tela os axiomas trinitários. Constatada a coexistência do unário e trinitário na “caixa vazia”, passemos a discussão do trinitário.

Dufour constata que três grandes setores das ciências humanas, quais sejam, a lingüística da enunciação, a análise do relato e a psicanálise, que exprimem os principais estados da língua – a enunciação, o inconsciente e o relato - têm em comum o fato de se apoiarem sobre axiomas trinitários. Que cada um se apresente conforme a especificidade da área que sustenta, isso é patente. O propósito do filósofo francês concerne exatamente àquilo que faz com que todos possam se inscrever no campo do estruturalismo, isto é, sua busca é por um superaxioma. Ele nos ensina, então, que este superaxioma não é nada novo, pelo contrário, ele é aquilo que, por sermos falantes, não percebemos: a língua natural, língua na medida em que é falada (p.53).

Quer dizer, é através dos termos “eu, tu e ele” que constituímos nosso espaço simbólico, pessoal e social. Eles estão *a priori*, são nossa condição de fala. Não é preciso que os demonstremos, eles estão sempre lá. É por isso que Dufour os coloca como constituintes do superaxioma da trindade.

Quanto ao estruturalismo, eis então a grande ironia. Ainda que seus operadores sejam binários - a custo da expulsão de todo dispositivo não-binário - seus axiomas de base são trinitários, e não podem ser outra coisa, pois se trata da propriedade trina inerente à língua. “O que foi expulso pela porta voltou pela janela” (p.54). Vale à pena retomar as palavras de Dufour:

Estranho destino do pensamento *binário* no domínio das ciências do Homem: o estruturalismo, metalinguagem *binária*, viu-se obrigado a formular, a propósito da língua-objeto, de nossa língua natural, axiomas *trinitários* no fundamento de seus principais estados. (p.54)

Um dos fenômenos que deriva da propriedade trina da língua é a troca de mensagens: é porque “eu” se coloca presente frente a “tu”, instanciando um aqui e um agora, e porque esse “tu”, ao se dizer “eu”, muda de posição, e também se assume como presente. Essa co-presença de “eu” e “tu” só é possível porque há uma ausência, inscrita nesse espaço de interlocução através d’“ele”. Esse jogo de presença-ausência, que se traduz na máxima “para ser um, é preciso ser dois, mas quando se é dois, de imediato se é três” (p.55), é o que permite que daí se derive a troca de

mensagens. Em suma, Dufour, ao retomar Benveniste, reitera que a língua não é instrumento de comunicação, ela é condição de¹².

Essa trindade, constituída sincronicamente pelos termos “eu, tu, ele”, tem um equivalente diacrônico, referente às alocações que implica. Assim, “eu” fixa o presente na alocação atual, “tu” dirá “eu” na próxima alocação e “ele” dizia “eu” na alocação passada. Se os termos mínimos de uma interlocução são “eu, tu, ele”, estes levam a apreender a unidade mínima desse espaço como constituído por três alocações.

Reformular as concepções espaço-temporais em relação à interlocução é uma das conseqüências do retorno do trinitário no campo lingüístico. Há ainda, em termos mais amplos, referentes ao campo das ciências humanas, a possibilidade de “acompanhar os efeitos e as manifestações práticas da figura trinitária sobre o laço subjetivo e intersubjetivo, (...) compreender como ela “age” sobre os indivíduos e grupos sociais” (p.61).

Em suma, desde que se admita a trindade natural da língua, o pensamento binário perde seu *status* de supremacia, abrindo espaço para a concorrência do pensamento trinitário na luta pelo prestígio na nossa sociedade atual. Esta situação será traduzida na leitura da obra benvenistiana, no capítulo a seguir.

1.2 IMPLICAÇÕES DAS FORMAS DE PENSAMENTO BINÁRIO E TRINITÁRIO NA LEITURA DA OBRA BENVENISTIANA

No capítulo anterior, verificamos que há, conforme a proposta de Dufour, duas formas de simbolização estruturantes do pensamento ocidental: a binariedade e a trindade. Marcadas por uma eterna disputa de prestígio, é a primeira que se encontra na posição de domínio nos últimos tempos. Deste modo, no que concerne o campo do Homem, a forma binária foi responsável por definir os critérios para a implementação do estruturalismo. No que tange à lingüística, passou-se a considerar o estudo da língua a partir de algoritmos binários; a relação diferencial é a tradução exemplar do operador que organiza a estrutura. Recalcada, no interior da binariedade, está a forma trinitária. Esta, marcada pelo enigma, estruturada pela ausência, se mostra no que é, para nós, seres falantes, o mais corriqueiro: na língua natural, na justa medida em que é habitada pela propriedade

¹² Quanto a esta conclusão, percebemos que, no Brasil, Valdir Flores, em *Lingüística e psicanálise* (1999), apresenta a intersubjetividade como condição da subjetividade. O autor salienta que a constituição do EU e do TU só se dão porque há um terceiro ausente, o ELE, que se interpõe constitutivamente na relação EU/TU. Há nessa interpretação aspectos do que estamos chamando de trinitário (cf. adiante, 2.2.2.2).

trina – eu,tu,ele. É por isso que Dufour defende a restituição da trindade à posição de preponderância na organização da razão.

Assumindo que essa visão de Dufour sobre a cultura deixa suas marcas também na definição do que se entende por fazer lingüístico científico, gostaríamos de propor um deslocamento de modo a verificar como essa concorrência de duas formas de organização da razão incide sobre a leitura que se faz da obra benvenistiana.

Assim, acreditamos que há uma leitura canônica - dominante - dos textos de Benveniste, que se baseia em pressupostos binários. Por ser tão corrente, esta acaba por ser tomada como a única leitura possível. O que propomos é que se possa fazer também uma leitura trinitária. Se o primeiro deslocamento diz respeito ao fato de utilizarmos as noções de binariedade e trindade para o estudo de uma teoria lingüística específica, eis como o segundo se deixa ver: antes de concebermos essas duas leituras como tradução de um embate, nosso intuito é promover a diversidade. Isto é, defendemos que as duas leituras são válidas.

Tomemos como ponto de partida a constatação de que Benveniste é *continuador* de Saussure já que seu interesse é o estudo da significação¹³ (Normand, 1989, 1996a). A forma como se interpreta essa *continuação* é balisadora das leituras binária e trinitária.

Se o entendimento de *continuação* disser respeito ao fato de que Benveniste procurava seguir preceitos oriundos de sua interpretação acerca do trabalho de Saussure, e nesse sentido se dizer estruturalista¹⁴, então sua teoria será concebida como uma totalidade fechada, cujas concepções de base, ainda que tragam elementos não pertencentes ao projeto saussuriano, se configuram em dicotomias (semiótico/semântico; signo/palavra; constituinte/integrante, etc.) que

¹³ Distinguindo-se, dessa forma, de outras vertentes estruturalistas, que se ocupavam estritamente da descrição das formas, excluindo o estudo da significação. Daí sua crítica ao estruturalismo norte-americano: “o que nos apresentam efetivamente é um método de transcrição e de decomposição material aplicado a uma língua que seria representada por um conjunto de textos orais e cuja significação o lingüista ignoraria” (*Tendências recentes em lingüística geral*, 1954:12).

¹⁴ *Estruturalista* no sentido que o próprio Benveniste define em seu texto “*Estrutura*” em *Lingüística* (1962). O lingüista afirma que, naquela época (anos 60), a noção de estruturalismo recebia uma grande diversidade de interpretações. A fim de apresentar o emprego que geralmente se fazia do termo *estrutura* na lingüística francesa, o autor busca demonstrar como essa acepção se construiu ao longo do tempo, a partir das diversas leituras feitas de Saussure (ainda que ele destaque o fato de Saussure nunca ter usado o termo *estrutura* em seu trabalho, e sim *sistema*). Assim, ele elenca alguns “traços susceptíveis de constituir uma definição mínima”: “o princípio fundamental é que a língua constitui um sistema do qual todas as partes são unidas por uma relação de solidariedade e de dependência. Esse sistema organiza unidades, que são os signos articulados, que se diferenciam e se delimitam mutuamente. A doutrina estruturalista ensina a predominância do sistema sobre os elementos, tanto na cadeia falada como nos paradigmas formais, e mostra o caráter orgânico das mudanças às quais a língua é submetida” (p.104).

buscam dar conta da questão da significação. Por se organizar à luz da ordem do Dois, da mesma forma que a teoria saussuriana foi por Benveniste interpretada, chamamos esta leitura de binária (seção 1.2.1). Esse primeiro entendimento de *continuação* requer que ratifiquemos um ponto sem o qual ele perde seu propósito: Benveniste parece ter lido Saussure de um ponto de vista binário. Benveniste, em muitos momentos, contribuiu para que se fizesse uma leitura estruturalista de Saussure. É somente se se admite isso que podemos dizer que as dicotomias benvenistianas *continuam* as dicotomias saussurianas.

Por outro lado, se por *continuação* entendemos o desejo de Benveniste de persistir sobre o tema da significação, porém, assumindo que sua investigação acerca de determinados aspectos que não foram abordados por Saussure levou sua teoria a outro lugar, divergente daquele oriundo de sua interpretação acerca do trabalho saussuriano, nesse caso trata-se de uma leitura que denominamos trinitária (seção 1.2.2). Deslizando o raciocínio de Dufour para nosso estudo, o pensamento trinitário ensina que se tome essa teoria como incompleta, ou melhor, como estruturada por lacunas, espaços que permitem deslocamentos. Assim, tal forma de interpretação se sustenta na consideração da ausência constitutiva do todo (é o operador eu-tu-ele em ação).

Essas interpretações acerca da maneira que Benveniste conduz sua continuação em relação à proposta de estudar a significação a partir de Saussure permitem ainda outras duas considerações, conquanto tomemos essa continuação como *objetivo explícito* de Benveniste (cf. Normand 1989, 1996a, 1997a) em relação à sua leitura dos ensinamentos de Saussure.

Vejamos em que medida a filiação ao mestre é exposta pelo próprio lingüista, ao fim de seu texto *Saussure após meio-século* (1963):

[Saussure] lançou idéias inesquecíveis sobre a faculdade mais alta e mais misteriosa do homem e, ao mesmo tempo, propondo no horizonte da ciência e da filosofia a noção de “signo” como unidade bilateral, contribuiu para o advento do pensamento formal nas ciências da sociedade e da cultura, e para a constituição de uma semiologia geral.

(...)

Além de sua vida terrena, as suas idéias brilham mais longe do que ele teria podido imaginar, e esse destino póstumo se tornou como uma segunda vida, que se confunde para sempre com a nossa. (p.49, grifo nosso)

Essa passagem nos revela, de um só golpe, os termos em que Benveniste considera continuar Saussure – seguir o questionamento sobre a linguagem, a partir de pressupostos binários e com intuito de elaborar um projeto de semiologia geral – e sua convicção de que essa continuação, de fato, se realiza.

Nos termos de Benveniste: a proposta “no horizonte da ciência e da filosofia” [da] “noção de ‘signo’ como unidade bilateral” permite o “pensamento formal nas ciências da sociedade e da cultura” e dele é que deriva a possibilidade “de uma semiologia geral”. Assim, a leitura binária, conforme a concebemos, se mostra conivente com a vontade de Benveniste de continuar Saussure e de continuá-lo em termos binários.

Em outras palavras, toma-se a teoria benvenistiana como binária porque foi o próprio Benveniste que assim o quis ao se dizer continuador de Saussure e ao considerá-lo binário. Nesse sentido, de fato, não há o que questionar: a doutrina benvenistiana deu continuidade à interpretação estruturalista de Saussure com êxito.

Por outro lado, se considerarmos que há, em Benveniste, uma diversidade de noções que o levam a lugares outros que aqueles almejados e através de meios não previstos por aquele Saussure conforme apresentado acima (ou seja, Saussure conforme a interpretação de Benveniste), poderíamos pensar que a continuação ao mestre fracassou. Isto porque essas “falhas” minariam o projeto calcado em operadores binários que almeja a totalização. Contudo, só é possível reconhecer esses “furos” na binariedade se se tem um outro olhar sobre a teoria: um olhar trinitário. E essa leitura trinitária vê em Benveniste exatamente o contrário: a continuação em relação a Saussure é muito bem sucedida, no sentido em que, a partir dos movimentos que o lingüista teve de fazer e que acarretou na concepção de outras noções e na reflexão sobre a linguagem em outros níveis, podemos hoje fazer deslocamentos e problematizar o fazer lingüístico desde um lugar diferenciado.

Antes de seguirmos adiante, convém esclarecer o que estamos chamando de obra benvenistiana. Neste trabalho, ela está circunscrita aos textos publicados nos livros *Problemas de lingüística geral I e II* (doravante PLG I e II). Sabemos que estes reúnem apenas uma pequena parte da extensa produção de Benveniste; ainda assim, os convocamos para nosso estudo porque, conforme Perrot (1983) “du moins l’ensemble constitué par les deux volumes de *Problèmes* permet-

il de trouver rassemblés les éléments de la doctrine¹⁵” (p.16). Doutrina que guarda em si a possibilidade da dupla leitura –binária ou trinitária, porque ela mesma remete a elementos das duas ordens. É o que nos aponta Michel Arrivé:

les *Problèmes* marquent de façon exemplaire le fragile équilibre qui s’établit alors entre ce qu’on appelle le « structuralisme » et ce qui est censé le mettre en cause: la prise en compte du « sujet »¹⁶. (1997 :20)

1.2.1 A leitura binária da obra de Benveniste

Iniciemos por tentar definir no que consiste uma leitura binária da obra de Benveniste. Para tanto, devemos esclarecer que sentidos são colocados em jogo ao convocarmos o termo binariedade.

Se retomarmos o estruturalismo, a binariedade está marcada na definição dos operadores que o organizam. Entram em jogo algoritmos diferenciais, que se traduzem nas tão conhecidas dicotomias saussurianas. Até aqui, é à forma de como organizar o pensamento – ou no caso específico, à leitura da teoria – a que nos referimos. Aprofundemos um pouco mais a questão. Outro pressuposto binário importante para a caracterização da leitura a que aqui nos propomos diz respeito ao fato de ser a partir dessa forma de organização de pensamento que se determina a escrita científica. Ou seja, a binariedade é a origem dos critérios que delimitam a totalidade de uma ciência, a qual se traduz, no que se refere às ciências da linguagem, em estruturalismo.

Assim, a leitura binária da qual aqui falamos diz respeito à concepção da teoria de Benveniste como constituindo uma unidade, parte da noção de que na língua só há oposições e diferenças (axiomas de base do estruturalismo) e opera com dicotomias que revelam essas relações diferenciais.

Essa unidade, segundo nos aponta Normand¹⁷ (1989, 1996a, 2001a, 2006), se refere ao desejo de Benveniste de dar *continuidade* ao projeto saussuriano, ao mesmo tempo *ultrapassando-*

¹⁵ “Ao menos, o conjunto constituído pelos dois volumes de *Problemas* permite encontrar reunidos os elementos da doutrina”.

¹⁶ “Os *Problemas* marcam, de modo exemplar, o frágil equilíbrio que se estabelece, então, entre o que se chama de ‘estruturalismo’ e o que supostamente o coloca em causa: a consideração do ‘sujeito’”.

¹⁷ O leitor perceberá que estamos convocando, diversas vezes, ao longo do trabalho, a reflexão de Claudine Normand. Esta lingüista francesa nos é muito cara por ser uma das pioneiras a investigar, profundamente, o trabalho de Benveniste, elucidando questões bastante complexas e propondo uma leitura não-estruturalista de sua teoria. Além disso, a proposta de trabalho de Normand é absolutamente singular e nos proporciona grandes reflexões acerca do fazer lingüístico (cf. supra).

o: “compete-nos tentar ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante” (*A forma e o sentido na linguagem*, 1966 : 224). Em outras palavras, o seu intuito era desenvolver a semiologia, constituindo-a como uma unidade totalizante¹⁸, englobando outras ciências humanas submetidas ao comando da lingüística.

A *continuação-ultrapassagem* que Benveniste empreende em relação a Saussure¹⁹ caracteriza sua teoria como ambígua, nos diz Normand (1996a, 1989). Uma leitura atenta dos textos reunidos nos PLG permite apreender em que termos se apresenta tal ambigüidade:

(la double préoccupation de ces textes [est]): appliquer dans des analyses empiriques le principe sémiologique de la langue-système de différences; développer dans des textes théoriques le programme, suggéré dans le CLG, d’une « sémiologie » intégrant la linguistique²⁰. (Normand, 1989:142)

De um lado, reflexões sobre os meios de análise, a partir do modelo dado pelo *Curso de Lingüística Geral*, de outro, “le projet de synthèse unifiante”²¹, pelo qual se configura a ultrapassagem das análises empíricas e a aproximação às ciências humanas, num movimento de totalização (*op.cit.*).

Transversal à teoria, e deste modo, unificando-a, está a significação. É por isso que a elegemos como pedra de toque para apresentar os termos em que se pode fazer uma leitura binária da obra benvenistiana. Acreditamos que investigar a mudança de seu estatuto ao longo do tempo nos permite sustentar o olhar binário que comumente se tem sobre Benveniste.

Assim, de uma posição não problemática nos textos iniciais a significação passa, num segundo momento, a se constituir como problema teórico (cf. Normand, 1996a, 2001a). Vejamos como se apresenta a questão da significação nesse primeiro tempo determinado acima. Tomemos apenas um exemplo. No artigo *A Classificação das línguas* (1952), Benveniste se distancia dos

¹⁸ Ainda que, conforme Normand (2006), essa ambição de totalização se apresente de forma mascarada em Benveniste, em comparação a outros lingüistas de sua época, que abertamente a expunham.

¹⁹ É preciso deixar claro que essa continuação-ultrapassagem a qual Benveniste se propunha diz respeito à *sua interpretação* do trabalho de Saussure, mais especificamente, dos ensinamentos apresentados no *Curso de lingüística geral*, e não ao que *nós* entendemos como sendo a teoria saussuriana. Isto é, uma vez que Benveniste leu Saussure de uma maneira binária, e ajudou a divulgar essa imagem do mestre (ver, por exemplo, *Estrutura em lingüística* (PLG I, 1962) e *Saussure após meio-século* (PLG I, 1963)), é nesse sentido que sua proposta de continuação se sustenta.

²⁰ “(A dupla preocupação desses textos [é]): aplicar em análises empíricas o princípio semiológico da língua-sistema de diferenças; desenvolver em textos teóricos o programa, sugerido no *CLG*, de uma ‘semiologia’ que integra a lingüística.”

²¹ “O projeto de síntese unificante”.

diferentes modos de descrição adotados por aqueles que se baseiam numa lingüística genética e histórica a fim de classificar as línguas:

O dado lingüístico é um resultado e é preciso procurar-lhe a origem (p.124).

(...)

Por exemplo, há um traço de estrutura característico nas línguas bantas e em muitas outras ainda: as “classes nominais”. Podemos contentar-nos em descrever a organização material, ou podemos procurar-lhes a origem. Muitos estudos lhes foram consagrados. Só nos interessará aqui uma questão que ainda não foi proposta, a da função de semelhante estrutura. (p.117)

Assim, não basta fazer uma descrição das formas, trata-se de buscar identificar a razão pela qual determinada forma lingüística é como é. E Benveniste é genial ao responder: é através da função que essa forma possui. Esse ensinamento perpassa toda teoria, e é a base da noção de significação.

Esse momento de seu pensamento se caracteriza pela determinação de que se analise a significação a partir da função que determinada forma possui em uma estrutura. Para dar apenas mais um exemplo, percebemos que esse princípio é visível desde seu artigo de 1939, *Natureza do signo lingüístico*, no qual afirmava: “o verdadeiro problema (...) consiste em reencontrar a estrutura íntima do fenômeno do qual não se percebe senão a aparência exterior e em descrever a sua relação com o conjunto das manifestações de que depende” (p.55). Ainda aqui, Benveniste está bastante próximo de Saussure.

A ultrapassagem a Saussure se efetua quando entra em tela a noção de sujeito -“sans que soit vraiment précisé le statut de cette notion”²², nos avisa Normand (2001a:31). Conforme Normand (2001a), nas análises morfo-sintáticas, a instância do sujeito refere-se ao fato de que “c’est par rapport à la présence/ absence du sujet, ou à son rôle dans le procès que prédique la phrase, que la différence formelle relevée prend du sens”²³ (31). Ela dá como exemplo a análise desenvolvida no artigo *Ativo e médio no verbo* (1950):

No ativo, os verbos denotam um processo que se efetua a partir do sujeito e fora dele. No médio, (...) o verbo indica um processo do qual o sujeito é a sede; o sujeito está no interior do processo. (p.172)

²² “Sem que seja realmente definido o estatuto dessa noção”.

²³ “É em relação à presença/ausência do sujeito, ou a seu papel no processo que predica a frase, que a diferença formal mostrada adquire sentido”.

A autora acrescenta que o mesmo se passa no estudo das preposições *prae* e *pro* em latim e na distinção entre as duas formações de nomes de agente; e relembra que o sujeito é convocado, do mesmo jeito, nos artigos sobre as marcas de pessoa na língua.

Então, a significação, quando se trata de colocar em jogo a noção de sujeito, depende da análise da função que determinada forma tem numa estrutura em relação a um sujeito que se posiciona como interior ou exterior àquilo que diz.

Eis um primeiro viés de ultrapassagem de Saussure - em termos temáticos, é bem verdade, não em termos metodológicos. Benveniste continua a partir de relações de oposições e diferenças para a determinação da significação.

Em *Tendências recentes em lingüística geral* (1954), já podemos ver, através do questionamento levantado, que a noção de significação está para receber um estatuto diferenciado:

Tanto para o sentimento ingênuo do falante como para o lingüista, a linguagem tem como função “dizer alguma coisa”. O que é exatamente essa “coisa” em vista da qual se articula a língua, e como é possível delimitá-la em relação à própria linguagem? Está proposto o problema da significação. (p.7)

Eis o caminho que levará a significação a outro “universo”: se antes Benveniste se perguntava sobre a função de determinada forma em uma estrutura específica, agora sua questão é sobre a função da *linguagem*. Colocar em questão essa “alguma coisa” em vista da qual a linguagem é articulada aponta para a necessidade de extrapolar o plano intralingüístico conforme mostrado anteriormente.

O meio pelo qual Benveniste viu a possibilidade de fazer essa ultrapassagem (do sistema lingüístico interno e, como consequência, de Saussure) foi propor uma distinção da significação em duas instâncias, uma interna ao sistema, outra externa. Isso, contudo, aparece apenas em 1962, no artigo *Níveis de análise lingüística*. A partir da distinção entre constituinte e integrante, articula-se o nível da língua como sistema – lugar do signo – com o nível da língua como discurso – lugar da frase. Ainda assim, nos lembra Normand (1989), não é explicitada a razão de tal ligação, ou essa “alguma coisa”, como vimos acima. Mas percebemos que a noção de significação ganhou um estatuto de problemática teórica.

A temática apresentada nesse texto é retomada, em grande parte, em *A forma e o sentido na linguagem* (1966) e em *Semiologia da língua* (1969). Nestes artigos, as novas noções referentes

à significação são nomeadas: entram em jogo a semiótica e a semântica. Com elas, a determinação da significação passa a depender não apenas das relações diferenciais estabelecidas entre os signos numa estrutura, mas também da significação singular que uma palavra pode receber em função de seu uso instanciado. Assim:

Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. Quem diz “semiótico” diz “intralingüístico” (1966 :227-228).

A semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação (*op.cit* :230).

Este é o duplo sistema, constantemente em ação na língua, e que funciona tão velozmente, de um modo tão sutil, que exige um longo esforço de análise e um longo esforço para dele se desprender, se se quer separar o que é do domínio de um e de outro. Mas no fundo de tudo está o poder significante da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa (1966: 229).

Benveniste, ao propor a dicotomia semiótico/semântico, não só estabelece uma nova perspectiva sobre a lingüística, a qual permite ultrapassar a clássica distinção *langue/parole* saussuriana, como também elabora os meios pelo quais se poderá cumprir o objetivo de instituição da semiologia como teoria totalizante: a semântica – lingüística do discurso – aos poucos passará a englobar “*tout ce qui concerne la mise en emploi de la langue dans l’intersubjectivité et la communication sociale*”²⁴ (Normand, 2006: 186).

Observamos que Benveniste, através desse posicionamento teórico, se mostra tão binário quanto Saussure, cumprindo fielmente seu objetivo de continuar o mestre ultrapassando-o. Ele consegue *delinear* uma unidade teórica – a semiologia - a partir de operadores binários: semiótico/semântico, língua-sistema/língua-discurso, signo/frase, intralingüístico/translingüístico, etc.

Essa nova concepção de significação, que implica uma visão de língua comportando dois universos, coloca em questão o método de análise. É o que Piguet questiona no momento do debate, ao fim da apresentação de Benveniste no Congresso de Filosofia, em 1966, cuja reprodução em texto data de 1967 (p.239): “ Como a semiótica e a semântica podem coexistir metodologicamente, se uma é do tipo analítico e a outra de tipo global não-analítico? Ao que o lingüista responde, revelando o grau de ineditismo de seu raciocínio: “ esta é uma questão

²⁴ “Tudo o que concerne o colocar em uso da língua na intersubjetividade e na comunicação social”.

fortemente antecipadora; toda resposta categórica suporia justamente o que eu descartei de início: que exista uma doutrina lingüística sobre este assunto” (*op.cit.*: 240).

Em 1970, no texto *O Aparelho formal da enunciação*, Benveniste dissolve essa divisão interna à língua. Toda a língua está submetida ao “presente incessante da enunciação” (p.86). Aos olhos binários, chega-se ao nível máximo de unidade.

Em termos de teoria, o grau de refinamento apresentado nesse texto é absolutamente impecável; a parte prática, contudo, não teve tempo de ser trabalhada: é o efeito de sentido que derivamos a partir da última frase desse artigo: “amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui” (p.90).

Uma vez que Benveniste não apresentou nenhuma análise empírica, no sentido de demonstração da aplicação da reflexão teórica em dados concretos de língua (cf. Normand, 1989), como dar continuidade a obra do mestre, isto é, por que meios se pode desenvolver trabalhos de análise nos dias de hoje?

Sob o ponto de vista o qual procuramos mostrar nessa seção, os trabalhos se caracterizam por continuar a buscar analisar a função de determinada forma lingüística em uma estrutura específica num uso instanciado. Esse *uso instanciado* se configura em frases, passagens de texto ou texto inteiro. Percebemos que, ainda que se diga *uso*, na prática de análise, noções referentes diretamente à “utilização individual da língua” conforme apresentadas nos últimos textos de Benveniste, quais sejam, a distinção semiótico/semântico, a concepção de eu-tu numa relação dialógica, a construção da referência/co-referência, para ficar em alguns exemplos, não são operacionalizadas. Isto é, refere-se teoricamente a relação eu-tu, para darmos apenas um exemplo, mas não se analisa o papel desse “tu” no efeito de sentido oriundo do que “eu” enuncia, “tu” está apenas suposto. A justificativa para que a análise, na maioria dos trabalhos atuais, se configure conforme o método diversas vezes apresentado de forma empírica nos textos de Benveniste é evidente: ao se ignorar a potencialidade que a reflexão benvenistiana oferece de abertura quanto à concepção de língua – apreensível, a partir, principalmente, de seus últimos textos (de 1962 a 1970), apenas se somos tocados pela trindade, - continua-se a tomá-la como um objeto fechado e integral, sujeito à análise a partir de operadores binários que visam a garantir essa completude.

Posicionar-se como um lingüista binário, de certa forma, é seguir os ensinamentos de Benveniste. Lembremos que seu grande projeto foi desenvolver a semiologia geral, “com a ambição totalizante da Semiótica oriunda de Peirce e transformada pelos neopositivistas em programa de ciência das ciências” (Normand, 1996a: 141).

Contudo, e isso nos encaminha para a seção seguinte, assim como nos mostrou Dufour no que concerne o retorno do trinitário ao estruturalismo lingüístico, Benveniste também tinha como estruturante de sua teoria noções que se ligam à ordem da trindade. Em outras palavras: a totalidade era seu grande desejo; todavia, paradoxalmente, ao desenvolver até as últimas conseqüências suas noções acerca da significação e do aparelho formal de enunciação, ele deu um golpe em si mesmo: o que subjaz a tais noções não caberia²⁵ no projeto baseado em oposições e diferenças, método saussuriano o qual ele buscava continuar.

1.2.2 A leitura trinitária da obra de Benveniste

Cabe a nós, nesta seção, propor a leitura trinitária da obra benvenistiana. A possibilidade de tal sugestão implica que o que aqui chamamos de trinitário diga respeito a dois efeitos de sentido.

Por um lado, falar da trindade na interpretação que se faz de Benveniste quer dizer tomar sua teoria como não-todo, como não-fechada. Esse nosso deslocamento em relação ao ensinamento de Dufour se baseia nos seguinte raciocínio: a binariedade é o lugar da totalidade, no sentido de que é ali que se configura, a partir de operadores binários, a escrita da ciência – no que se refere à lingüística, é a determinação do estruturalismo; para se propor como esse todo fechado, o estruturalismo teve de expulsar tudo que não é binário referente à sua configuração. Ler Benveniste à luz da trindade significa fazer retornar nesse todo fechado o que dali foi expulso, o que deriva na impossibilidade de fechamento, de totalização de sua teoria, já que se concebe esse “exterior” como parte constituinte do “interior”.

²⁵ Ainda que, conforme procuramos mostrar nessa seção, seu objetivo tenha sido exatamente o de fazê-lo caber. Isto é, a expulsão da trindade (ainda que, evidentemente, esse processo não tenha sido consciente) se deu justamente ao propor sua teoria como continuadora do que *ele* interpretava como o ensinamento de Saussure: a partir de operadores binários. É o que corrobora Normand “Benveniste (...) pratique dans ses analyses de la langue une méthode strictement saussurienne.” (2001b : 166). (“Benveniste (...) pratica, em suas análises da língua, um método estritamente saussuriano”).

Esse movimento que permite apreender uma não-disjunção entre “interior” e “exterior”, ou de retorno do trinitário ao binário, Benveniste mesmo, em sua teoria, desenvolveu noções que levassem a isso; “o trabalho de Benveniste (...) permite ver se perfilar, por trás das díades construídas, uma pressuposição trinitária”, é o que nos diz Dufour (2000: 115). O segundo efeito de sentido de que falamos, portanto, concerne à compreensão de que há, no trabalho deste lingüista, uma reflexão da ordem da trindade.

De fato, esses dois efeitos de sentido estão na dependência um do outro. É porque a trindade se encontra no seio da teoria de Benveniste que somos levados a concebê-la como não-todo, não-fechada. E é porque *reconhecemos*²⁶ essa trindade inerente à sua teoria que essa leitura se diz trinitária.

Como podemos saber que, de fato, há trindade na obra benvenistiana? Tomemos como ponto de partida uma afirmação feita por Normand (1989, 1996a), radicalmente oposta àquela apresentada na seção anterior: o projeto totalizante de semiologia geral, conforme Benveniste desejava, fracassou²⁷. Em outras palavras, e para retomarmos o viés que propomos como balisador desta leitura, seu objetivo de continuar²⁸ Saussure ultrapassando-o falhou. Ao evidenciarmos esse fracasso e os meios pelo qual ele se deu, teremos respondido à pergunta acima.

Para cumprir com esse objetivo, tomaremos de empréstimo algumas reflexões de Dufour. A trindade, como nos mostrou o filósofo francês (cf. cap. 1), está tão recalcada no coração da binariedade que, para conseguir dar a ela a devida importância, é preciso um movimento absolutamente singular: “mostrar que desgastes seriam acarretados por sua ausência” (2000: 52). Ora, esse desgaste, Normand já nos mostrou: é o fracasso da semiologia. Mas como podemos colocar a trindade em evidência? O filósofo nos ensina um modo especial de raciocínio, o *raciocínio pela falta* (p.52): *é preciso que isso falte* para que surjam em lacuna, negativamente, as

²⁶ Reconhecer a trindade significa assumir que ela deve ser abordada como tal. Benveniste propôs, de fato, noções trinitárias, mas não as apreendeu como sendo dessa ordem; pelo contrário, ele buscou, incessantemente, binarizá-las (movido, como sabemos, pelo seu intuito de continuar Saussure conforme sua interpretação da teoria, ou seja, de ser binário).

²⁷ Fracasso que se mostra, para nós, como um grande sucesso, pois permite deslocamentos bastante frutíferos no que concerne o fazer lingüístico (conforme veremos no capítulo 3).

²⁸ Convém lembrar: continuação-ultrapassagem em relação ao que Benveniste entendia como teoria saussuriana, isto é, com base em operadores binários. É por isso que esse movimento permite dupla análise: por se dar nos moldes do binarismo, foi bem sucedido (cf. 2.1); ao mesmo tempo, por guardar aspectos trinitários não admitidos como tal, fracassou (cf. a presente seção).

múltiplas localizações onde a coisa trinitária deixou sua marca (p.53). Eis o procedimento que aqui adotaremos.

De modo a ver as falhas nesse todo que se constitui a semiologia, precisamos refazer o caminho de sua construção. “La référence constante à la *signification* fait l’unité du projet”²⁹, nos diz Normand (1989), portanto, é a partir dela que faremos esse percurso.

De fato, como vimos na seção anterior, o estatuto dado à noção de significação vai se alterando com o passar do tempo. De início, seu intuito era analisar a função de determinada forma lingüística em uma estrutura específica a fim de saber sobre o funcionamento do mecanismo da língua. Estamos no âmbito da “ língua como repertório de signos e sistema das suas combinações” (*A Natureza dos pronomes*, 1956: 283).

Porém, Benveniste nos diz que esse não é o único modo de a língua significar. É preciso considerá-la também “ como atividade manifestada nas instâncias de discurso caracterizadas como tais por índices próprios” (*op.cit*).

A questão que surge é a seguinte: se há dois modos de significação, então se trata de duas línguas?

A solução para esse impasse Benveniste apresenta, primeiramente, em 1962, no texto *Níveis de análise lingüística*. Ali ele nos diz que há dois universos no que se refere à língua: “o domínio da língua como sistema de signos” e “a língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso” (p.139).

Em 1966, no texto *A forma e o sentido na linguagem*, esses universos são nomeados: “Há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma (...) a língua como *semiótica*; (...) a língua como *semântica*” (p. 229).

Assim, verifica-se que há, na língua mesma, uma divisão interna que a estrutura. Cada um desses planos tem um modo particular de significar.

Quem diz “ semiótico” diz “ intralingüístico”. Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa (*op.cit*:228).

²⁹ “A referência constante à significação faz a unidade do projeto”.

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida do homem (*op.cit* :229) (grifo nosso).

Através do semântico, a lingüística abre-se ao mundo. Se no nível semiótico a significação dizia respeito à função que determinada forma tem em uma estrutura, aqui ela diz respeito à função que a língua tem para o homem – é a abertura para a relação da lingüística com as ciências humanas, objetivo do projeto da semiologia. De um lado, “as oposições semióticas são de tipo binário” (*op.cit.* p.228). De outro, no âmbito do semântico, as relações semânticas parecem ser da ordem do três. Basta verificar, a partir da passagem destacada acima, que a função mediadora da língua é de natureza tripla: *entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas*.

Contudo, Benveniste não nos ensina como operacionalizar essa tripla natureza nas análises de dados. É o que corrobora a conclusão que nos apresenta Normand, em seu texto *La constitution de la sémiologie chez Benveniste* (1989).

A lingüista francesa não identifica qualquer mudança entre o modo de operação das análises dentro do quadro do sistema de signos (ou seja, semiótico) e aquele apresentado nos textos *Estrutura das relações de auxiliaridade* (1965), *Fundamentos sintáticos da composição nominal* (1967), *Para uma semântica da preposição alemã vor* (1972), para citar apenas alguns dos textos elaborados no mesmo período em que as noções de semiótico/semântico foram desenvolvidas. Isto é, se se esperava que estes textos – por serem contemporâneos à problematização que Benveniste desenvolve sobre a semântica como lugar da comunicação intersubjetiva e, através dela, a abertura do interior para o exterior – trariam demonstrações empíricas do que chamamos de natureza tripla da função da língua, o que vimos foi que o método aplicado para o estudo intralingüístico continuou sendo efetuado.

Acreditamos que nos encontramos, aqui, diante daquilo que Dufour chamou de “isso falta”. A não-apresentação de um novo modo – ou talvez ainda pudéssemos dizer de um novo método – que dê conta da língua em uso e tudo que ela coloca em jogo deixa ver que algo de uma outra ordem que não da ordem da binariedade se revela. Acreditamos que aí está a trindade. Aquela

trindade natural da língua – cuja expressão é os termos eu-tu-ele, como nos diz o filósofo – que assim a denomina exatamente a partir da apreensão daquilo que Benveniste mostrou, mas não viu.

Retornemos mais uma vez sobre os métodos de análise. Normand (*op.cit*) observa, ainda, que além do que evidenciam as análises empíricas, a nova posição teórica expressa no texto *O Aparelho formal da enunciação* (1970), qual seja, de que a língua toda passa a ser submetida à enunciação, configura-se também como causa do fracasso do projeto totalizante da semiologia.

Para a lingüista francesa, a enunciação, a partir de seus índices, que são ao mesmo tempo signos e não-signos – conforme sejam tomados como forma lingüística ou como existentes apenas no presente da enunciação – coloca em xeque a divisão interna da língua tal como proposta por Benveniste.

Nossa interpretação é que a enunciação põe em evidência a propriedade trina da língua, não sendo possível, portanto, convocar operadores binários para dela dar conta. A trindade inerente à língua e, por sua vez, à enunciação se deixa ver nas palavras mesmas de Benveniste: “na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (1970 : 83). Tudo isso se traduz nos termos “eu-tu-ele” em ação.

Acreditamos que é isso que corrobora Normand, ao afirmar:

La langue, telle que Benveniste l’analyse, met à jour dans ses opérations un « clivage » qui la structure, celui-là même sans doute que la psychanalyse attribue au sujet et qu’on traduit généralement par les termes phénoménologiques d’*interne* et *externe*. Dans la métalangue de la théorie, le linguiste essaie de transformer cette division constitutive en une opposition, en droit dépassable dans une unité transcendante qui engloberait tout l’extérieur ; il dénie ainsi la division constitutive du sujet et de la langue. Tel est le rôle fantasmatique dévolu à la sémiologie, vouée par là à l’échec et à la relance (1989 : 164)³⁰.

Nesse sentido, a semiologia é um projeto que fracassou, porque viu sua ambição de unidade totalizante, construída a partir de uma estrutura configurada por relações de oposição, abalada pela propriedade trina da língua – sua divisão constitutiva. Para nós, essa impossibilidade de fechamento da teoria benvenistiana é vista de forma positiva. É porque suas reflexões são

³⁰ “A língua, tal como Benveniste a analisa, dá origem, em suas operações, a uma ‘clivagem’ que a estrutura, provavelmente a mesma que a psicanálise atribui ao sujeito e que se traduz, em geral, pelos termos fenomenológicos de *interno* e *externo*. Na metalíngua da teoria, o lingüista tenta transformar essa divisão constitutiva em uma oposição, legitimamente superável numa unidade transcendente que englobaria todo exterior; nega, assim, a divisão constitutiva do sujeito e da língua. Tal é o papel fantasmático atribuído à semiologia, dedicada, dessa forma, ao fracasso e à retomada”.

estruturadas por lacunas que podemos nos aventurar a querer propor deslocamentos para a elaboração de outros raciocínios sobre o estudo da linguagem, à luz da trindade. É isto que será trabalhado no capítulo a seguir.

Finalizamos com o raciocínio de Normand (1996a), com o qual estamos em pleno acordo: o empreendimento teórico de Benveniste se caracteriza por ser “uma síntese infelizmente feliz”, isto é, uma “síntese falha”, de maneira análoga ao “ato falho”, do qual se sabe que é pela falha que ele é bem sucedido³¹ (p.131).

³¹ Flores (1999) anuncia esta “infelicidade” de Benveniste como a possibilidade de sustentar sua proposta de uma semântica que inclua essa falha decorrente da oposição semiótico/semântico. Para o autor, decorre da subversão dessa oposição sua reflexão acerca do sujeito da enunciação. Traremos mais do trabalho deste autor em 2.2.2.2.

CAPÍTULO 2

POR UM FAZER LINGÜÍSTICO TRINITÁRIO

O percurso feito até aqui consistiu em deslocar a proposta de Dufour acerca do pensamento binário e trinitário como formas de organização simbólica da razão na sociedade ocidental moderna para a leitura de uma teoria lingüística específica.

Assim, se a binariedade se sustenta em operadores binários e é o lugar da escrita científica, no sentido de que esta promove unidade, constatamos que há uma leitura da obra de Benveniste que consiste em considerá-la uma unidade estruturada por relações opostas e distintas; a essa forma de leitura chamamos de *binária*.

Da mesma forma, assumindo que a trindade diz sobre a impossibilidade de constituição de uma unidade fechada já que seu axioma de base é marcado pela ordem do Três – eu-tu-ele, verificamos que na doutrina benvenistiana há noções – quais sejam, aquelas referentes à significação no que tangem ao sujeito e à referência, em sua ligação à enunciação – as quais identificamos como trinitárias; estas noções arejam a teoria na medida em que, por causa delas, a pretensão de unidade fica interdita. À leitura da obra benvenistiana que tem por base essa perspectiva denominamos trinitária.

Normand (2001a) desenvolve uma reflexão da qual acreditamos poder aproximar nossa concepção de leitura binária e trinitária. Ela diz que há, em Benveniste, uma combinação de “*théorie inachévée et d’analyses lumineuses*”³² (p.37). A primeira se refere à problematização acerca do que está implicado pelos termos semiótico/semântico/semiologia em sua relação com enunciação – a nosso ver, do campo do trinitário; já as “análises luminosas” dizem respeito à

³² “Teoria inacabada e de análises luminosas”.

diversidade de análises empíricas desenvolvidas por Benveniste à luz do que ele considerou ser o ensinamento de Saussure, isto é, baseadas no binarismo. É fato que as noções referentes ao tema da enunciação, podem, e normalmente são, analisadas com base em critérios binários (cf. 1.2.2). A questão é: como fazer análises luminosas referentes ao que Benveniste elabora teoricamente de maneira inacabada? Em outras palavras, como fazer análise a partir de pressupostos trinitários?

Como vimos no capítulo anterior, esta resposta não é dada pelo próprio lingüista, pelo menos, não em termos práticos, no sentido de demonstração de sua construção teórica em análises empíricas; cabe a nós, interessados que somos em *continuar*³³ sua problematização sobre a linguagem, procurar propor um fazer lingüístico que leve em conta essas duas faces de Benveniste, buscando novos olhares sobre a análise enunciativa.

Vejamos, de início, as pistas que o próprio Benveniste nos dá para que possamos desenvolver esse projeto. Se até 1969 (*Semiologia da língua*) podíamos perceber que o lingüista defendia a instituição de duas lingüísticas, uma referente ao semântico – lingüística do discurso, outra referente ao semiótico – lingüística do sistema, cada uma das quais convocaria “seu próprio aparelho conceptual” (1969:67), sabemos também que a noção de frase – “uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação” (*Níveis de análise lingüística*, 1962 :139-140) – definida como a unidade do nível semântico, coloca em xeque essa divisão. Este fato - que poderia ser tomado como uma incongruência em sua teoria – parece ser resolvido ao se ligar às questões apresentadas sobre enunciação em seu texto *O aparelho formal da enunciação* (1970). Na e pela enunciação, ambos os níveis são convocados, concomitantemente. É toda a língua que está sujeita à utilização individual numa situação específica.

³³ Vejamos em que medida entendemos “*continuar*” na frase “continuar a problematizar esta questão”. Conforme Ducrot (1987), este verbo contém pelo menos duas idéias: “fazer uma ação” e “tê-la feito antes”, que aqui provocam dois efeitos de sentido, intimamente imbricados: de um lado, apresenta o fato de estarmos nos aliando ao grupo de estudiosos que, ainda hoje, tomam a teoria benvenistiana como base para a abordagem da linguagem. Nesse sentido, falamos de uma conservação teórica que perdura. Seria, de certa forma, se portar como um herdeiro da herança de Benveniste, que como tal, conforme nos lembra Flores (2007) a partir da retomada desta noção em Jacques Derrida, não escolheu receber tal herança, mas, contudo, pode escolher, sim, entre deixá-la viver ou condená-la à morte. Escolhemos, portanto, que ela viva, que ela *continue*. O segundo efeito de sentido de continuidade pressupõe o primeiro: dar seguimento à teoria que ancora nossas reflexões. Em outras palavras, é porque conservamos essa teoria que podemos levá-la adiante, que podemos ampliá-la. Acompanhando Flores (*op.cit*) em relação à noção de herança, ao reafirmá-la, evitamos que ela morra; “reinterpreta-la é condição para lhe dar um lugar na atualidade”(p.98). A continuidade, aqui, está ligada à noção de reinterpretação, que se refere a retomar a teoria (conservação) ao mesmo tempo em que se produz algo novo (seguimento).

Ora, a justaposição língua-discurso, *aparentemente*, resolve a dificuldade resultante da distinção semiótico/semântico. É preciso, antes de tudo, aprofundar essa questão se quisermos pensar sobre a análise enunciativa.

Explicitemos porque a dificuldade é apenas *aparentemente* resolvida. As complicações relacionadas à definição de Benveniste de divisão da língua em dois universos só são consideradas resolvidas através da noção de enunciação se as olharmos por um viés binário. Isto é, se admitirmos que a língua tem uma divisão binária que é *superável* pela noção de enunciação, resultando em uma unidade totalizante, em uma teoria acabada.

Contudo, se assumirmos que a enunciação coloca em jogo uma noção trinitária da língua – expressa pelos termos “eu, tu, ele” - então essa oposição binária entre semiótico/semântico é substituída por uma divisão trinitária que é estruturante da língua, por consequência não-superável, que impossibilita a constituição de uma unidade totalizante e leva a teoria a ser considerada inacabada, porque sempre há espaço para deslocamentos.

Assim, à questão anterior “como fazer análises luminosas referentes ao que Benveniste elabora teoricamente de maneira inacabada?” respondemos: as análises enunciativas devem, elas também, não buscar dar conta do todo. Para que sustentemos essa afirmação, bastante chocante desde o lugar do ideal de ciência, que fundamenta suas análises na ilusão de apreensão do todo, é preciso que nosso fazer lingüístico seja da ordem do trinitário.

Por *fazer lingüístico trinitário* entendemos, a partir de um deslocamento³⁴ do que nos ensina Dufour (cf. 1.1), que se trata, antes de tudo, de considerá-lo como aberto a exterioridades teóricas, as quais, aqui nesta dissertação, se circunscrevem à psicanálise lacaniana. Os efeitos dessa exterioridade se deixam ver em diferentes instâncias as quais, conjuntamente, implicam a realização desse fazer lingüístico e têm, a nosso ver, igualdade de importância; são elas: aquele que faz a análise - o lingüista, o objeto de análise – os fatos de língua e a teoria na qual o lingüista se alia – a teoria enunciativa benvenistiana.

³⁴ Dizemos que estamos fazendo um deslocamento da proposta de Dufour porque, de fato, ele não apresenta, em seu livro, reflexões acerca da prática lingüística (de fato, nem caberia tal expectativa em relação à sua obra, uma vez que se trata de um filósofo dissertando sobre a cultura); no entanto, entendemos que o fazer lingüístico passa a ser trinitário na medida em que se inscreve na ordem da trindade tal como a propomos aqui.

Desenvolver a reflexão sobre cada uma dessas instâncias é nosso objetivo neste capítulo. Convém apenas ressaltar que essa inscrição na ordem da trindade nos coloca frente a uma nova posição em relação ao fazer científico.

O que é, exatamente, esse novo fazer científico, da ordem da trindade, não está dado, mas temos condições de procurar desenvolvê-lo. É o que nos diz Dufour: “... as ciências do Homem estão prenhes de uma nova possibilidade. Elas escondem em seu seio essa forma que aguarda, daqui por diante, seus desenvolvimentos teórico-práticos em todos os domínios” (p.60). Acreditamos que nossa dissertação, de certa forma, busca contribuir para esse tipo de desenvolvimento teórico-prático. Por isso, é preciso percorrer todo o trajeto de nosso raciocínio para que possamos, por fim, apreender o que aqui propomos como *fazer lingüístico trinitário*. Ele se traduz nos princípios de análise enunciativa de fatos de língua, os quais apresentaremos no capítulo 3.

Em suma, já que se trata, neste capítulo, de desenvolver as instâncias que estão em jogo na análise enunciativa de fatos de língua, de forma a explicitar em que medida elas colaboram para a constituição de um fazer lingüístico trinitário, resta informar a metodologia a ser utilizada: procuraremos esclarecer as condições em que os termos *análise* e *enunciativa* ganham sentido na expressão *análise enunciativa*. Para tanto, a seção 2.1 buscará explicitar os termos implicados pela palavra *análise*: em 2.1.1, discutiremos sobre quem faz a análise, o analista; em 2.1.2, abordaremos o objeto de análise, os fatos de língua. A seção 2.2 tratará da Enunciação. Para tanto, retomaremos, em 2.2.1, alguns conceitos da teoria de Benveniste, tomados à luz da leitura trinitária. Em 2.2.2, apresentaremos, ainda que brevemente, os trabalhos de Normand (2001a,2001c,entre outros), Flores (1999; 2009 (no prelo)) e Silva (2007) por os considerarmos lingüistas que, afetados pela trindade (ainda que não nomeadamente), fizeram deslocamentos a partir da leitura da teoria benvenistiana que propiciaram, a nosso ver, reflexões sobre o fazer lingüístico fundamentais para o que aqui chamamos de trinitário.

2.1 PROBLEMATIZAÇÃO DOS TERMOS IMPLICADOS PELA PALAVRA *ANÁLISE*

Iniciemos por buscar a particularidade semântica³⁵ da palavra *análise*. Conforme Rocha (2003), trata-se de um substantivo deverbal do verbo *analisar*, formado a partir do processo de

³⁵ Nesse sentido, seguimos o método utilizado por Normand (2006) no seu artigo “Transmettre, dit-on; mais quoi?” Para discutir o tema da transmissão da língua, a lingüista inicia seu raciocínio a partir da análise das particularidades semânticas do termo *transmissão*, em função de suas características morfossintáticas.

derivação sufixal zero ou implícita³⁶. Para o morfologista, “o padrão V→P_suf pode ser sintetizado nas seguintes palavras: dado um verbo, é possível prever a existência de um substantivo abstrato, sufixado, correspondente, com o sentido de ato, efeito ou resultado de X” (p.185). Vejamos como isto se aplica ao nosso tema de investigação. A expressão *análise de fatos de língua* pode ser entendida como:

Ato de analisar fatos de língua;

Efeito de analisar fatos de língua;

Resultado de analisar fatos de língua.

Se buscarmos as paráfrases que esses sentidos permitem, teremos:

Ato de analisar fatos de língua - fatos de língua *são* analisados;

Efeito de analisar fatos de língua - fatos de língua *foram* analisados;

Resultado de analisar fatos de língua – fatos de língua *foram* analisados;

Não nos ocuparemos do fato de que as paráfrases, a partir do seu tempo verbal (*são* e *foram*), apontam para o entendimento de que *ato* envolve a idéia de processo, e *efeito/resultado* se referem a produto; basta, no momento, apenas dizê-lo. O que nos interessa destacar é que, em todos, em função da forma passiva, há o apagamento do agente do processo ou do produto. Isto implica em dizer que a forma *análise de fatos de língua* põe em jogo um sentido que Normand (2006:34) chama de “l’illusion que le procès se déroule tout seul”³⁷. Isto porque o termo *análise* remete ao sentido do verbo *analisar* na sua forma passiva.

Em outras palavras, se retomarmos a forma ativa que a transitividade do verbo *analisar* supõe - “alguém analisa alguma coisa”, vemos claramente que, ao empregarmos *análise de fatos de língua*, trazemos junto o sentido de apagamento do “alguém que analisa”. Isso explica, a nosso ver, o pouco tratamento dado ao analista (o “alguém”) nas discussões acerca dos estudos da linguagem. Contudo, desde o lugar que aqui falamos, entendemos que o analista – no nosso caso, o lingüista - é

³⁶ Não nos interessa entrar na discussão acerca da denominação dada a esse processo de formação de palavras. Cabe apenas informar que Bechara (2001) trata tal processo por derivação regressiva, “que consiste em criar palavras por analogia, pela subtração de algum sufixo, dando a falsa impressão de serem vocábulos derivantes: de *atrasar*, tiramos *atraso*; de *embarcar*, *embarque*...” (p.370).

³⁷“A ilusão de que o processo se desenvolve totalmente sozinho”.

um dos elementos constituintes do fazer lingüístico trinitário, e, portanto, não pode ser negligenciado.

Da mesma forma, concebemos que o objeto de análise também tem um estatuto fundamental para a constituição desse fazer lingüístico trinitário. A definição do que aqui chamamos de fatos de língua depende do nosso entendimento acerca da noção de língua. A escolha por problematizar os termos – analista e objeto de análise – em duas seções distintas é meramente didática. Na verdade, sabemos que *análise* convoca ambos concomitantemente, isto é, analista e objeto estão intimamente relacionados, daí que essa distinção será muito mais estrutural do que temática.

2.1.1 Do analista

Conforme foi apresentado acima, esta seção visa a abordar aquele que está recalcado no sintagma *análise de fatos de língua*: o lingüista. Para tanto, deveremos mostrar como e o que implica a passagem da relação *lingüística*/objeto (cuja gênese remete à afirmação de Saussure “o ponto de vista cria o objeto” (1970, p.15)) para a relação *lingüista*/objeto.

Saussure, buscando desvencilhar-se do dilema que a afirmação “o ponto de vista cria o objeto” proporciona, qual seja, a de que, tomado o fenômeno lingüístico, ou se estuda um problema e não se percebe as dualidades que a ele subjazem ou se admite o estudo da linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o que permitirá que outras ciências reiviniquem a linguagem como seu objeto, dá como solução para todas essas dificuldades o seguinte: “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (*op.cit.* 16/17). Assim, ele institui a lingüística como ciência e designa seu objeto: a língua (*langue*).

A famosa afirmação de Saussure sofreu um deslize de sentido ao longo dos anos. É bastante comum identificarmos seu uso como justificativa para que diferentes tratamentos sejam dados no que tange à linguagem. Dessa forma, conforme o aporte teórico utilizado, distintos são os objetos que se constroem. Sabemos que há muito se questiona a existência da lingüística, ciência única e una cujo objeto é a *langue*. Flores e Teixeira (2005) defendem que há várias lingüísticas, e que a idéia de uma lingüística una, comumente divulgada através de livros didáticos introdutórios, é ficção. Assim, ao se diferenciarem conceitos, métodos e objetos, está-se circunscrevendo uma

diferente área. Talvez por isso, acrescentam os autores, a preferência atual do termo *estudos de linguagem à lingüística*.

Percebemos, dessa forma, que há um primeiro movimento interno à relação lingüística/objeto, qual seja, o que permite o deslocamento de *uma* lingüística - a inaugurada por Saussure, cujo objeto é a língua (*langue*) para o de várias “lingüísticas” cujos objetos são tão diversos quanto os olhares que lhe são lançados.

É preciso esclarecer em que medida se deu esse primeiro movimento. Conforme nos aponta Pêcheux em seu texto “A (des)construção das teorias lingüísticas” (1998), a constituição dessas teorias sempre envolveu um posicionamento em relação ao corte inaugural realizado por Saussure, corte esse que garantiu cientificidade à lingüística e que deixou um *resíduo* a descoberto (sujeito e sentido) (cf. Teixeira, 1999). Em outras palavras, as teorias ou bem seguem o padrão do estudo da língua por si mesma, ou procuram alianças com áreas biopsicofuncionais com intuito de suprir o que falta à lingüística.

Interessa ressaltar que a constituição dessa pluralidade de “lingüísticas” é assombrada pelo que Teixeira (*op.cit*) chama de *fantasma da completude* da ciência. Isso porque, de um lado, há teorias em que a concepção de língua se fecha nela mesma, estabelecendo a primazia da imanência e não dando espaço para exterioridades. De outro, o objeto língua se dissolve ao entrar em relação com o biológico, psicológico ou social, assim, “aposta-se que esses domínios possam vir a complementar o que falta à lingüística” (*op.cit.* p. 34). De qualquer forma, “a idéia de homogeneidade da ciência lingüística é preservada” (*op.cit*).

Em suma, nesse primeiro deslocamento, do singular lingüística/*langue* para a multiplicidade lingüísticas/objetos, percebemos que algo se mantém: a busca de completude. Nem que para isso se recalcque aquele *resíduo* impertinente para um estudo que se pretende ciência, ou se incorpore tantas outras questões que, a custo do esfacelamento do objeto língua, a ilusão de dar conta do todo seja garantida.

Esta observação é fundamental para explicitar como se passa desse tipo de relação para aquele entre lingüista e objeto.

Para tanto, retomaremos Milner em seu livro *O amor da língua* (1987). Insatisfeito com essa visão de ciência que busca o Um (a totalidade), o autor defende que, para que se possa dar

conta da exterioridade (o *resíduo*) na lingüística, deve-se falar da língua desde o lugar em que se vê, nela, espaço para inscrição de um sujeito desejante, ou, “(d)a lingüística enquanto afetada pela possibilidade da psicanálise” (p.17).

Assumindo que há um impossível próprio à língua (a partir da concepção freudiana *tudo não se diz*), o autor nos mostra que, desde uma lingüística cujo axioma fundante é “o real da língua é da ordem do calculável” (*op.cit.*) - que segue, portanto, os preceitos do ideal de ciência – construir a rede do real é investigar o impossível, entendido como agramatical. Em outras palavras, trata-se de domesticar, através da gramática e da lingüística, estes “diga, mas não diga”, a regra, o uso soberano, com os quais o falante tem de se arranjar. (p.7)

Ora, Milner não acredita que o impossível possa ser submetido ao domínio do homem. Deste modo, convocar a psicanálise para enunciar que “em matéria de língua, a ciência possa faltar” (p.8) é incluir, neste novo paradigma de estudos, o não-representável pelo cálculo: a alíngua³⁸; é dizer que o real no qual a língua se sustenta é percorrido por falhas, por espaços onde o desejo se espelha e o gozo se deposita; é, enfim, falar de sujeito (amor) e de objeto de desejo (língua).

O estatuto do lingüista, assim, é alterado: ele não é mais aquele que autoriza que a representação do regular (a gramática) entre na órbita da ciência, mas sim, aquele que é tomado exatamente pelo que exorbita essa regularidade: o impossível, o não-Um, a alíngua. Em outras palavras, o lingüista é revestido de amor da língua. É nesse sentido que Milner se propõe a:

tentar estabelecer se há algum sentido em falar de um desejo do lingüista enquanto tal, depois tentar nomeá-lo, isto é, **articular as vias por onde um ser falante pode inscrever-se como suporte de uma ciência, tendo por lugar o que faz com que haja ser falante e por objeto alguma região deste lugar.** (1987, p.9; grifo nosso)

A partir dessa passagem de Milner, Silveira (2007) aponta o que lhe parece ser a posição do lingüista frente ao seu objeto. Diz a autora,

Merece atenção que Milner sublinhe o papel do falante, ou seja, do lingüista como suporte dessa operação que é voltar-se para a língua, sendo que essa é algo que lhe constitui e, a partir dela, de dentro dela e, com ela, dizer dela. Essa operação não pode ser suportada por uma área, pela Lingüística, senão por um lingüista visto que ela é da ordem do singular. (2007, p.117)

³⁸ Tradução brasileira para o original francês *lalangue*. Termo cunhado por Lacan, ele “define a articulação do desejo à língua” (Teixeira, 1999, p.46, nota 16). Milner desenvolve este conceito relativamente à lingüística. Veremos em mais detalhes a seguir.

Silveira, em consonância com Milner, apresenta, assim, um deslocamento da lingüística para o lingüista, deslocamento este marcado por uma exterioridade (a psicanálise) que só retorna em forma de efeito sobre o lingüista, o qual pode “ter sua posição modificada em relação ao objeto língua” (p.115). Diz-nos a autora:

Resta aos lingüistas, que assim são nomeados por terem uma questão em relação à língua, e que se vêem afetados pela Psicanálise, a possibilidade da invenção **de uma posição em relação a esse saber/não saber da/sobre a língua**. (2007, p.115/116; grifo nosso)

O efeito dessa invenção sobre a posição do lingüista em relação ao seu objeto de estudo é perceptível nas análises que Normand apresenta em seus trabalhos reunidos no livro *Bouts, brins, bribes. Petite grammaire du quotidien* (2002a). Vale a pena retomar seu primeiro capítulo, intitulado “Le paradoxe du grammairien”, para percebemos como foi o processo de invenção para essa autora³⁹.

O texto é apresentado em forma de diálogo entre dois personagens, cujos nomes ou funções não são revelados. A partir de sua leitura, contudo, percebemos que as figuras colocadas em cena nessa interlocução nada mais são do que representações das duas possíveis posições do gramático frente à língua. Nesse sentido, Silveira e Normand estão em uníssono - eis o paradoxo do gramático: ou ele bem assume uma posição de saber da/sobre a língua, e aí se volta para a esfera do Um (cf. Milner), assombrado pelo fantasma da completude da ciência (cf. Teixeira), ou ele se coloca no lugar de quem não sabe da/sobre a língua. Transcreveremos, aqui, uma parte do diálogo que nos parece bastante representativa do problema. Ainda que o trecho seja um pouco longo, sua apresentação é fundamental para corroborar com o que estamos construindo no que se refere à relação lingüista/objeto. Vejamos:

- (...) Quand on découvre, après coup, qu'on a dit beaucoup plus ou autrement, ou mieux parfois, que ce qu'on voulait dire, on réalise que c'est la langue seule qui a ce pouvoir de formuler ce qui n'était que vague, inconsistant, indicible semblait-il.

³⁹ No seu livro “Allegro ma non troppo”(2006), os trabalhos, ainda que referentes a uma diversidade de temas, têm em comum o fato de serem efeitos dessa posição de lingüista reinventada. Em um belíssimo texto dessa obra – “D'une analyse à l'autre”, ao falar sobre seu livro *Bouts, brins, bribes...*, ela expõe essa questão claramente: “je n'aurais pas écrit (et n'écrirais pas) le genre d'articles qui ont été rassemblés dans ce livre si je n'avais pas « fait » (comme on dit) une psychanalyse” (p.113). (“Eu não teria escrito (e não escreveria) os tipos de artigos que foram reunidos nesse livro se eu não tivesse feito (como se diz) uma psicanálise”). Apresentaremos o trabalho dessa autora com mais detalhes em 2.2.2.

- Banalités depuis Freud ! On ne connaît que trop ces blessures du moi qui s'est laissé piéger et comme on peut s'en trouver mortifié !

- Mortifié, sans doute, quand on se croyait le maître, mais pourquoi pas ravi de ce savoir-faire ignoré ? (...) mon sujet - mon objet, se vous préférez, est à la disposition de tout être dit « parlant » ; c'est l'atelier modeste où s'élaborent les expressions les plus fortes comme les distinctions les plus fines, avec les moyens les plus courants. Et cela, notez-le bien, parce que celui qui parle se plie à des contraintes formelles très précises. Qu'il les viole et on en réalise l'existence!⁴⁰ (2002a, p.7/8)

Normand, nesta passagem, sintetiza de forma brilhante a relação lingüista/objeto como a entendemos: o lingüista não deve ser mestre do saber da/sobre a língua; a língua não é um objeto fechado e calculável. Se entendermos que nosso objeto é exatamente a língua ordinária, comum - aquela que, em si e por si mesma, permite que se diga mais do que se queria, ou de outra forma; aquela que, pela violação de suas restrições formais deixa ver exatamente o que lhe é próprio: que a língua mesma permite que algo escape - requer-se então que o lingüista suporte esse não-*Todo*, que ele sustente o fato de que a língua é ela mesma a forma e o meio para que as “trapaças⁴¹” languageiras tenham lugar.

É nesse sentido que se acrescenta o ponto de vista de Teixeira (1999): “se a psicanálise está colocada, a análise dos processos discursivos terá necessariamente que operar com uma noção de língua que suporte o *real* do não sistemático” (p.59). Fazendo retornar o lingüista que o uso da palavra *análise* recalcou, diríamos que é ele que terá que suportar esse não-*Todo* da língua.

Enfim, de uma relação inicial entre *lingüística* e objeto, passamos para aquela que diz respeito ao *lingüista* e objeto. Observamos que não se trata mais, então, de uma lingüística tomada como um *todo* completo (sob a égide do binarismo, como vimos acima), e sim da posição do

⁴⁰ - (...) Quando se descobre, mais tarde, que se disse muito mais - de uma maneira diferente, ou até melhor, às vezes - do que aquilo que se queria dizer, ficamos com a nítida impressão de que é somente a língua que tem este poder de formular o que era apenas vago, inconsistente, que parecia indizível.

- Banalidades desde Freud! Conhecemos bastante somente essas feridas narcísicas, feridas do eu que se deixou capturar e como é possível ficar mortificado por isso!

- Mortificado, provavelmente, quando você se acredita senhor da situação, mas porque não fascinado, com esse saber ignorado? (...) meu sujeito - meu objeto, se preferir, está à disposição de todo ser dito “falante”; é o ateliê modesto em que são elaboradas as expressões mais fortes, assim como as distinções mais finas, através dos meios mais corriqueiros. É isso, preste bem atenção, porque aquele que fala obedece a restrições formais bastante exatas. Quando ele as viola é que temos consciência de sua existência!

⁴¹ Roland Barthes, em sua aula inaugural no Collège de France (1977), lança sua famosa fórmula: “ a língua, como performance de toda a linguagem, não é reacionária nem progressista; ela é, muito simplesmente, fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer”. Complementa ele que, para escapar desse fascismo, é preciso “trapacear com a língua, trapacear a língua” (1992: p.16). Isso porque, conforme Normand,(2002) a língua é ela mesma “trapaça”.

lingüista que, ao admitir a hipótese do inconsciente, é por ela afetado na sua relação com o (des)conhecimento da língua, e portanto, assume a incompletude do objeto com que lida. Isso é, para nós, um dos fundamentos do fazer lingüístico trinitário.

2.1.2 Do objeto de análise

Na seção anterior, explicitamos os termos em que o lingüista está implicado na análise de fatos de língua. Indicamos que sua posição frente ao seu objeto é afetada pela consideração de uma exterioridade teórica, qual seja, a psicanálise, na medida em que esta retorna sobre o fazer do lingüista a partir do efeito que nele produz; é o que os trabalhos (cf. acima) de Milner (1987), Silveira (2007) e Normand (2002) apontam e que refletem nosso ponto de vista acerca do tema. Entendemos que esse efeito, que aqui estamos dizendo ser do âmbito do trinitário, revela que, sobre sua concepção de língua, essa exterioridade também repercute.

Assim, procuraremos, num primeiro momento, explicitar em que condições o objeto língua pode ser entendido como lugar de incompletude. Esta reflexão fundamenta nosso entendimento acerca dos fatos de língua, que serão apresentados em seguida.

2.1.2.1 Da língua

Passaremos, agora, a um estudo mais aprofundado da noção de incompletude da língua (cf. acima). Para tanto, iniciaremos com a apresentação da reflexão sobre o real da língua, conceito proposto por Milner (1987) para indicar o ponto de falta irremediável na língua que nesta se manifesta como uma série de equívocos. Conforme o autor, este é o ponto onde língua e desejo inconsciente se articulam, portanto, é a noção que permite relacionar lingüística e psicanálise. Veremos que, desta articulação, surge uma nova forma de se pensar os estudos lingüísticos, e acreditamos que isso pode se traduzir no que entendemos por fazer lingüístico trinitário. Após, retomaremos Milner (1987) e Gadet&Pêcheux (2004), que nos mostrarão, cada um a seu modo, que a questão da falta constitutiva da língua já estava presente em Saussure. Destas considerações se delineará uma noção de língua que, acreditamos, faz eco aos pressupostos da trindade.

2.1.2.1.1 O real da língua segundo Milner

Conforme vimos mais acima, Milner (1987) aponta que é possível que um lingüista tenha sua posição frente ao seu objeto alterada, no sentido de não tomá-lo como um todo sobre o qual só se faz elaborar regras que visam a domesticar a língua, se a ele couber “escolher seu próprio entendimento dos símbolos que maneja, e, neste caso, não querer ignorar a alíngua à qual seu objeto é arrancado, nem o não-todo que sem cessar marca suas totalidades” (p.75). Para sustentar esse raciocínio, o autor elabora uma reflexão pormenorizada acerca do que ele chama de *real da língua*; examinemos com mais vagar essa questão-chave.

Como é a língua? Há duas formas de responder a esta questão: 1ª) “é assim”, resposta oriunda da lingüística que segue os preceitos ditados pela ciência moderna⁴² ou; 2ª) “é tal que pode se qualificar como objeto de uma ciência e objeto de um amor”, proposição defendida por Milner, revolucionária em relação ao pensamento científico como o conhecemos. Considerando que perguntar *como* é dizer da modalidade de existência da língua, cada resposta envolve uma série de operações para que esta existência seja garantida. O fato de se responder “é assim” demanda que se operem exclusões, por outro lado, a proposta milneriana aponta para um processo contrário, de inclusão do que foi deliberadamente deixado de fora.

A lingüística, para delimitar seu objeto, e validar sua escrita, precisou concebê-lo numa isotopia absoluta: “de qualquer lugar que se considere, ela [a língua] deveria oferecer uma mesma fisionomia” (p.14). Para que isto fosse possível, uma série de proposições foi descartada, a saber:

- “- as línguas não formam uma classe consistente, sendo incomensuráveis;
- uma língua não é idêntica a si mesma;
- um língua é substância;
- um língua pode cessar de ser estratificada;
- uma língua não é isotópica.” (op.cit)

⁴² Conforme Milner “a ciência moderna não propõe nenhuma representação, não impõe nenhuma teoria; ela se limita a deitar escritas” e ainda “a ciência de que se trata é a ciência moderna, aquela que, depois de Galileu, substitui ao objeto, letras e símbolos a partir do que ela própria raciocina.” (p.20). Se retomarmos os ensinamentos de Dufour (cf. capítulo 1), trata-se da ciência estabelecida a partir de critérios da binariedade.

Ao excluir estas proposições, a lingüística pôde definir seu objeto como Um, como Todo, pôde, enfim, dar como resposta à *como é a língua?*: “é assim: [é] distinguível do que não é uma língua, sempre distinguível de uma outra língua, sempre idêntica a ela mesma, sempre inscritível na esfera da univocidade e sempre isotópica.” (*op.cit*).

Milner inova ao constatar que ao exercer essas exclusões, um elemento que as percorre a todas e que é da ordem mesmo da língua acabou por ser descartado juntamente. Este real, que a lingüística e a gramática insistem em negar, este lugar de equívocos, o autor designa como alíngua, a partir do nome forjado por Lacan.

Há, nesse modo de ver, não apenas a inclusão do que foi descartado, mas uma exaltação da relevância do que exorbita a língua para ela própria. Nesse sentido, não só a alíngua é este registro que consagra a língua a equívocos, como também, e exatamente por isso, ela é o que faz com que a língua seja uma entre outras, sempre outra para ela mesma, incessantemente heterotópica (p.15). Conclui-se que a alíngua é estruturante da língua.

E não adianta o esforço de lingüistas e gramáticos que, ao decretarem o certo e o errado, acreditam estar regularizando esse impossível a dizer. Pelo contrário, pelo fato mesmo de assumirem que há uma partição inerente à língua, constata-se que tudo não se pode dizer. Conforme Milner “o puro conceito de língua é aquele de um não-todo marcando a alíngua; ou a língua é o que suporta a alíngua enquanto ela é não-toda.” (p.19)

Vejamos o que deriva desta constatação. Sendo “a alíngua não-toda: segue-se que alguma coisa não cessa de não se escrever aí” (p.25), e tendo em vista que a alíngua se ancora na língua, temos que há um real irrepresentável que só pode ser vislumbrado a partir da língua (Todo). Isto quer dizer que a língua é marcada de heterogêneo⁴³, suporte do irrepitível, da singularidade.

Percebe-se, assim, que o conceito de alíngua é fundamental para responder à questão *como é a língua?* Ela só pode “se qualificar como objeto de uma ciência e objeto de um amor” porque há alíngua: “aquilo pelo qual, de um único e mesmo movimento, existe língua (ou seres qualificáveis de falantes, o que dá no mesmo) e existe inconsciente” (p.18). Dito de outra forma:

⁴³ Se retomarmos o que apresentamos mais acima sobre Benveniste, constataremos que conceber sua noção de língua como não passível de se apoiar numa divisão interna do tipo binária, e sim como constituída por uma divisão estruturante que é da ordem da trindade (expressa pelos termos eu-tu-ele) parece estar em consonância com a consideração de Milner de que a língua é estruturada pelo não-Todo.

Que a alíngua existia de fato equivale a dizer, como vimos, que o amor é possível, que o signo de um sujeito pode causar o desejo, que um sujeito de desejo pode fazer o signo numa cadeia; é por aí que a alíngua excede a língua e imprime nela a marca pela qual se faz conhecer. (p.64)

Para finalizar, dizer que o objeto da ciência lingüística é atravessado pela psicanálise implica num posicionamento totalmente novo: não mais negar o que lhe exorbita – que se concentra num ponto de cessação: o sujeito da enunciação – mas sim buscar estudar exatamente estes “segmentos que não se saberia descrever sem que precisamente o sujeito intervenha”. (p.29). Ora, Milner nos diz que estes segmentos são conhecidos há muito tempo: o ne expletivo estudado por Damourette e Pichon, certos imperfeitos, as pragas, os insultos, o discurso indireto (op. cit). Se acompanharmos a proposição do autor (p.30), devemos entender que as redes do real às quais a lingüística está ligada revelam traçar caminhos que se perdem na floresta da alíngua; cabe a nós, a partir do ponto onde o caminho se perde, tomar o partido da ética da verdade:

É preciso, enquanto lingüista, e na própria escrita a que nos submetemos, articular o ponto, não como distinguível, mas como localizável pela via da falha que ele impõe a todas as referências. (p.30)

Tomar esse partido se configura, no nosso ponto de vista, em praticar um fazer lingüístico trinitário.

2.1.2.1.2 Saussure e a falta como inerente à língua

Acompanhamos, até aqui, a apresentação da noção de real da língua segundo Milner. Se retomarmos as duas teses que articulam o objeto da lingüística - a) a língua suporta o não-todo da alíngua, b) a língua é um todo - compreendemos como o autor propõe que o que exorbita a língua seja nela incluído. Conforme suas palavras:

Este não-todo se manifesta como uma série de pontos de impossível: pensar a língua é afirmar que estes pontos formam uma rede e que esta rede é representável. Pensar, também, que ele é representável como um todo, e se obtém, na sua conjunção contraditória, as duas proposições iniciais: a língua é todo e não-todo. (p.72)

Veremos, a seguir, como em Saussure já é possível vislumbrar essa conjunção, ou, em outras palavras, como a falta se apresenta como inerente à língua. Contudo, antes de dar prosseguimento, cabe algumas palavras sobre este lingüista.

Saussure é normalmente conhecido como o autor do livro *Curso de Lingüística Geral* (CLG). Ele costuma ser citado em aulas de introdução à lingüística por sua “importância histórica” como fundador da disciplina – nada além disso. Toma-se então o CLG e faz-se um estudo planejado das dicotomias, ou, como Foucault nos ensinou: lê-se essa obra como *documento*⁴⁴.

Infelizmente, este gesto de leitura demonstra desconsiderar que esta obra é, na realidade, uma edição póstuma compilada por alguns de seus alunos a partir de suas anotações de aula, nesse sentido, ela é marcada por uma incompletude inerente ao fato de ser fruto de diversas interpretações pessoais das exposições orais do mestre. Isto quer dizer que, ao apresentá-la como pronta, deixa-se de tomá-la como um interrogante, como um livro no qual visualizamos as dúvidas de um pesquisador *louco por sua língua*⁴⁵, enfim, como um *monumento*⁴⁶. Em outras palavras, reduzir Saussure a um personagem histórico acaba por apagar aquele homem incerto, questionador, curioso e, portanto, desejante.

Além deste outro lado do Saussure do Curso, que costuma ser negligenciado, há o Saussure noturno (cf. Gadet & Pêcheux, 2004), o que preencheu cerca de 200 cadernos, fascinado em desvendar o enigma dos Anagramas⁴⁷. Calvet (apud Dosse, 1993) chama-o de segundo Saussure, no qual haveria:

A idéia da existência de uma linguagem sob a linguagem, de uma codificação consciente ou inconsciente das quais não existe o menor traço no CLG, no Saussure oficial, ajardinado (p.72)⁴⁸

Este Saussure assombrado⁴⁹ pelos Anagramas, também não costuma ser amplamente estudado e discutido entre aqueles que fazem lingüística⁵⁰.

⁴⁴ Foucault, em seu livro *Arqueologia do Saber* (2000), no que concerne à disciplina História, nos diz que, por muito tempo, o objeto de estudo eram os *documentos*, tratados como “a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil, mas, por sorte, decifrável” e ainda “matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros” (p.7) Nesse sentido, parece-nos que a leitura tradicional do CLG considera-o como um documento.

⁴⁵ Esta expressão é de Gadet&Pêcheux (2004).

⁴⁶ Em contrapartida à noção de documento, Foucault diz que a história atual mudou sua relação a eles ao transformá-los em monumentos, isto é, [ela] “desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos.” (p.8). Acreditamos que este deveria ser o modo de ler a obra saussuriana: como um *monumento*.

⁴⁷ Segundo Dosse (1993, p. 72), o estudo dos Anagramas era uma pesquisa para ver se não haveria, nos textos védicos e saturninos da poesia sagrada da Índia e de Roma, um nome próprio disseminado no interior destes que fosse, ao mesmo tempo, destinatário e o sentido fundamental da mensagem.

⁴⁸ Tanto Milner quanto Gadet&Pêcheux põem em xeque a existência de dois Saussure. Veremos mais sobre o assunto a seguir.

Em resumo, há aspectos desses *dois Saussure*⁵¹ que urgem ser trabalhados porque permitem repensar o estatuto do objeto e dos princípios da lingüística, sendo referência que fundamenta estudos como os de Benveniste⁵², Pêcheux e Authier-Revuz, dedicados à enunciação e ao discurso (cf. Teixeira, 1999).

É esse o caminho seguido por Milner. Para sustentar sua tese de que a língua é estruturada pela falta, além de desenvolver a noção de alíngua e, com isso, convocar a psicanálise lacaniana, o autor retoma Saussure e demonstra que no interior de sua própria obra, a partir da noção de signo e dos anagramas, há pontos de não-*Todo*.

Assim, Saussure é abordado em *O amor da língua*, num primeiro momento, para mostrar em que medida seu gesto de fundação da ciência lingüística interessa à psicanálise, a saber, porque através da sua teoria sobre o signo lingüístico pôde-se sustentar a tese do discernível, tornando possível uma escrita. Acontece que dizer Um é afirmar que há não-Um. Decorre deste raciocínio a possibilidade de constatar que, já em Saussure, vislumbramos um lingüista tomado pelas questões do não-*Todo*. Não é de nosso interesse, neste trabalho, pensar a possibilidade de uma escrita propriamente dita nem o seu valor para a psicanálise. O que pretendemos, neste momento, é acompanhar a reflexão milneriana sobre a tese do discernível na obra saussuriana, pois acreditamos que esta tese e o que dela deriva permitem fazer uma aproximação entre o Saussure do curso e aquele dos anagramas, levando-nos a conclusão de que a incompletude sempre foi inerente à língua, uma vez que nela há um espaço (uma falta, uma falha) em que se marca a instância do não-*todo*, a alíngua.

A língua é um sistema de signos. Este axioma é a forma pela qual Saussure instaura a lingüística como ciência. Seu objeto é o lingüístico, o conceito de signo é sua expressão. Assim temos, de um lado, que *língua é forma, não substância* – afirmação que resume o princípio defendido por Saussure de que a lingüística só é possível se houver uma distinção entre as *coisas em si* (ligadas à substância, logo extralingüístico) dos *fenômenos* (referente à forma,

⁴⁹ “Saussure pensa perder sua reputação de estudioso por ter acreditado reconhecer anagramas” (Milner, 1982, p. 336, apud Pêcheux, 1998, p.37)

⁵⁰ É nesse sentido que podemos pensar o fato de os lingüistas que buscaram dar seguimento à obra de Saussure terem acabado por constituir um movimento – o estruturalismo – o qual não levou em conta a coexistência do Saussure do Curso e aquele dos Anagramas. A leitura binária que comumente se faz da obra de Benveniste assume exatamente isto: que este se alia a esse grupo, e, dessa forma, sua leitura da obra do mestre se pauta nos critérios da binariedade.

⁵¹ Expressão usada como título de capítulo de livro de modo afirmativo por Dosse (1993) e de forma interrogativa por Gadet & Pêcheux (2004). Veremos porque os últimos questionam a existência de dois Saussure a seguir.

⁵² Evidentemente, essa afirmação se sustenta na leitura trinitária de Benveniste.

intralingüístico) – e esta é o objeto da ciência, de outro, observamos que as propriedades do signo corroboram com esta concepção. Daí o signo ser arbitrário, negativo e bifacial.

Milner nos diz que o arbitrário, em Saussure, tem duas funções, uma positiva e outra negativa. A primeira é afirmar que há duas ordens, a dos signos e a das coisas, e que a relação entre elas é de simples encontro, não sendo determinado por nenhuma das duas. Dentro da ordem dos signos, o arbitrário também governa a relação entre significante e significado. Em suma, o arbitrário é o que permite dizer que a lingüística não tem a ver com as coisas do mundo. Isto leva à segunda função: a de ignorar. O fato de ser puro encontro a relação entre significante e significado, entre signo e coisa do mundo, a lingüística não tem de saber. Esta concepção atesta a língua como forma.

O negativo desdobra-se em opositivo e relativo: os signos são vários e formam uma ordem e são sempre deduzidos. Ser opositivo é dizer que um signo só recebe identificação pela rede de relações, isto é, Um é o que o outro não é, não há Um em si. Se eles não podem ser identificados separadamente, isto que poderia conferir sua identidade fora da rede de relações é ignorado - reitera-se, assim, que a substância (a ordem das coisas) não é língua – e só podem, portanto, ser deduzidos.

Por fim, o bifacial não é muito discutido por Milner por entender que esta propriedade não é exclusiva ao signo lingüístico. Se o signo é composto por duas faces, basta, então, dizer que no escopo da lingüística, uma corresponde ao significante e outra ao significado, e estas não têm ligação alguma com as coisas do mundo.

Percebemos, deste modo, que ao definir a forma como determinante do estatuto do lingüístico, Saussure, pelo mesmo gesto que salva o idêntico, revelou o não-idêntico a si, a substância. Em outras palavras, através da ignorância, ele abriu espaço para que percebamos a condição de existência da dimensão do não-idêntico: é o equívoco e tudo que o promove (p.13).

Seguindo esta linha, devemos retornar à ignorância que garante a propriedade da negatividade do signo. Conforme Milner, este não saber tem um *status* diferente dos que garantem a pertinência dos outros dois. Isto porque, ao dizer que a identidade do signo deriva da sua negatividade, Saussure permite constatar que na língua há o discernível, há Um, e por conseqüência, aquilo que ele ignora é o não-Um.

Contudo, esta operação é marcada por um paradoxo. Conforme Milner:

O próprio elemento que deve assegurar o discernimento é atravessado pela multiplicidade das oposições nas quais ele está preso: ele não tem subsistência que assegure a instância do Um. É que o signo se ajusta a um silêncio: ele é construído de sorte que o sujeito seja forcluído⁵³. (p.54)

A pergunta é, então, a seguinte: de onde vem a existência do discernível? Retomemos os estudos dos anagramas para destrinchar esta questão.

Tendo em vista que o princípio do anagrama é que em um verso saturnino, “os fonemas de cada tipo são sempre em número par e são escolhidos a partir de um nome, ligado de maneira crucial ao sentido narrativo do verso” (p.55), e que sua causa “é um saber, explícito e consciente, cuja ausência de todo traço deve ser atribuída a um segredo” (*op.cit*) entendemos que Saussure, ao estudá-los, está a negar seu conceito de signo. Este fato se justifica porque o anagrama tem uma identidade em Si, não é contingente nem arbitrário, funciona como um “sentido” – enquanto coisa do mundo é que ele designa o verso, enfim, ele supõe o terceiro excluído (p.55,56): a substância. Desenha-se, assim, o retorno do forcluído: é só porque há a reparação do todo em Si das unidades da língua e relacionada a um sujeito do desejo que Saussure pode investigar os anagramas.

Milner apresenta, de forma brilhante, em que medida os anagramas são a chave para que se possa ver, em Saussure, o não-*Todo* fazendo furo na língua:

Assim o anagrama representa, incluído na rede do impossível da língua, um “a mais” que dele se distingue. De um lado, ele é inteiramente formulável em termos de fonemas, e supõe uma análise fundamentada por sua vez, no princípio que torna contingente a homofonia (...); por outro lado, ele nomeia um real que excede toda fonologia possível: por aí, pelo incontornável de seu real, ele coloca a língua em excesso, quer a tomemos em si mesma ou na sua representação calculável: esta função de excesso, nós a chamamos *alíngua*. (p. 57)

Mas a resposta à questão anterior ainda não foi dada. Para tanto, é preciso retomar o Saussure do Curso. Tanto nos anagramas quanto no CLG, vê-se Saussure subjetivando em si mesmo a posição de agente do Um, fazendo-se o suporte do que na língua introduz o impossível, sendo o agente do discernível. É por querer sustentar o Um no seio dos equívocos sonoros do verso latino e no seio de toda língua possível através do diferencial que se pode concluir que o Um que marca a língua vem de outro lugar (p.68).

⁵³ A aproximação à definição da formação do estruturalismo a partir de critérios binários (cf. Dufour, capítulo 1) não poderia ser mais evidente. O que aqui Milner chama de não-Um, lugar do sujeito, refere-se à “casa vazia”, termo tomado de empréstimo de Deleuze, a qual, como nos diz Dufour, não é vazia pois é o lugar dos axiomas unários e trinitários.

Acompanhamos, nesse sentido, a constatação de Teixeira: “Tomando-se o CLG e os Anagramas como os dois lados de um mesmo fenômeno, conclui-se, por Milner, que Saussure aí deixa entrever a falha que o próprio real vem escrever na lingüística” (1999, p.51).

Por fim, podemos vislumbrar em Saussure um lingüista revestido de amor da língua. Ele se apresenta como aquele que é tomado exatamente pelo que exorbita a regularidade da língua: o impossível, o não-Um, a alíngua.

Gadet&Pêcheux, em seu livro *A língua inatingível* (2004), apresentam um outro viés de leitura da obra saussuriana em relação àquela apresentada por Milner. Eles também defendem a perspectiva pela qual os dois Saussure (o do *Curso* e dos *Anagramas*) devem ser vistos conjuntamente, porém, para eles é a noção de valor que permite fazer a aproximação entre o noturno e o diurno, entre a ciência e a poesia (loucura) (p.57).

A fim de respaldar este ponto de vista, os autores evocam, primeiramente, o artigo de Benveniste chamado *A natureza do signo lingüístico* (1939), no qual o lingüista defende que é o conceito de valor, e não o de arbitrário, que fundamenta o estudo da língua em total desarticulação com elementos da realidade. Em seguida, acompanham a crítica de Normand em relação à forma como a noção de relativamente motivado é apresentada no *Curso*. Para a autora, a não valorização desta noção – aquela que evidencia que o que está em jogo, na determinação do signo, é sua relação com outro signo, mecanismo, portanto, interno à língua - levou ao apagamento do que dela deriva: “o valor sustenta e, ao mesmo tempo, limita o arbitrário” (p.58).

Contudo, Gadet&Pêcheux reivindicam que a teoria do valor ainda tem mais alcances. Conforme suas palavras:

Colocar o valor como peça essencial do edifício equivale (...) a conceber o não dito, o efeito *in absentia* da associação, em seu primado teórico sobre a “presença” do dizer e do sintagma; o não dito é constituinte do dizer, porque o todo da língua só existe sob a forma não finita do “não-tudo”, efeito da alíngua; é pelo papel constitutivo da ausência que o pensamento saussuriano resiste às interpretações sistêmicas (...) (*op.cit.*)

É nesse sentido que o valor dá outra dimensão para a interpretação sobre os estudos dos Anagramas. Tem-se, então, que o que Saussure vê nos versos saturninos é atribuível à própria língua. Isto leva à constatação de que o sistema (a língua) tem espaço para subversão, dito de outra

forma, há pontos em que o real e o equívoco se relacionam. Como dizem os autores “é aí que a ciência da linguagem relaciona-se com o registro do inconsciente” (p.59).

Por fim, sua leitura da obra saussuriana ainda nos indica que a contradição que une a língua à alíngua não se resolve através de Saussure, o que ele faz é abri-la, tornando-a visível.

Em nosso entendimento, é isso que faz também Benveniste. A leitura trinitária de sua obra, baseada na reflexão de Dufour, nos diz que, a estruturação da língua como da ordem do Três, expressa pelos termos eu-tu-ele, permite que se a conceba como lugar do Um e do não-Um (cf. Milner), isto é, como incompleta já que o que lhe seria exterior retorna para ali a constituir. É isso que mostra Flores (1999)⁵⁴, ao procurar demonstrar que “a existência do sujeito está ligada a existência da língua” (p.47). Para contemplar este sujeito, ele busca propor:

Uma teoria da enunciação que dê conta tanto da estrutura lingüística como das rupturas que nela se manifestam. (...) Porém, esta teoria da enunciação não pode ser proposta sem que se redimensione o objeto da ciência. (p.47-48)

Redimensionar esse objeto – a língua – foi o que buscamos fazer nesta seção. Acreditamos, contudo, que dizer que o objeto da ciência concebido como Um constituído pelo seu reverso de não-Um (*op.cit.* p.48) implica também uma nova configuração de ciência. Em nossa opinião, esse novo fazer lingüístico é da ordem da trindade.

2.1.2.2 Dos fatos de língua

Conforme as reflexões desenvolvidas até aqui, pôde-se fundamentar o caráter de incompletude da língua. Partimos da noção de real da língua, apresentado por Milner, como um lugar de equívocos que estrutura a língua. Isto deriva em afirmar que a língua é todo e não-todo. Dado que este lugar, o espaço do não-todo, aponta para um impossível que não cessa de não se escrever, temos que o inconsciente, na língua, faz furo. A alíngua, neste sentido, é o conceito que articula língua (ser falante) e inconsciente (sujeito). A releitura da obra saussuriana por Milner, que considera os Anagramas, vem a confirmar que o que exorbita a língua acaba por constituí-la. É a constatação de que língua é forma e substância. Já a aproximação a estes textos feita por Gadet&Pêcheux permite concluir que a noção de valor é aquela que atesta que o sistema dá espaço para a subversão.

⁵⁴ Traremos com mais detalhes o trabalho deste autor em 2.2.2.

Tendo em vista, portanto, que desde o lugar de um fazer lingüístico trinitário, isto é, constituído por lingüistas afetados pela possibilidade da psicanálise – esta é a forma como estamos propondo a trindade aqui – trata-se de assumir a incompletude da língua. A questão que surge é: como constituir o dado de análise, uma vez que a língua é Todo e não-Todo?

Antes de tudo, podemos dizer que, à luz do trinitário, *dado* não é jamais “dado”. Vejamos em que medida essa fórmula ganha sentido.

Consideremos, de início, que há dois aspectos envolvidos na natureza do ponto de vista ora considerado: o da observação e o da descrição. Assim:

a) Quanto à observação: o tratamento dos dados em uma teoria, seja ela qual for, depende, primeiramente, de uma certa forma de observar este dado; uma observação não é teoricamente neutra, ela já é um início de descrição (Ducrot, 1987, p.50). Nesse caso, a perspectiva enunciativa é levada desde sempre a supor que os sujeitos que falam uma língua não estão ausentes daquilo que dizem e, portanto, se marcam na estrutura mesmo do que dizem. Além disso, admite-se que o sujeito deva ser considerado como instância de fala - não redutível às marcas lingüísticas mesmo que não prescindam delas - cuja abordagem transcende os limites da lingüística e impõe recurso a exterioridades teóricas. O que se enfatiza, com isso, é a irrepetibilidade da enunciação. Eis a hipótese primeira da metodologia enunciativa: o dado, o observável, é a maneira pela qual o sujeito se marca naquilo que diz numa configuração eu-tu-ele/aqui/agora singular;

b) Quanto à descrição: está-se aqui no nível da construção de mecanismos internos de tratamento do dado. Esse trabalho é feito tendo em vista as necessidades de explicitação do que foi mencionado no item acima. A esse aspecto pode-se chamar *fato*. Constitui um fato enunciativo de língua todo o fenômeno que servir para explicitar a maneira pela qual o sujeito se marca naquilo que diz numa configuração eu-tu-ele/aqui/agora singular.

Acompanhando o raciocínio apresentado por Ducrot (1987) para explicar o método de trabalho adotado na semântica sintagmática, propomos que esses dois aspectos sejam relativos ao que o autor chama de *hipóteses externas* e *hipóteses internas*:

... hipóteses externas (são) relativas à fase empírica de observação, (...) ela implica pelo menos que os fatos observados tenham sido subsumidos a conceitos, e ela supõe, portanto, a adequação destes conceitos, considerados como extraídos dos fenômenos somente seus caracteres pertinentes. (p.50)

Já as hipóteses internas dizem respeito à fase construtiva, “comandam a explicação dos fatos” (p.53) e permitem que determinadas questões sejam tomadas como “noções operatórias, que o lingüista constrói de acordo com as necessidades de seu empreendimento global” (p.60).

A diferença entre essas duas hipóteses é que as externas, uma vez definidas, não podem mais ser discutidas, nem alteradas, enquanto as internas são revogáveis, passíveis de serem repensadas e reconstruídas em função de outras ou melhores formas de explicar a hipótese externa.

Nesse sentido, quanto aos dois aspectos da natureza do ponto de vista enunciativo que convocamos, podemos pensar que o primeiro (da observação) corresponde ao que Ducrot chama de hipótese externa, pois é impossível de ser abandonado sem que, com isso, se abandone também o objeto a ser estudado; já o segundo (da descrição) pode (e deve) ser abandonado sempre que não comportar a realização do primeiro, portanto, faremos sua correspondência com a hipótese interna.

Essa reflexão explica porque o nosso objeto de análise são os fatos e não os dados. O dado, nessa perspectiva, não é atingível, palpável, recuperável. É a enunciação, e como tal, é efêmera. O *fato enunciativo de língua* se configura no produto de um ponto de vista, o que cria o objeto a ser analisado. Em outras palavras, e retomando a máxima apresentada acima, essa concepção justifica o fato de que nosso objeto não é jamais “dado”: ele é uma construção do analista.

O uso do termo *fato* para se referir ao objeto de análise é autorizado pelo próprio Benveniste, quando utiliza a expressão “fato lingüístico”, em texto de 1962, *Os níveis de análise lingüística*, diz:

Quando estudamos com espírito científico um objeto como a linguagem, bem depressa se evidencia que todas as questões se propõem ao mesmo tempo a propósito de cada **fato lingüístico**, e que se propõem em primeiro lugar

relativamente ao que se deve admitir como *fato*, isto é, aos critérios que o definem como tal. (2005, p. 127) (grifo nosso)

Assim, para que possa construir o *fato de língua*, o lingüista precisa deixar-se interrogar pelo que está diante de si; é preciso conceber a língua como enigma, sobre a qual ele não tem qualquer poder de ordem. É o que nos diz Silva (2007), ao apresentar em que medida o dispositivo⁵⁵ que desenvolve em sua tese sobre a inscrição da criança na linguagem não só proporciona uma possibilidade de explicação para como se dá o movimento da criança em relação à apropriação da língua como também reflete sobre o analista que está diante de seu *corpus* e precisa tomar decisões metodológicas quanto ao seu estudo. Ao definir que a exterioridade está presente nas suas discussões lingüísticas, ela afirma:

Esse ponto de vista externo à Lingüística, mesmo que indireto, também foi a chave necessária para o olhar lançado sobre o dado, uma vez que possibilitou o “desarmamento” da lingüista que caça no discurso marcas formais da língua para buscar respostas e sentidos fechados em si mesmo. Por isso, deixamos o discurso e os atos enunciativos nele implicados nos interrogarem, o que possibilitou trabalhar em um espaço marcado pela imprevisibilidade. (p.260)

A nosso ver, os fatos de língua também são atravessados pela exterioridade constitutiva do fazer lingüístico trinitário na medida em que são uma construção do lingüista que, afetado pela hipótese do inconsciente, assume que sua análise não buscará a apreensão do todo do sentido. É o que corrobora Normand, ao sugerir que a análise que busca dar conta do âmbito semântico como aquele que engloba o semiótico e abre a teoria benvenistiana para outras áreas exige, em nossas palavras, um olhar trinitário e não binário:

L’analyse du sémantique (analyse de telle ou telle unité de discours) associe une analyse sémiotique de l’énoncé à un commentaire sur la situation chaque fois particulière de l’énonciation (tel sujet, tel temps, tel référent, telle interaction, dont les marques font partie de la description sémiotique) ; comme tout commentaire de texte cette analyse interprète les énoncés mais ne prétend pas tout dire de leur sens⁵⁶. (2001a:p.36)

⁵⁵ Tal dispositivo é essencial para explicitar em que termos a exterioridade é constitutiva do fazer lingüístico (e por assim o ser, o chamamos de trinitário). O apresentaremos com mais detalhes em 2.2.2.3.

⁵⁶ “A análise do semântico (análise desta ou daquela unidade de discurso) associa uma análise semiótica do enunciado a um comentário sobre a situação cada vez particular da enunciação (este sujeito, este tempo, este referente, esta interação, cujas marcas fazem parte da descrição semiótica); como todo comentário de texto, esta análise interpreta os enunciados, mas não pretende dizer tudo a respeito de seus sentidos.”

No capítulo a seguir, retomaremos alguns conceitos fundamentais da teoria de Benveniste e, em seguida, acompanharemos a reflexão de importantes lingüistas de orientação enunciativa acerca dos deslocamentos que esta teoria permite.

2.2 PROBLEMATIZAÇÃO DOS TERMOS IMPLICADOS PELA PALAVRA *ENUNCIATIVA*

Anunciamos, no início deste capítulo, que nosso objetivo é esclarecer em que condições as palavras *análise* e *enunciativa* ganham sentido na expressão *análise enunciativa*. Isso porque acreditamos que as instâncias aí colocadas em jogo são atravessadas por uma exterioridade teórica, qual seja, a psicanálise lacaniana, e é isso que caracteriza a constituição do que aqui chamamos de *fazer lingüístico trinitário*. Tendo nos ocupado da *análise* em função dos elementos por ela implicados – o lingüista e os fatos de língua, na seção anterior, devemos, agora, discorrer sobre *enunciativa*.

Primeiramente, apresentaremos alguns conceitos fundamentais da teoria da Enunciação benvenistiana de forma a amparar o lugar desde onde os princípios de análise enunciativa de fatos de língua são elaborados. Isto quer dizer que nosso objetivo de refletir acerca da análise lingüística se sustenta, antes de tudo, na teoria benvenistiana. Com base no pressuposto teórico de Benveniste, poderemos indicar novos olhares sobre o tema.

Para tanto, retomaremos alguns deslocamentos da teoria propostos por três autores da área da enunciação: Claudine Normand (2001a, 2001c, entre outros), Valdir do Nascimento Flores (1999; 2009 (no prelo)) e Carmem Luci da Costa Silva (2007).

Claudine Normand é uma renomada lingüista francesa que se dedica ao estudo da teoria benvenistiana desde a década de 80 do século passado. Praticando uma epistemologia bastante apurada, a autora questiona a visão *terminada* que geralmente recai sobre a obra deste lingüista. Ao ver em Benveniste possibilidades de abertura a exterioridades, Normand se inspira para propor sua própria maneira de praticar lingüística – a “*linguistique douce*”, como ela a chama – através da qual busca:

Montrer que loin de se réduire au rôle d'instrument de la pensée et de la communication, la langue, acquise en même temps que toute l'expérience, en est indissociable. (...) L'inconscient se faufile dans les stratégies de la syntaxe en

même temps que la langue apprivoise l'inévitable : (...) ce qui échappe de fait, on le sait et d'ailleurs on le dit, au pouvoir du sujet⁵⁷. (2006 : 243).

Em afinada sintonia com a lingüista francesa encontra-se Valdir do Nascimento Flores. Ele é convocado em nosso trabalho por ser estudioso de Benveniste no Brasil. Pioneiro a se propor, em nosso país, ao estudo aprofundado das teorias enunciativas⁵⁸, destacamos, para nosso propósito nesta dissertação, sua reflexão acerca do sujeito da enunciação (1999; 2009 (no prelo)). Em seu mais recente trabalho, Flores objetiva “repérer, dans le travail fondateur d'Émile Benveniste, des principes permettant de formuler une notion de *sujet de l'énonciation* qui donne une place à l'analyse de *faits de langue*”⁵⁹. Consideramos o trabalho de Flores, ao lado e a partir do trabalho de Benveniste, lastro para o desenvolvimento de nossa proposta.

Por fim, Carmem Luci da Costa Silva se destaca pelo ineditismo da proposta de sua tese intitulada *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem* (2007), através da qual, como indica o título, defende o lugar da teoria da enunciação de orientação benvenistiana no campo da aquisição da linguagem. Sua reflexão acerca dos mecanismos enunciativos de instauração da criança na linguagem, apreendidos a partir da operacionalização de um dispositivo por ela criado – o dispositivo trinitário (*eu-tu/ele*) – *ELE*, nos proporciona um importante deslocamento da obra de Benveniste. Ainda que a autora utilize este dispositivo no estudo do “ato” de aquisição de linguagem, em sua tese fica explícito que ele é constitutivo de todo ato de enunciação, e, portanto, será aqui retomado para sustentar nossa proposta de análise de fatos de língua.

Iniciaremos com a retomada de alguns conceitos fundamentais da teoria da enunciação de Benveniste, para, em seguida, trazer as contribuições dos autores conforme acima citadas. Passemos à tarefa.

⁵⁷ “Mostrar que, longe de se reduzir ao papel de instrumento do pensamento e da comunicação, a língua, adquirida ao mesmo tempo em que toda experiência, é indissociável disso tudo. (...) O inconsciente se introduz nas estratégias da sintaxe, ao mesmo tempo em que a língua aprisiona o inevitável: (...) o que escapa, de fato, nós sabemos, aliás, dizemos isso, ao poder do sujeito.”

⁵⁸ *Estudos Enunciativos da Linguagem* é o termo genérico utilizado para designar o conjunto de trabalhos que investigam a linguagem a partir de diferentes teorias da Enunciação. Junto à UFRGS, encontram-se projetos, grupos de pesquisa e orientações de graduação e pós-graduação ligados ao campo da enunciação. Inscreve-se neste grupo o projeto de pesquisa *Enunciação e distúrbios de linguagem: sobre os níveis de análise da fala sintomática*, o qual mencionamos nas Considerações Iniciais e do qual fazemos parte. Sugerimos a visita ao *site* para maiores informações (<http://www6.ufrgs.br/eenunciativos>).

⁵⁹ “Depreender do trabalho fundador de Émile Benveniste princípios que possibilitem formular uma noção de *sujeito da enunciação* que dê lugar à análise de *fatos de língua*”.

2.2.1 Revisão de conceitos benvenistianos

No capítulo 1, problematizamos algumas questões referentes à teoria benvenistiana de forma a sustentar que é possível realizar duas leituras de sua obra, quais sejam, binária e trinitária. Tendo isto feito, nosso objetivo, nesta seção, é apresentar os conceitos fundantes de sua teoria, já considerados desde um ponto de vista trinitário. Em função do próprio tema de nosso trabalho, organizamos nosso método de revisão dos conceitos da seguinte forma: tomaremos o texto *Os níveis da análise lingüística* (1962⁶⁰) como ponto de partida; acreditamos que podemos visualizar, nele, uma série de conceitos que remetem a outros artigos dos seus livros *Problemas de Lingüística Geral I e II*. Em outras palavras, numa espécie de busca remissiva, retomaremos os artigos postos em relação pelo conjunto de conceitos apresentado no texto-base e apreenderemos não só o que há de aprofundamento quanto a eles, como também novas noções que eventualmente serão colocadas em jogo. Nos parece que esse método de leitura nos permite uma tomada panorâmica da teoria (ainda que de forma sucinta).

Assim, detectamos que este colocar em relação artigos em função de conceitos de um texto-base se dá a partir de dois movimentos: de retorno e de avanço. Nesse sentido, o primeiro nos levará a retomar um texto anterior – *Da subjetividade na linguagem* (1958), que reclama algumas noções apresentadas em *Estrutura Das Relações De Pessoa No Verbo* (1946) e *A Natureza Dos Pronomes* (1956). Já o segundo aponta para trabalhos posteriores – *A forma e o sentido na linguagem* (1966), *Semiologia da língua* (1969) e *O aparelho formal da enunciação* (1970). Esse movimento de vai-e-vem cronológico será constante de nossa revisão, uma vez que o que importa é a conexão relacional dos conceitos. Cabe ainda informar que, quando se fizer necessário, algumas passagens de outros textos que versem sobre o conceito que está sendo estudado serão recuperadas.

2.2.1.1 Apresentação dos conceitos

O texto *Os níveis da análise lingüística* (1962) pode parecer, a um leitor desatento, procurar descrever o processo de análise estrutural da língua. Isso porque, no início, é exatamente disso que trata. Apreendemos Benveniste discorrendo de maneira primorosa sobre a noção de nível - conforme ele “só ela é própria para fazer justiça à natureza *articulada* da linguagem e ao caráter

⁶⁰ Apresentamos o ano de publicação para permitir uma apreensão do desenvolvimento das idéias de Benveniste ao longo do tempo. A título de contextualização histórica, os textos reunidos em seus livros *Problemas de Lingüística Geral I e II* recobrem um período de produção que vai de 1939 até 1970.

discreto dos seus elementos” (p. 127) – e explicitando o procedimento de análise que tende a delimitar esses elementos: as operações de segmentação e substituição.

O método de distribuição, portanto, consiste em segmentar um texto (qual seja sua extensão) em porções menores até os elementos não decomponíveis. Identifica-se esse elemento pela possibilidade de substituição por outros. Em outras palavras, definiu-se um elemento em função das relações sintagmáticas e paradigmáticas que ele mantém com outros elementos presentes na mesma porção de enunciado.

Benveniste, então, observa que há uma diferença entre essas operações em termos de aplicabilidade, “segmentação e substituição não tem o mesmo alcance” (p.128). Ao estudar os fonemas, elementos segmentáveis mínimos, detectam-se porções ainda menores – os traços distintivos – que podem ser identificáveis e substituíveis. Isto é, a substituição opera também sobre elementos não segmentáveis. Concluiu-se, portanto, que há duas classes de elementos mínimos: os fonemas, ao mesmo tempo segmentáveis e substituíveis, e os traços distintivos do fonema, apenas substituíveis, logo, constituintes apenas de classes paradigmáticas. Aos dois níveis que comportam essas duas classes de elementos mínimos, o lingüista denomina, respectivamente de nível *fonemático* e nível *hipofonemático/merismático*. E acrescenta: “aí se detém a análise lingüística” (p.129).

Dado que o procedimento de análise leva em consideração a relação entre os elementos em termos de segmentação e substituição, Benveniste se questiona: qual é a condição *lingüística* dessa relação? Ele nos indica que para a determinarmos, uma vez que não há nível inferior ao merismático, é preciso visar o nível superior.

Tomando um enunciado mais extenso, o autor apresenta todas as segmentações lógicas possíveis em busca de uma unidade, tendo em vista unidades fonemáticas que se apresentam em diferentes posições na cadeia. A única maneira de determinar que certa unidade seja eleita como válida é o *sentido*. “O sentido é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* lingüístico” (p.130).

É por recolocar o sentido em jogo numa análise lingüística que Benveniste se diferencia daqueles que buscavam a forma como aspecto único a ser considerado, distanciando-se, portanto, de

uma análise estrutural *stricto sensu*. O leitor que não se dá conta da importância da noção de sentido, não percebe esse distanciamento e toma este artigo como uma apresentação desse modelo.

Aplicar o método de distribuição para determinar a realidade de um elemento não basta, porque esta só é apreensível através da referência a uma unidade de nível superior, que determinará se há ou não sentido.

Assim, continuando seu procedimento de análise ascendente, Benveniste determina que, após o fonema, temos o nível do signo, que pode ser uma forma livre ou uma forma conjunta (morfema). Em termos de comodidade, conforme o autor, estas serão consideradas *palavras*. As palavras têm uma natureza dupla: podem se decompor em unidades fonemáticas, num nível inferior, e podem, juntamente com outras unidades significantes, integrar um nível superior. Este nível superior é a *frase*. Define o autor: “a palavra pode assim definir-se como a menor unidade significativa livre susceptível de efetuar uma frase, e de ser ela mesma efetuada por fonemas” (p.132).

O lingüista chama a atenção para o fato de que, ainda que essa progressão ao nível superior pareça linear, não é disso que se trata. Ele observa que as entidades lingüísticas, por serem discretas, mantêm entre elas duas espécies de relação: entre elementos de mesmo nível, as relações são *distribucionais*, entre elementos de níveis diferentes, são *integrativas*. Assim:

Um signo é materialmente função dos seus elementos constitutivos, mas o único meio de definir esses elementos como constitutivos consiste em identificá-los no interior de uma unidade determinada onde preenchem uma função *integrativa*. (p.133)

Definida a natureza das relações entre os elementos, Benveniste afirma que a função – de importância fundamental, ressalta - que se pode determinar para a distinção entre constituinte e integrante é o princípio racional que governa a relação entre FORMA e SENTIDO. Dessa forma, mais uma vez, o autor reitera o fato de que a lingüística deve se ocupar não só da forma, mas também do sentido. Diz ele: “a forma e o sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se em toda extensão da língua” (p.135).

Nesse sentido, chega-se à constituição formal a partir da *dissociação*, à unidade significativa, via *integração*. Convém retomar as definições que o autor dá à forma e ao sentido:

A *forma* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior.

O *sentido* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior. (p.135/136)

A forma e o sentido, portanto, são propriedades conjuntas e estão simultaneamente presentes no funcionamento da língua. Contudo, a noção de sentido implica duas instâncias.

De um lado, pode-se dizer que determinado elemento tem um sentido, é significante porque exerce uma “função proposicional”. Isto quer dizer que ele constitui uma unidade distintiva, opositiva, delimitada por outras unidades, identificável pelos falantes de uma língua; enfim, é inerente ao sistema lingüístico. De outro lado, ao procurar identificar *qual* é esse sentido, põem-se em jogo o fato de a linguagem se referir ao mundo dos objetos, nos seus enunciados completos, sob forma de frases, que se relacionam a situações concretas e específicas. Diz-se então que cada enunciado tem um *referendum*, e que determiná-lo é uma tarefa distinta. Assim, Benveniste apresenta a diferença entre *designação* e *sentido*, ambos encontrados na frase. E com a frase se entra em outro domínio.

Sendo a frase o último nível que a análise pode atingir, importa delimitar o critério que a ela se aplica: “podemos segmentar a frase, não podemos empregá-la para integrar” (p.137). Isto devido ao seu caráter de ser um *predicado*, de constituir-se como uma proposição. Este nível é chamado de *categoremático*.

Benveniste destaca que esse nível não tem como unidade *categoremas*, no mesmo sentido que o nível fonemático é formado por *fonemas*, que podem ser isolados, combinados, enumerados, porque sua unidade lingüística é a *proposição*, propriedade da frase que a torna impossível de ser colocada em classes. “A proposição pode apenas preceder ou seguir outra proposição, numa relação de seqüência” (p.138). Quer dizer que elas não podem constituir uma unidade de nível superior, o que permite concluir que não há nível lingüístico além do categoremático.

Devido a essas características da frase, o autor aponta que sua natureza é distinta dos outros elementos pertencentes a outros níveis. Isso porque ela é considerada constituída por signos e ela mesma um signo. Dessa forma, a distinção entre os outros elementos lingüísticos e a frase se dá conforme os seguintes aspectos: os primeiros são em número finito, as frases não; eles têm uma

distribuição no seu nível respectivo, um emprego no nível superior, as frases não têm nem distribuição nem emprego; um inventário dos empregos das palavras poderia não acabar, tal inventário em relação a uma frase não poderia nem mesmo começar.

A distinção fundamental é que, com a frase, não se está mais no domínio da língua como um sistema de signos, e sim naquele em que a vida da linguagem em ação é considerada. Toma-se a língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. Deixa-se claro que se trata de dois universos diferentes, ainda que envolvam a mesma realidade: a língua como conjunto de signos formais e a manifestação da língua na comunicação viva. Benveniste propõe que esses dois universos dizem respeito a duas lingüísticas diferentes, mesmo que se entrecruzem a todo instante.

O autor então define a frase como a unidade do discurso, que comporta ao mesmo tempo sentido e referência: “sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação” (p.140).

Até aqui, destacamos as noções de *forma* e *sentido* – e as questões que delas decorrem: sentido e significação, dois universos lingüísticos, duas lingüísticas – como conceitos que nos permitem estabelecer relações com outros textos que também as abordam. Finalizamos com uma passagem em especial que, a nosso ver, aponta ao mesmo tempo para textos posteriores por desenvolver essas noções e as questões implicadas, e a textos anteriores que são essenciais para suas leituras:

Os que se comunicam têm justamente isto em comum, uma certa referência de situação, sem a qual a **comunicação** como tal não se opera, sendo inteligível o “sentido” mas permanecendo desconhecida a “**referência**”. (p. 140) (grifo nosso)

A remissão à anterioridade cronológica é estabelecida em função dos termos acima destacados – comunicação e referência. Voltamos, assim, ao texto *Da subjetividade na linguagem* (1958), no qual Benveniste apresenta sua visão acerca da função da linguagem, botando em xeque sua freqüente atribuição como uma ferramenta de comunicação. Ele defende que ao se falar em instrumento, opõe-se homem e natureza, e isto vai contra o princípio de que a linguagem está na natureza do homem.

Ao criticar a concepção de comunicação corrente, ele deixa entrever seu entendimento desta noção. E aí podemos verificar em que termos ela ganha sentido, não só no texto *Os níveis de*

análise lingüística, mas em todos outros pós- 1958; ela implica as noções de *referência* e *subjetividade*. Ocorre que esta última é fundamentada pela *categoria de pessoa*, portanto, revisitaremos, primeiramente, dois textos que explicam essa categoria - *Estrutura Das Relações De Pessoa No Verbo* (1946) e *A Natureza Dos Pronomes* (1956). Verificaremos que, nesses textos, a questão da referência também é colocada.

No primeiro texto, *Estrutura Das Relações De Pessoa No Verbo* (1946), Benveniste parte da descrição tradicional de pessoas a partir das conjugações verbais que estas implicam para afirmar que há uma diferenciação outra e anterior a essa imposta pela relação índice de pessoa/verbo. Apresentamos sua crítica:

Ao alinharmos numa ordem constante e num plano uniforme “pessoas” definidas pela sua sucessão e relacionadas com esses *seres* que são “eu”, “tu” e “ele”, não fazemos senão transpor para uma teoria pseudo-lingüística diferenças de natureza *lexical*. Essas denominações não nos informam nem sobre a necessidade da categoria, nem sobre o conteúdo que ela implica nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas. (Benveniste, 1946/2005, p. 248).

Cabe então perguntar: qual é a necessidade da categoria de pessoa, qual é o conteúdo que ela implica e quais são as relações que reúnem as diferentes pessoas?

Iniciemos⁶¹ com as diferentes pessoas. Conforme Benveniste, as relações entre “eu”, “tu” e “ele” se dão através de oposições. Retomando os gramáticos árabes, ele afirma que “a primeira pessoa é ‘aquele que fala’, a segunda pessoa, ‘aquele a quem nos dirigimos’ e a terceira pessoa, ‘aquele que está ausente’” (Benveniste, 1946/2005, p. 250). *Eu* designa aquele que fala e ao mesmo tempo instaura *tu*, aquele a quem nos dirigimos. Essa relação “eu–tu” é estabelecida pelo “eu” e é inerente ao fato mesmo de se dizer “eu”. Já “ele” não surge a partir da instauração da relação “eu-tu”, a não ser como um enunciado sobre algo que está fora desta instância. Daí dizermos que “eu” e “tu” são categorias de pessoa, e “ele”, de não-pessoa. “Ele” está ausente, não se institui como pessoa no momento em que *Eu* diz *eu*.

Tendo em vista essa relação “eu-tu”/“ele” – categoria de pessoa x não-pessoa, podemos ir adiante e pensar no conteúdo que ela implica. Dizer *eu* não apenas convoca *tu*, mas também diz

⁶¹ Procuramos apresentar as explicações às questões acima de maneira inversa a como foram propostas, a fim de retomar uma seqüência lógica de encadeamento de idéias. Assim, partimos da diferenciação entre categoria de pessoa e não-pessoa, passando a seguir pelo conteúdo que esta distinção implica para então justificar a necessidade da categoria de pessoa na teoria de Benveniste.

sobre as pessoas “eu”, “tu” e a não-pessoa “ele”, excluída desta relação dialógica. Convocamos as palavras de Benveniste:

Nas duas primeiras pessoas do discurso, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí ser questionável a legitimidade dessa forma como pessoa. (Benveniste, 1946/2005, p. 250)

Uma vez que “eu” e “tu” pertencem à categoria de pessoa, e “ele” à categoria de não-pessoa, podemos pensar sobre o que esta dicotomização nos revela. Primeiramente, sob o ponto de vista da relação “eu-tu”, decorre a idéia de *correlação de subjetividade*. Porque ao dizer *Eu*, “eu” diz desde de um lugar marcado por *Eu*, interior ao enunciado, e exterior a “tu”, que se instaurou pela fala de “eu”. “Eu”, então, é exterior e transcende a “tu”, e ambos se opõe a “ele”. A relação “eu-tu” também implica em pensarmos na unicidade e inversibilidade da categoria de pessoa. “O “eu” que enuncia, o “tu” ao qual “eu” se dirige são cada vez únicos.” (*op. cit.*, p. 253) E esse mesmo “eu” que se diz “eu” e instaura “tu”, passa a ser “tu” no momento em que o “tu” anterior enuncia “eu”. Já sob o ponto de vista do “ele” - este ausente que determina a categoria de não-pessoa -, Benveniste nos traz que a terceira pessoa é a única possibilidade pela qual uma *coisa* é predicada verbalmente (*op cit.*, 253).

Resumindo, a partir das relações entre “eu” e “tu”, foi determinada a categoria de pessoa. Opondo-se a ela, temos “ele”, não-pessoa. É característico da categoria de pessoa a subjetividade, unicidade e inversibilidade. Portanto, voltando às questões anteriormente levantadas, no que diz respeito à necessidade da categoria de pessoa, temos uma única e simples resposta: é só por causa da categoria de pessoa que podemos pensar em sujeito, base de toda teoria benvenistiana. Este conceito e outros, que a ele se atrelam, serão apresentados no texto que discutiremos a seguir.

A Natureza Dos Pronomes (1956) é um texto fundamental na obra de Benveniste por apresentar, a partir da discussão acerca dos pronomes, as noções de língua/linguagem, signo/palavra e referência subjetiva/objetiva. A todos subjaz um conceito fundante, a subjetividade. Procuremos retomar o estudo que o levou a essas conclusões.

Benveniste toma a categoria dos pronomes para mostrar que a distinção entre categoria de pessoa e não-pessoa repercute além do “eu”, “tu” e “ele”. O que tradicionalmente parecia uma classe unitária agora é trazida como formada por elementos absolutamente diferentes, porque alguns se correlacionam às categorias de pessoa e outros a de não-pessoa. A explicação para a afirmação de que os pronomes são discretos entre si tem a ver com a enunciação. Vejamos então o que isso nos diz.

Primeiramente, ele nos informa que palavra é conseqüência da atualização da língua por um locutor que a agencia e a coloca em uso. Assim, apreendemos que palavra está no âmbito da língua em uso, ou linguagem. Esta, por sua vez, é caracterizada por dizer respeito a instâncias de discurso únicas e discretas. Logo, podemos concluir que os termos palavra e linguagem só são possíveis na esfera da enunciação. Em resumo, temos de um lado signo e língua⁶² e de outro, palavra e enunciação⁶³.

Benveniste retoma os pronomes para explicitar essa diferença entre língua e língua em uso. Ele afirma que alguns pertencem à sintaxe e, portanto, à língua. São signos plenos, que, quando utilizados, se atualizam num objeto singular e se referem sempre à mesma representação. Essa definição também serve para outros elementos, como nomes referentes a noções lexicais e advérbios. Exemplos dessas espécies são *ele*, *lá*, *então*, *na véspera*, etc. Como estão no campo da língua, dizem respeito a “ele”. Ou seja, estão sempre fora da relação “eu-tu”, remetem ao ausente. Benveniste chama a referência instaurada por esses tipos de pronomes de objetiva.

Já os pronomes indicadores de subjetividade, como cunhou o lingüista francês, são, ao lado de outros elementos da língua, signos vazios. Assim os determinou Benveniste porque eles só passam a ter referência na e pela enunciação. “Assim, pois, é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas ‘pronominais’ (...) remetam (...) à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflitam assim seu próprio emprego” (*op. cit.*, p. 280). Dessa forma, esses signos se tornam plenos na instância do discurso, pelo uso da língua. O tempo da enunciação é sempre o presente, pois diz respeito ao instante em que *Eu* se diz “eu”. Daí que *aqui* e *agora*, que delimitam tempo e espaço, só fazem referência ao instante de emprego da língua. Correlacionados

⁶² Língua é aqui ainda tomada como na perspectiva apresentada no texto *Natureza Do Signo Lingüístico*(1939/2005), ou seja, como estrutura que reúne signos, que por sua vez se distinguem através de suas relações de oposição.

⁶³ Cabe lembrar que este distanciamento dos termos é fundamentalmente didático. No escopo da teoria, sabemos que não podemos pensar em um termo sem invocar o outro, porque seus conceitos se imbricam.

ao “eu-tu”, “aqui-agora” estão *ontem, amanhã, na próxima semana*, etc. Essa referência constante e necessária à instância de discurso Benveniste nomeou de referência subjetiva.

Para finalizar, apresentamos as palavras do próprio mestre, que resume a explanação prévia:

O hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo. Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção lingüística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor. (Benveniste, 1956/2005, p. 281)

Uma vez feito esse retorno a alguns conceitos fundamentais na teoria de Benveniste, voltemos ao texto *Da Subjetividade Na Linguagem* (1958).

Esse texto dá continuidade às discussões trazidas em *A Natureza Dos Pronomes* para propor a noção de sujeito. Basicamente, o que Benveniste nos aponta, aqui, é que o homem está na língua: “não atingimos nunca o homem separado da linguagem⁶⁴” (*op. cit.* p. 285). Cabe a nós, agora, desvelar o processo empreendido para a constatação de tal afirmação.

“A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (*op. cit.*, p. 286). A partir dessa frase, podemos revelar diversas implicações. Em primeiro lugar, vejamos o que isso nos diz sobre o sujeito. É de “ego” que diz ego que se fala. De um *Eu* que só emprega “eu” para dizer algo a um “tu”. A linguagem, dessa forma, só é possível porque há um *Eu* que se refere a “eu” na instância do discurso, apresentando-se assim como sujeito. Esta afirmação nos revela um segundo desdobramento da proposição acima apresentada: com essa relação linguagem/subjetividade, Benveniste suspende o que até então era tradicionalmente aceito: a língua não é um *apriori*, ela só se atualiza na e pela enunciação, que supõe um *Eu* que a empregue. Essa capacidade do locutor para se propor como sujeito diz respeito ao ato mesmo de enunciação, ao convocar a língua para então instituí-la como tal e instituir-se como sujeito. Retomando, a categoria de pessoa é instalada na língua a partir da subjetividade, porque “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (p. 286).

⁶⁴ É importante fazer uma ressalva quanto à nomenclatura usada por Benveniste. Por vezes ele alterna *língua*, *linguagem* e *discurso*. Por enquanto, procuramos manter a linha de raciocínio que vem sendo construída: língua como sistema de signos e linguagem como língua em uso, portanto, discurso. Veremos nos textos posteriores que essas distinções adquirem outro *status*.

Se o sujeito está na língua e este deriva da capacidade do locutor de se propor como tal, pensemos então na instância desse ato. Como já apontado no texto anterior, este é marcado por um tempo próprio, o tempo de fala, que é o tempo em que se está. A língua é a possibilidade de subjetividade, pois contém indicadores que podem ser mobilizados pelo sujeito e empregados em seu discurso. Ao mesmo tempo, esses indicadores só são indicadores pelo uso que o sujeito faz deles. Os indicadores de dêixis, demonstrativos, advérbios, adjetivos, organizam as relações temporais e espaciais em torno do sujeito e é por meio deles que o homem se instaura na língua.

O presente texto já nos aponta para uma mudança na perspectiva benvenistiana. Língua e linguagem são usados ora intercambiavelmente, ora com significações próprias. Isso diz sobre a linha de raciocínio do autor, que está procurando uma forma própria de pensar sobre língua. Vejamos, então, o texto *A forma e o sentido na linguagem* (1966), no qual Benveniste discute este tema.

Benveniste, convidado a falar sobre problemas de linguagem em um congresso de filósofos, busca problematizar as concepções de forma e sentido sob a perspectiva tradicionalmente empregada pela lingüística. Inicia, então, sua apresentação explicitando que o próprio da linguagem é significar, pois diante de sua falta, não existiria nem sociedade nem humanidade - “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver” (*op. cit.* 222). A partir daí, apresenta uma série de argumentos de modo a construir sua visão sobre o que, no texto *Os níveis de análise lingüística* ele chamava de “dois universos lingüísticos” e no de 1969 (*A semiologia da língua*) vai chamar de dupla significância da linguagem, e que aqui denomina de “duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (*op. cit.* 229), culminando na definição de suas noções de semiótico e semântico. O que percebemos é que o presente texto apresenta desenvolvimento acerca das noções vistas no texto *Os níveis...* ao mesmo tempo em que é intermediário àquelas que serão mais detalhadas em *Semiologia da Língua*.

Acreditamos que uma contribuição importante que o presente trabalho traz diz respeito justamente ao prosseguimento da idéia de que não se pode falar em forma sem falar em sentido e vice-versa. São “noções gêmeas” (p. 221), conforme Benveniste. Isso implica em dizer que, qualquer que seja o âmbito de significação em jogo, estamos sempre frente à forma e sentido. Assim, para sabermos a significação de determinado signo, basta colocá-lo à prova: *x* existe para este conjunto de membros da comunidade? Se sim, então ele existe e tem significação, se não, ele não existe e não significa nada. “Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa” (p. 228). “Tudo

o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” (p. 227).

E como fica a relação forma e sentido no nível semântico? Conforme Benveniste, “a expressão semântica por excelência é a frase” (p. 229). Portanto, é importante entender o que o autor define como frase para então articular a relação forma e sentido.

Para o lingüista, a frase diz respeito ao semântico por ser fruto da atualização da língua através da enunciação. Ela mobiliza, por isso, a idéia de referência à situação de discurso e atitude do locutor. Isso a faz particular. Diferentemente do signo, que é da ordem do intralingüístico e, portanto, geral, a frase se torna específica da situação marcada por “eu”-“tu”-“ele”- “aqui”-“agora”. E ela pode se apresentar sob diferentes aspectos: completa, truncada, embrionária, incompleta. O que importa, nos lembra Benveniste, é que é através delas que nos comunicamos.

Isso posto, passemos à relação forma e sentido na frase. A forma, de acordo com o autor, é dada pelo sintagma. Ou seja, é pela combinação de palavras agenciadas pelo locutor que a frase ganha forma. Ora, como vimos previamente, não há forma sem sentido. Então, no momento mesmo de enunciação da frase, está se constituindo o seu sentido. Assim, o sentido da frase se refere à idéia que esta busca exprimir. Porém, pode surgir a dúvida: uma vez que a frase é o conjunto de palavras sintaticamente organizadas, não se poderia pensar que o sentido da frase é o resultado do somatório dos significados das palavras? O mestre responde a essa questão: a palavra é a unidade semântica, ela mesma guarda suas referências e significações próprias. “O sentido de uma palavra consistirá na sua capacidade de ser integrante de um sintagma particular e de preencher uma função proposicional” (p. 232). Contudo, no momento em que há o agenciamento de palavras para a constituição de algo maior – a frase- a referência passa a ser o ato mesmo, e o sentido decorre dessa situação. Dependendo, palavras contraem valores até mesmo contrários aos que normalmente recebem nos empregos usuais. Dessa forma, “a frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece.” (p. 231).

Percebemos, assim, que ao mesmo tempo em que há retomada das questões apresentadas em *Os níveis...*, há também um aprofundamento. De uma idéia inicial que propunha dar importância à relação forma:sentido e ao conseqüente estabelecimento de dois universos

lingüísticos, passamos para as noções de semiótico e semântico e tudo que nelas está implicado. A passagem a seguir, ainda que um pouco longa, resume bem nosso ponto de vista:

Esses dois sistemas se superpõem assim na língua tal como a utilizamos. Na base, há o sistema semiótico, organização de signos, segundo o critério da significação, tendo cada um destes signos uma denotação conceptual e incluindo numa sub-unidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos. Sobre este funcionamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo. (p.233/234)

Face à distinção entre semiótico e semântico, J.C. Piguet, quando do debate após o fim da apresentação de Benveniste, conclui que o primeiro sistema envolveria um método analítico – de composição ou de decomposição – de apreensão do sentido, enquanto a semântica pressuporia um método global. O filósofo formula, então, três questões que a nosso ver são geniais: “como estes dois métodos se reúnem no interior da lingüística? Como a semiótica e a semântica podem coexistir metodologicamente, se uma é do tipo analítico e a outra é do tipo global não-analítico? Qual deve ser, então, finalmente o método fundamental que orienta a lingüística em seu conjunto?” (p.239/240).

É o próprio Benveniste que caracteriza essa pergunta como “fortemente antecipadora”; em nossa opinião, é só no texto *O aparelho formal da enunciação*, de 1970, que a distinção semiótico e semântico é desfeita, ou seja, que as duas instâncias da língua passam a ser tomadas em conjunto, logo, constituindo apenas uma lingüística. Contudo, se essa articulação é proposta, ainda fica em aberto a questão quanto ao método: como fazer coexistir um método analítico e um global? Como foi apresentado anteriormente, este é justamente o tema de nosso trabalho.

Ainda relativamente aos conceitos de forma, sentido, semiótico e semântico, retomaremos o texto *A Semiologia da Língua* (1969). A pergunta que move Benveniste neste texto é a seguinte: “qual é o lugar da língua entre os sistemas de signos?” (*op. cit.* p. 43) Não acompanharemos, aqui, o percurso desenvolvido para responder tal questão. Nos interessa, sim, apresentar duas importantes concepções que desse trajeto se desenrolaram: a noção de semântico e semiótico, porque elas dizem sobre sua visão de língua.

Tomemos então suas justificativas para determinar que a língua é o único modelo de sistema que é, simultaneamente, semiótico na sua estrutura formal e no seu funcionamento:

1º ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar-de;

2º ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo;

3º ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade;

4º ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva. (*op. cit.*63)

Ao analisarmos essa afirmação, juntamente com suas explicações, percebemos que Benveniste inclui na língua a idéia de signo e de enunciação. Até então, esses termos apareciam dicotomizados: signo dizia respeito à língua e enunciação à língua em uso. Contudo, ao determinar que tudo está na língua, o autor dissolve essa oposição e nos mostra que língua é língua em uso.

Mas como a língua pode dar conta dessas duas instâncias? Ele nos responde através da noção de dupla significância da língua. Assim, há dois níveis de significação: o semiótico e o semântico. Isso nos diz, primordialmente, que a língua significa. O que podemos fazer, dessa forma, é entender de que maneira ela significa. Passemos a essa tarefa.

O nível semiótico “designa o modo de significação que é próprio do SIGNO lingüístico e que o constitui como unidade.”(*op. cit.*p. 64). A língua, sob essa perspectiva, significa porque os signos têm significação própria. E isso nos remete à noção anteriormente apresentada de signo como constituído de uma imagem fônica e um conceito (significante/significado), que se distingue dos outros signos por oposição (valor). O signo é base significante da língua, logo, material necessário da enunciação. (*op. cit.* 65).

O nível semântico nos reporta à significância engendrada pelo DISCURSO. Uma vez que se está no âmbito do discurso, o que no nível semiótico era signo agora passa a ser palavra. Essa transição traz conseqüências e não deve ser entendida de forma rasa. Não estamos dizendo que a palavra tem o mesmo sentido que o signo, isto porque, ao pensarmos em palavra estamos no nível da enunciação. Daí decorre que estão envolvidos no processo de significação o “eu”, “tu”, “ele”, “aqui” e “agora”, que marcam a unicidade deste ato e a impossibilidade de repetição de sentidos. Na e pela enunciação, a palavra se constitui de significância própria. Mas e como pensar a mensagem? Benveniste nos aponta que a mensagem é constituída por palavras, contudo seu sentido não é o somatório dos sentidos individuais de cada palavra. E a explicação também decorre da enunciação.

Se estamos falando de um *Eu* que diz “eu” e se institui como sujeito, e que ao falar “eu” diz sobre esse sujeito, a mensagem está circunscrita a esse ato. Esse ato envolve necessariamente referência. Assim, “a ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso”. (*op. cit.* p. 66).

Tendo visto os dois níveis de significâncias próprios à língua, cabe agora apenas apontar como eles se distinguem quanto ao critério de validade que é requerido por um e por outro. “O semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO” (*op. cit.* 66). Esse critério é aplicado quando mobilizamos a idéia de identificação para o primeiro e de percepção de nova significação a cada instância de enunciação para o segundo.

Mais uma vez, verificamos que esse artigo trata de aprofundar noções que já haviam sido expostas, ainda que de forma embrionária, no texto-base por nós eleito. A grande questão, que Benveniste deixa em aberto, diz respeito aos dois tipos de análise que se deve fazer para ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único:

- na análise intralingüística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica;

-na análise translingüística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação. (p. 67)

Benveniste diz que o fruto dessa ultrapassagem será chamado de semiologia de “segunda geração”, “cujos instrumentos e o método poderão também concorrer para o desenvolvimento das outras ramificações da semiologia geral” (p. 67). Fica a interrogação: como desenvolver essa semiologia?

Uma das chaves para responder a essa questão está no texto *O Aparelho Formal de Enunciação* (1970/1989). Ainda que não nos ocuparemos, no momento, dessa tarefa, convém apresentar o pensamento de Benveniste, para evidenciar como ele dá conta das noções até então desenvolvidas. Retomemos o texto.

Benveniste afirma que há uma grande diferença entre as condições de emprego das formas e as condições de emprego da língua. A primeira se refere ao “conjunto de regras fixando as condições *sintáticas* nas quais as formas podem ou devem aparecer” (p.81), que permite a criação

de um inventário de empregos e de formas e uma imagem do que seria a língua em emprego. Já as condições de emprego da língua supõem a enunciação: “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (p. 82).

Se se quer estudar a enunciação, é preciso atentar para sua condição específica, qual seja, de que é o próprio ato de produzir um enunciado que é objeto, e não o enunciado. Este ato remete ao locutor, que mobiliza a língua por sua conta. A sua relação com a língua determina os caracteres lingüísticos da enunciação. Já observamos, aqui, que se desfaz a diferenciação entre pessoa e não-pessoa. Se antes “ele” era não-pessoa por não estar incluído na enunciação, vemos que ao se colocar a língua como “ele”, trata-se de um “eu” que se relaciona não só com “tu”, mas também com “ele”.

O lingüista indica a possibilidade de fazer esse estudo da enunciação sob três aspectos: quanto à realização vocal da língua, quanto ao mecanismo da produção do enunciado – uma vez que enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso, a questão seria ver como o “sentido” se forma em “palavras”- e quanto à definição da enunciação em seu quadro formal de realização. É desse último item que ele se ocupa no presente texto. O que será considerado quando o que se pretende é “tentar esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (p.83) é: o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização. Convém destacar que os três aspectos são apresentados de forma imbricada, isto é, ao se falar de um, já se está abordando o outro.

De início, Benveniste nos diz que o próprio ato introduz nas condições de enunciação, em primeiro lugar, o locutor como parâmetro. Nesse sentido, como realização individual, “a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor...” (p.84).

Mas a enunciação não pode ser vista apenas como realização individual, pois desde o momento em que o locutor se declara como tal, ele “implanta o outro diante de si”. Assim, “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula uma alocutário” (*op.cit*). Trata-se, portanto, de um locutor que emprega a língua para expressar uma certa relação com o mundo, sua condição é a necessidade de referir pelo discurso. Quanto ao “tu”, estamos diante da possibilidade de co-referir pelo discurso. É por tudo isso que “cada instância de discurso constitui um centro de referência interno”(*op.cit*).

Assim, Benveniste apresenta os instrumentos da realização da enunciação, ou, conforme nosso entendimento, aquilo que constitui o aparelho formal de enunciação:

- A emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*), que na e pela enunciação faz com que o termo *eu* se refira ao indivíduo que faz o ato de enunciação, e o termo *tu*, seja correspondente ao alocutário;
- Os índices de *ostensão* (*este, aqui*) “são termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo”. São, ao nosso ver, elementos que reforçam a referência à instância de enunciação exatamente por marcarem o “aqui” e “agora”;
- *Indivíduos lingüísticos* é um termo batizado por Benveniste de forma a diferenciá-los dos termos nominais, que remetem sempre a conceitos. Assim, estes indivíduos, como pronomes demonstrativos e pessoais, são formas que remetem a pessoas, momentos, lugares, e que “são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo.”(p. 85);
- O paradigma das formas temporais, que se determinam em relação ao “eu”, e portanto, confirmam o tempo da enunciação, que é o presente. A temporalidade se desenrola daí. Benveniste nos revela que é na e pela enunciação que se instaura a categoria de presente, e a partir dela, a categoria de tempo. “O homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo.” (p. 85);
- As grandes funções sintáticas: a interrogação, a intimação, a asserção;
- Modalidades formais, tanto referentes aos verbos quanto à fraseologia, que “enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia” (p.87);

Finalmente, o lingüista francês nos diz que o que caracteriza a enunciação é “*a acentuação da relação discursiva com o parceiro*”, e faz uma ressalva, “seja este real ou

imaginado, individual ou coletivo”(p. 87). Ele denomina essa característica de quadro figurativo da enunciação, estrutura do diálogo. Assim, “eu” é a origem, “tu” o fim da enunciação.

Essa revisão bibliográfica nos permitiu ver como os conceitos estão entrelaçados nos diferentes textos e como o raciocínio de Benveniste se desenvolveu ao longo dos anos. Conhecendo bem os seus conceitos, conseguiremos acompanhar as propostas de releitura de sua teoria por Normand (2001a,2001c, entre outros), Flores (1999; 2009 (no prelo)) e Silva (2007), a seguir.

2.2.2 Deslocamentos da teoria benvenistiana

Partimos da leitura trinitária da obra de Benveniste e verificamos que sua proposta acerca dos níveis semiótico e semântico, em relação à reflexão trazida no texto sobre o aparelho formal da enunciação, deixa em aberto a questão da análise de fatos de língua desde um viés que se pautava na intersubjetividade. Nosso objetivo, nesta dissertação, é exatamente propor princípios de análise enunciativa de fatos de língua que busquem dar conta desse ponto de abertura da teoria de Benveniste. Para tanto, constatamos que é preciso estar inscrito em uma nova posição frente à concepção de ciência. Essa nova concepção, a nosso ver, diz respeito ao fazer lingüístico trinitário, o qual se estrutura pela presença de uma exterioridade, qual seja, a hipótese do inconsciente, cujo efeito se deixa ver nas suas instâncias estruturantes: o lingüista, os fatos de língua e a teoria benvenistiana.

Até o presente momento, buscamos mostrar como a exterioridade teórica atravessa o lingüista e os fatos de língua. Agora, apresentaremos as reflexões de três grandes estudiosos de Benveniste - Claudine Normand (2001a, 2001c, entre outros), Valdir do Nascimento Flores (1999; 2009 (no prelo)) e Carmem Luci da Costa Silva (2007)– no que concerne às suas interpretações as quais, ao colocarem em jogo a exterioridade, provocam deslocamentos na teoria do mestre, contribuindo para a elaboração de princípios de análise de fatos de língua.

2.2.2.1 Claudine Normand e a *linguistique douce*

O trabalho de Normand, por ela chamado de *semântica* por se dar sobre o sentido, e caracterizado como uma *linguistique douce* na medida em que esse termo busca “résumer ce que cette pratique a d’inoffensif sans qu’elle soit entièrement inefficace dans ce qu’elle veut produire”⁶⁵ (2006: 239), isto é, ser lingüístico sem precisar se conformar aos ditames do ideal de ciência,

⁶⁵“Resumir o que essa prática tem de inofensiva sem que seja inteiramente ineficaz naquilo que deseja produzir”.

encontra inspiração na sua interpretação da teoria de Benveniste. Para ela, a combinação de descrições empíricas e generalidades teóricas que retomam os princípios saussurianos permitiu desenvolver o que é central na teoria do pai da lingüística: a relação forma/sentido a ser estudada a partir de diferenças; além disso, tal combinação permitiu que se percebesse, fora a interpretação estruturalista, que há, no cerne do Curso de Lingüística Geral, a teoria lingüística da significação⁶⁶(Normand, 2001b). Mas o encontro com Benveniste lhe proporciona, também, uma outra descoberta:

Le plaisir d'une belle démonstration dans une rhétorique séduisante (...); c'était la fluidité d'une écriture dégagée de la lourdeur, devenue habituelle, des programmes et de leurs résultats.

(...)

On pouvait donc écrire autrement tout en étant linguiste; il pouvait y avoir autre chose qu'une langue défigurée par l'obsession de « faire science »⁶⁷. (*op.cit.*p. 167)

Retomemos, ainda que brevemente, seu estudo acerca da teoria benvenistiana para em seguida observarmos em que medida esta serviu de inspiração para a prática lingüística a que a autora se dedica atualmente.

A lingüista tem uma diversidade de publicações a respeito da teoria benvenistiana (1985,1989,1996a,1996b,1997,2001a,2001b,2006, para citar apenas alguns); traremos, neste momento, apenas uma – *Sémiologie, Sémiotique, Sémantique: remarques sur l'emploi de ces termes par Émile Benveniste* (2001a) – por acreditarmos que esse texto condensa, de certa forma, as duas grandes descobertas (cf. acima) que Benveniste lhe propiciou.

O texto está configurado da seguinte forma: num primeiro momento, a lingüista examina o lugar da significação nas descrições empíricas de Benveniste - esta se apresenta como não-problemática; num segundo momento, Normand observa que, a partir dos termos *semiótica*,

⁶⁶ Nesse sentido, Normand demonstra fazer uma leitura trinitária não só de Benveniste como também de Saussure. É importante destacar que esta é uma posição que, hoje em dia, vem ganhando adeptos, mas que, por muito tempo, não era nem mesmo considerada, pois Saussure era interpretado como o expoente máximo do estruturalismo, fundador de uma lingüística inscrita na binariedade.

⁶⁷ “O prazer de uma bela demonstração em uma retórica sedutora (...); era a fluidez de uma escrita que não era cansativa, tornada habitual, dos programas e de seus resultados.(...) Podia-se, portanto, escrever tudo de uma maneira diferente na condição de lingüista; podia-se ter, assim, algo que não era uma língua desfigurada pela obsessão de “fazer ciência””.

semântico e *semiologia*, a noção de significação⁶⁸ passa a constituir-se como um problema teórico; é isto que ela analisa no corpus benvenistiano.

Quanto às descrições empíricas, Normand afirma que Benveniste, cuja formação na análise das formas lingüísticas concerne à Gramática comparada e à Lingüística histórica, nunca deixou de trazer dados do indo-europeu, associando descrições gramaticais e hipóteses sobre os traços da estrutura; é isso, na opinião da lingüista, que lhe proporcionou um lugar particular no estruturalismo. Sua grande questão, e nesse ponto ele é bastante saussuriano, é que “cette étude des formes a pour role d’éclairer leur sens”⁶⁹ (p.30). Seu princípio de base é “ la signification (...) structure la langue et la signification n’existe que dans et par les formes”⁷⁰(*op.cit*).

Normand resume, então, o lugar da significação nas análises empíricas de Benveniste em três pontos:

- uma particularidade formal só tem valor lingüístico se for ligada a uma particularidade do sentido; indo além de Saussure, Benveniste afirma que essa é uma relação de necessidade entre forma e sentido;
- a noção de sujeito, em função de sua presença ou ausência, intervém em várias interpretações de análise lingüística, possibilitando que determinada diferença formal tenha sentido;
- para a interpretação semântica das estruturas, em textos no quais ele analisa as formas próprias à enunciação, é a situação do sujeito em relação ao mundo do qual ele fala que entra em jogo. A enunciação só ganha outro status, e com ela, a subjetividade, em seus últimos textos (de 1964 a 1970), nos quais o problema de significação aparece como problema teórico, isto é, que lugar a significação ocupa no estudo da linguagem e em que ela é inseparável da subjetividade (p.31-32).

⁶⁸ A metodologia empregada neste texto de Normand, isto é, de partir da noção de significação e sua mudança de *status* ao longo do tempo, serviu de inspiração para sustentarmos nossas leituras binárias e trinitárias da obra de Benveniste (cf. capítulo 1).

⁶⁹ “Esse estudo das formas tem por tarefa esclarecer seus sentidos”.

⁷⁰ “A significação (...) estrutura a língua e a significação somente existe na e pelas formas”.

A partir deste último ponto, entram em cena os termos semiologia, semiótica, semântica. Nessa época, Benveniste desenvolve sua reflexão sobre a existência de dois pontos de vista sobre a linguagem: a análise do sistema e a descrição do que se passa na sua realização em frases realmente enunciadas (p.33). Daí que o sentido global da frase deve ser analisado sob dois vieses; de um lado, o sentido inerente ao sistema, referente às relações das unidades – é a questão do valor de Saussure; de outro, o referente, aquilo pelo qual a frase faz referência ao mundo dos objetos. Portanto, há duas tarefas de análise diferentes em jogo. A distinção semiótico/semântico é introduzida para buscar solucionar esse problema. Essa distinção, contudo, está estreitamente relacionada ao termo semiologia, e é sobre essa noção que Normand fala a seguir.

A lingüista nos diz que há dois empregos do termo semiologia em Benveniste: 1) semiologia “reprend le programme saussurien de “science générale des systèmes des signes”; 2) “*une sémiologie semble designer l’ensemble constitué par les deux analyses, sémiotique et sémantique, appliquées à une domaine donné*”⁷¹ (p.34). Esse segundo emprego, Normand diz parecer dizer respeito a uma teoria “« panlingüistique » des sciences humaines et de la sémiologie qui les englobe”⁷² (p.35). Para a lingüista, os últimos textos de Benveniste concernem exatamente a esse segundo emprego, e, portanto, o projeto da semiologia se funda pela distinção entre semântico e semiótico.

O estudo lingüístico nomeado *semiótico* busca analisar o sentido das unidades no sistema, já aquele nomeado *semântico* analisa a significação quanto ao emprego desse sistema em frases. Trata-se da lingüística do discurso, que é considerada como a saída do imanentismo próprio à descrição lingüística estrutural já que convoca esses dois níveis de análise. Normand percebe, contudo, que há uma complicação quanto à justaposição do semiótico e do semântico: a questão da generalização, que se constitui como um dos princípios de análise lingüística.

Apenas o estudo semiótico, por se constituir na descrição de determinado fenômeno da linguagem, de suas unidades e de suas relações, isto é, considerando a língua como sistema, é o que conserva esse alcance de generalidade. A descrição do semântico não pode ser generalizável, porque depende de uma série de parâmetros que atualizam em discurso o valor lingüístico interno ao sistema.

⁷¹ “Retoma o programa saussuriano de ‘ciência geral dos sistemas dos signos’”; 2) “*uma semiologia parece designar o conjunto constituído pelas duas análises, semiótica e semântica, aplicadas a um determinado domínio*”.

⁷² “‘Panlingüística’ das ciências humanas e da semiologia que as engloba”.

Ao lembrar que a frase diz tanto sobre o semiótico quanto ao semântico, mas que ela se define como sendo particular e única, então seu estudo “relève moins d’une analyse linguistique (en principe généralisable) que d’un commentaire de texte chaque fois particulier”⁷³ (p.36). A grande novidade, aos olhos de Normand, é que:

Ce commentaire s’appuie sur la description sémiotique, en particulier celle des marqueurs de l’énonciation qui, à la fois, appartiennent au système de la langue et ont la propriété spécifique (...) de signaler la présence du sujet, de la « personne », et de centrer sur elle le temps et l’espace de l’échange (*op.cit*)⁷⁴.

Assim, é preciso considerar, conjuntamente, o semiótico e semântico na medida em que é através deles que se pode fazer uma análise lingüística referente à enunciação e intersubjetividade. Não é possível, já que se trata de uma análise que não visa à generalização, buscar dar conta do todo do sentido.

Lembremos, ainda, que esta conclusão sobre o modo de análise lingüística que alia um estudo do sistema e um comentário sobre a cena enunciativa não foi explicitada por Benveniste. Esta é uma interpretação de Normand de como fazer análises empíricas luminosas de uma teoria inacabada (conforme apontamos como nossa preocupação nesta dissertação. Ver apresentação do capítulo 2). É o que ela afirma:

Son programme d’analyse du sémantique (du discours), une fois admis les principes généraux qui donnent le cadre de l’énonciation, conduit à la description du particulier, de la diversité de ce que permet la langue au service de sujets vivant e parlant dans l’interaction subjective⁷⁵ (p.37).

Para concluir, Normand diz que essas proposições de Benveniste se configuram, não em um modelo diretamente aplicável, mas em uma incitação a continuar a discussão acerca do problema do sentido. E é nesse sentido que sua *linguistique douce* se orienta.

Conforme vimos acima, a segunda descoberta de Normand a partir de sua leitura da obra de Benveniste diz respeito exatamente a essa continuação acerca do problema do sentido, uma

⁷³ “Diz respeito menos a uma análise lingüística (em princípio, generalizável) do que a um comentário de texto cada vez particular”.

⁷⁴ “Esse comentário se apóia sobre a descrição semiótica, em particular, aquela dos marcadores da enunciação que, ao mesmo tempo, pertencem ao sistema da língua e têm a propriedade específica (...) de assinalar a presença do sujeito, da “pessoa”, e de centrar sobre ela o tempo e o espaço da troca”.

⁷⁵ “Seu programa de análise do semântico (do discurso), uma vez admitidos os princípios gerais que apresentam o quadro da enunciação, conduz à descrição do particular, da diversidade do que a língua permite ao serviço de sujeitos que vivem e falam na interação subjetiva.”

vez que é possível fazer análises lingüísticas sem ter que seguir as amarras ditadas pelo fazer científico que aqui chamamos de binário: “je retrouvais le bonheur de lire, d’être entraînée par le sens qu’un sujet peut faire surgir de la langue pourvu qu’il n’y voit pas un simple instrument à son service, pourvu qu’il l’aime en somme”⁷⁶ (2001b: 167).

Falar em amor da língua remete à instância da psicanálise em seu trabalho. Normand, em texto de abertura ao Colóquio Linguistique et Psychanalyse (2001c), após refletir sobre o que está implicado ao se dizer *linguistique et psychanalyse*, e *linguistique ou psychanalyse*, define que seu trabalho se inscreve sob a relação *linguistique et/ou psychanalyse*. Estar sob a ordem do conector **e/ou** significa renunciar dois desejos: de que a psicanálise fornecerá o fundamento de uma teoria do sujeito falante e a busca de se enquadrar conforme o quadro da ciência moderna (p.27).

Isto quer dizer que, ao mesmo tempo em que não se trata de buscar uma articulação com a psicanálise, no sentido de que a análise lingüística seria afetada pela escuta singular da fala que busca a cura, também não se está afastando o detalhe singular excluído do âmbito da ciência.

Assim sua *linguistique douce* reflete seu interesse em estudar a língua ordinária “car la langue dans son usage le plus ordinaire, les trivialités de ses syntagmes figés et les chicanes de la syntaxe, offre toutes sortes de passage à l’inconscient”⁷⁷ (*op.cit.*p.28).

Daí que possuir a « troisième oreille » é fundamental para esse tipo de fazer lingüístico. Quer dizer, é preciso que o lingüista seja sensível a escutar um resto de sentido oriundo de determinada forma lingüística, seja por ter sido empregada de um jeito estranho ou inesperado, seja pela complexidade própria das formas da língua em uso. Em suma, ter uma *terceira orelha* é saber que na constituição do sentido está a intervenção do inconsciente.

É porque Normand busca dar continuidade ao estudo da significação, levando em conta os pressupostos benvenistianos ao mesmo tempo que deslocando-o por fazer intervir em sua prática de análise a hipótese do inconsciente que convocamos sua reflexão para integrar nossa discussão acerca do fazer lingüístico trinitário.

⁷⁶ “Eu redescobria a felicidade de ler, de ser levada pelo sentido que um sujeito pode fazer surgir da língua, desde que não veja nela um simples instrumento a seu serviço, desde que ele a ame, enfim”.

⁷⁷ “Pois a língua em seu uso mais banal – trivialidades de seus sintagmas fixos e artifícios da sintaxe – oferece todo tipo de passagem ao inconsciente”.

2.2.2.2 O sujeito da enunciação

O texto que aqui daremos destaque é um dos mais recentes trabalhos de Flores, intitulado “*Sujet de l'énonciation et ébauche d'une réflexion sur la singularité énonciative*” (2009, no prelo)⁷⁸. Contudo, já podemos visualizar este seu interesse pelo estudo sobre o sujeito da enunciação a partir da obra de Benveniste em seu livro *Linguística e Psicanálise: Princípios de uma Semântica da Enunciação*, de 1999. Por isso, antes de passarmos ao texto, retomaremos, ainda que sucintamente⁷⁹, alguns pontos importantes de seu livro para nossa proposta de fundamentação de um fazer lingüístico trinitário.

A grande questão que recuperaremos é o entendimento de Flores de que o sujeito da enunciação pode ser abordado a partir da teoria de Benveniste se se considerar que há “uma terceira via de abordagem do sujeito” (p.196). Para tanto, ele recupera o raciocínio desenvolvido por Normand (neste trabalho, apresentado em 1.2), o qual nos diz que a relação semiótico/semântico é abalada uma vez que a enunciação convoca ambos níveis, para defender que é através justamente da subversão dessa relação que se pode pensar sobre o sujeito da enunciação.

Assim, para responder como seria o sujeito da enunciação na teoria da enunciação, Flores reinterpreta as noções de subjetividade e intersubjetividade de Benveniste, propondo que a segunda é condição da primeira. Seu raciocínio é absolutamente inovador, e merece algum detalhamento.

⁷⁸ Esse texto (cujo título pode ser traduzido como “*Sujeito da enunciação e o esboço de uma reflexão sobre singularidade enunciativa*”) decorre de seu estágio de Pós-Doutorado em Paris, sob a supervisão de Claudine Normand e Dominique Ducard. Trazer estas informações tem relevância no escopo de nossa reflexão em função do que demonstram: não só se trata de um texto que é fruto de maturidade teórica – o que reflete o grau de refinamento do raciocínio ali desenvolvido, como também, de acordo com a orientação recebida, é revelador da consonância com o pensamento sobre a posição do lingüista (cf. 2.1.1), qual seja, o de que há uma exterioridade à lingüística (a psicanálise) que retorna como efeito sobre o fazer do lingüista. Gostaríamos de agradecer ao Prof. Valdir do Nascimento Flores por nos oportunizar a leitura de seu trabalho antes mesmo de sua publicação.

⁷⁹ Evidentemente, o trabalho do autor é bem mais complexo do que aqui apresentamos. Circunscrevemos sua colaboração para nosso projeto ao sujeito da enunciação em função deste tema ser bastante polêmico e, ao mesmo tempo, crucial para os estudos enunciativos. É preciso deixar claro que, como o próprio título do livro indica, há uma busca de evidenciar a exterioridade como presente no fazer lingüístico. A questão é que, neste momento, Flores procura propor uma *articulação* entre lingüística e psicanálise. Como o autor, ao longo de seu trajeto de pesquisa, substitui o termo *articulação* para falar da relação entre tais disciplinas, passando a defender que há, na verdade, uma *implicação* entre elas (“Meu ponto de vista - e isso mesmo quando utilizei a palavra *articulação* – é sempre o de resguardar não uma unidade, mas uma forma de *implicação* ou aquilo que Dany-Robert Dufour (2000) chama de ‘estilo implicado (de *plicare*, dobrar)’ dos axiomas que operam na definição dos campos.” Flores, 2007:104), optamos por apresentar apenas seu raciocínio mais atual sobre o assunto, conforme veremos mais abaixo.

Retomando a “correlação de personalidade” de Benveniste, Flores a vê em dois momentos. O primeiro é dado pela transcendência de EU sobre TU, e instaura uma *temporalidade*. O segundo é dado pela necessidade da *relação* EU/TU, na medida em que “um só tem existência quando referido àquele que “não é o um”” (p.199). Assim, em termos lógicos, a intersubjetividade – a relação – é anterior à subjetividade. O que acarreta que a subjetividade só é garantida pela existência de um *terceiro*, a *relação*, marcada pelo ELE. A enunciação, nesse sentido, “é o que possibilita passar da intersubjetividade à subjetividade”. Percebemos que Flores é fortemente antecipador daquilo que propõe Dufour (conforme capítulo 1). Para este, a trindade é sustentada pelos termos eu-tu-ele, que servem como uma espécie de língua de acesso à língua (p.106). Ou seja, considerando que eu-tu-ele são os termos colocados em jogo pela intersubjetividade, é a partir dela que EU pode se dizer eu e instaurar a subjetividade ao se apropriar da língua para se propor como sujeito.

Em suma, nesse momento de sua reflexão teórica, o sujeito da enunciação, para Flores:

é aquele constituído pela relação intersubjetiva e que possibilita a passagem da intersubjetividade à subjetividade, ou seja, a passagem de um nível constitutivo para um nível de aparente unidade. (...) O sujeito da enunciação não está nem do lado do EU nem do lado do TU, mas instaura-os à moda de um terceiro que intervém, mas que não se mostra à linearidade. (p.202)

Vejamos como o lingüista dá continuidade à sua reflexão acerca do sujeito da enunciação. Para tanto, passemos a apresentação de seu texto “*Sujet de l'énonciation et ébauche d'une réflexion sur la singularité énonciative*”. A apresentação de sua reflexão se deve pelo fato de a considerarmos uma espécie de *pedra fundamental*: condensa em si uma série de pressupostos teóricos (remissivos a Benveniste, Milner, Normand e Lacan) que, tomados em relação, ganham uma nova significação, fundamentando uma forma singular de abordagem da linguagem ao mesmo tempo em que, por não se pretender exaustiva⁸⁰, possibilita desenvolvimento. Nosso intuito, neste trabalho, é colaborar para o erguimento deste edifício teórico.

Tomando como ponto de partida a consideração de que a expressão benvenistiana *homem na língua* evoca a indissociabilidade do singular e do repetível, pois “l'homme n'est pas

⁸⁰ Conforme as palavras do próprio autor: “ Nous sommes tout à fait conscients que la proposition soulevée dans ce travail n'en est encore qu'à sa dimension embryonnaire. La développer est notre objectif. Pour l'heure nous rappelons qu'il ne s'agit que d'une ébauche”. (“Enfim, tenho clareza de que a proposta que fiz está numa dimensão embrionária. Desenvolvê-la é objetivo que tenho. Por ora, creio que possa argumentar a seu favor o fato de ser ainda um esboço”). Uma vez que o texto de Flores foi redigido em francês, traremos, de agora em diante, as passagens na língua original juntamente com sua tradução.

seulement dans la langue, son existence se singularise dans la répétitivité de la langue”⁸¹, Flores promove o alargamento da teoria de Benveniste ao evidenciar que é possível, a partir da leitura atenta de sua obra, formular uma noção de *sujeito da enunciação* e, com base nela, propor uma perspectiva de análise da linguagem que concerna esta condição única do homem na língua, por ele chamada de *ébauche d’une réflexion sur la singularité énonciative*⁸².

Para tanto, o autor inicia seu texto buscando explicitar como a menção do nome de Benveniste ao lado do par *sujeito da enunciação/sujeito do enunciado* por uma série de autores não só da psicanálise e da lingüística como de outras áreas corroborou para que lhe fosse imputada a origem teórica de tais termos. Sua conclusão é de que há uma grande diversidade de leituras da teoria de Benveniste, mas que estas se mostram parciais, pois creditam ao mestre a gênese do termo *sujeito da enunciação* quando na verdade, conforme Normand (1986), este está ausente de sua teoria. Contudo, esta ausência não inviabiliza que o termo seja depreendido de seu pensamento.

Ao considerar que há um espaço na rede conceitual de Benveniste para a noção de sujeito da enunciação, Flores procura argumentar em que termos esta conclusão é possível. Assim, num primeiro momento, ele apresenta o viés de leitura que sustentará sua empreitada: a consideração da teoria benvenistiana como uma rede de primitivos teóricos. Para o lingüista, há nesta teoria um *a priori* radical: “l’homme est de nature intersubjective parce qu’il est constitué par le langage”⁸³. Com base nesse *a priori*, Flores retoma, em passagens textuais, os empregos dos termos *linguagem, língua, línguas; intersubjetividade, subjetividade, categoria de pessoa; homem, sujeito, locutor*; procurando explicitar como as noções de cada trio são colocadas em relação e permitem, no conjunto, entrever este lugar para o *sujeito da enunciação*.

Quanto à primeira tríade, Flores, após analisar sua ocorrência em alguns textos de Benveniste, conclui que não há rigorosidade terminológica, no sentido de determinado item lexical se referir sempre a mesma noção; contudo, isto não impede de se perceber que há, claramente, três instâncias que devem ser resguardadas - *linguagem, língua, línguas*. Seu exercício de contraposição entre os três termos permitiu apreender as seguintes alternâncias que apontam para as complexas relações que estes instauram na teoria benvenistiana:

⁸¹ “O homem só não está na língua, mas sua existência se singulariza na repetibilidade da língua”.

⁸² “Esboço de uma reflexão sobre singularidade enunciativa”.

⁸³ “O homem é de natureza intersubjetiva porque é constituído pela linguagem”.

- linguagem: 1) alterna com *faculdade*, com *condição humana* ligada a aspectos de *expressão simbólica*; 2) apresentada relativamente a uso ordinário e a uso poético; 3) alterna com *língua*; 4) alterna com *línguas*; 5) alternando com *língua* e com *línguas*; 6) alterna com *linguagem*.
- língua: 1) apresentada em contexto de ocorrência que alterna com *língua*; 2) apresentada como idioma alternando com *língua* como sistema de formas; 3) apresentada relativamente a *discurso*.
- línguas: 1) apresentada no sentido de diferentes sistemas lingüísticos em geral; 2) apresentado no sentido de sistemas lingüísticos específicos.

Não retomaremos, aqui, as passagens textuais que ilustram estas conclusões. Basta, no momento, reforçar que, ainda que estes termos sejam, por vezes, empregados indistintamente, eles resguardam três instâncias. Isto será válido para o encaminhamento da linha de raciocínio de Flores.

A tríade seguinte a ser analisada é a constituída pelos termos *intersubjetividade*, *subjetividade*, *categoria de pessoa*. O autor mostra que *intersubjetividade* é apresentada como *condição de*, ou seja, a linguagem é condição do homem. Nesse sentido, este termo está em consonância com o *a priori* radical proposto por Flores de que homem e linguagem são indissociáveis. Ainda conforme excertos do texto de Benveniste, se vê que esta intersubjetividade se reflete na língua. Para explicar como se dá essa reflexão, a frase “c’est dans et par le langage que l’homme se constitue comme *sujet*”⁸⁴ (PLG I, p. 259), do texto a *De la subjectivité dans le langage*⁸⁵, é retomada. *Dans le langage*⁸⁶ diz respeito à condição do homem; *par le langage*⁸⁷ diz respeito ao “se reflete na língua”. Assim, se a subjetividade é “est la capacité du locuteur à se poser comme *sujet*”⁸⁸ (PLG I, p.259), essa passagem de locutor a sujeito se dá *dans e par le langage*. Relaciona-se, assim, intersubjetividade e subjetividade.

⁸⁴ Optamos por manter as citações de Benveniste conforme o original em francês para preservar a coerência com a referência dada por Flores (uma vez que seu texto foi redigido nesta língua). As traduções em português dizem respeito àquelas realizadas pela editora Pontes quando da tradução dos livros *Problèmes de linguistique générale I e II*. As referências correspondem ao volume e à página, respectivamente. “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (PLG I, 286).

⁸⁵ “Da subjetividade na linguagem” (PLG I).

⁸⁶ “Na linguagem”.

⁸⁷ “Pela linguagem”.

⁸⁸ “É a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”” (PLG I, 286).

O autor vai mais adiante. Mostrando que para Benveniste a subjetividade “ se determine par le statut linguistique de la ‘personne’”⁸⁹ (PLG I, p. 260), Flores indica que é esta categoria o fundamento não só para a subjetividade como para a intersubjetividade. Ao lembrarmos que o mesmo ato que dá existência a “eu” dá existência a “tu”, coloca-se que “ la notion de *personne* est elle-même constituée par la réciprocité: le dire qui implique la subjectivité implique également l’intersubjectivité”⁹⁰.

Retomando a primeira tríade analisada - *linguagem, língua, línguas* – Flores propõe que estas se fazem acompanhar, ainda que com estatutos diferentes, de *intersubjetividade, subjetividade, categoria de pessoa*.

Acompanhando o desenvolvimento do raciocínio feito até aqui, já podemos prever em que termos a apreciação dos termos *homem, sujeito, locutor* será feita. Conforme a retomada de diversas passagens dos textos de Benveniste, Flores reitera que linguagem e homem são indissociáveis. No que concerne ao termo locutor, a reflexão de Aya Ono sobre o lingüista francês é convocada para corroborar com seu ponto de vista. Diz ela: “Le langage conduit chaque locuteur à s’appropriier de la langue. Autrement dit, le locuteur se laisse entraîner par le langage au sein du procès de l’énonciation. Le locuteur est invité à parler, et en conséquence, s’approprie la langue”⁹¹ (Ono :2007, p.165). Conclui a autora que, nesse sentido, “le locuteur n’est pas le sujet”⁹² (*op. cit*).

Revisados os termos *homem e locutor*, e destacada sua não-coincidência com a noção de *sujeito*, Flores busca agora verificar os usos deste último termo na obra benvenistiana a fim de dali deduzir o que ele chama “sujet de l’énonciation”⁹³, ou ainda, “d’une ouverture de la linguistique de Benveniste à l’extériorité théorique”⁹⁴.

Dessa forma, resulta de sua leitura pormenorizada o destaque de que *sujet parlant, personne, locuteurs e sujet*⁹⁵ não se recobrem teoricamente, o que lhe permite inferir que há uma passagem de uma instância a outra. Flores então propõe que sujeito seja pensado como um “effet de

⁸⁹ “Se determina pelo *status* lingüístico da “pessoa”” (PLG I, 286).

⁹⁰ “A noção de pessoa é constituída pela reciprocidade: o dizer que implica a subjetividade também implica a intersubjetividade”.

⁹¹ “A linguagem conduz cada locutor a se apropriar da língua. Em outras palavras, o locutor se deixa levar pela linguagem em meio ao processo da enunciação. O locutor é convidado a falar e, conseqüentemente, se apropria da língua”.

⁹² “O locutor não é o sujeito”.

⁹³ “Sujeito da enunciação”.

⁹⁴ “O ponto de abertura da lingüística de Benveniste à exterioridade teórica”

⁹⁵ “Sujeito falante, pessoa, locutores e sujeito”.

l'appropriation, comme um efeito de la ‘mise em fonctionnement de la langue par un acte individuel d’utilisation’ (PLG II, p. 80), de la “conversion individuelle de la langue en discours” (PLG II, p. 81)”⁹⁶. Conforme seu ponto de vista, o *se apropriar* corresponde a *tornar próprio de si*. Com esse raciocínio, o autor justifica a possibilidade de se pensar que o *sujeito* seria *da enunciação*, pois ele adviria *da enunciação*.

O apuro do pensamento de Flores ganha destaque quando ele explica em que medida este sujeito pode advir da enunciação. Ainda que este assunto seja abordado apenas sucintamente, podemos entrever nessa argumentação um indicativo de caminho a ser desenvolvido; diz ele: “énoncer n’est pas seulement « cette mise em fonctionnement de la langue par un acte individuel d’utilisation », c’est aussi un acte d’ « agencement des mots », un « agencement syntagmatique » (PLG II, p. 225) qui implique une relation spécifique entre la forme et le sens”⁹⁷. Assim, o autor, retomando a noção de *syntaxe d’énonciation*⁹⁸ proposta por Benveniste, conclui que esta é “la seule condition de présence de l’homme dans la langue, dont la caractéristique principale est la relation singulière entre la *forme* et le *sens* qui se produit par la ‘conversion de la langue en discours’”⁹⁹.

Em outras palavras, “le *sujet* serait de *l’énonciation* précisément parce qu’il adviendrait, comme um efeito semântico, de cette ‘syntaxe d’énonciation’”¹⁰⁰.

E em que medida este sujeito da enunciação pode ser visto como um ponto de abertura à exterioridade teórica – à psicanálise, conforme seu ponto de vista? A explicação diz respeito ao fato de que essa *syntaxe de enunciação*, “loin de se présenter comme une formulation généraliste quelconque, est la marque spécifique d’une relation singulière (dissymétrique?) entre *forme* et *sens*”¹⁰¹.

⁹⁶ “Efeito da apropriação, como um efeito do ‘colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização’ (PLG II, 82), da ‘conversão individual da língua em discurso’ (PLG II, 83)”.

⁹⁷ “Enunciar, na medida em que é ‘colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização’, é também um ato de ‘agenciamento de palavras, um ‘agenciamento sintagmático’ (PLG II, 230) que implica uma relação específica entre a *forma* e o *sentido*”.

⁹⁸ “Syntaxe de enunciação” (PLG I, 27).

⁹⁹ “A condição única de presença do homem na língua, cuja característica principal é a relação singular entre *forma* e *sentido* que se dá pela ‘conversão da língua em discurso’”.

¹⁰⁰ “O *sujeito* seria *da enunciação* na justa medida que ele adviria, como um efeito semântico, dessa ‘syntaxe de enunciação’”.

¹⁰¹ “Longe de se apresentar como uma fórmula generalista qualquer, é a marca específica de uma relação singular (dissimétrica?) entre *forma* e *sentido*”.

Este assunto é discutido em mais detalhes na seção intitulada “Le compagnonnage linguistique-psychanalyse”, em que Flores, retomando algumas reflexões relacionadas à psicanálise, procura evidências de que, em se tratando de sujeito, há diferenças no que se refere à ordem da significação e à ordem da designação. Admitir esta proposição implica que o lingüista seja afetado pela hipótese do inconsciente, e nesse sentido, o autor se coaduna com o pensamento expressado por Milner, Normand e Silveira (cf. 2.1.1).

Reconhecer que é válido o questionamento psicanalítico *quem fala?*, no que se refere ao efeito provocado naquilo que é dito pelo dizer, lhe permite afirmar que “il faut référer la syntaxe d’énonciation à une exteriorité théorique qui destitue le sujet d’une position d’origine du sens”¹⁰².

Concluimos, portanto, que Flores, ao elaborar sua noção de sujeito da enunciação como ligada à de *sintaxe de enunciação*, a partir da obra de Benveniste, põe por terra leituras cristalizadas que lhe atribuem um modo de interpretação psicológica e subjetiva nos estudos lingüísticos (cf. Teixeira, 2004).

A verificação da pertinência da noção de sujeito de enunciação nos termos até aqui expostos é apresentada na parte final do artigo, no “ébauche d’une réflexion sur la *singularité énonciative*”. Flores propõe uma análise de um fato de língua a partir dos pressupostos desenvolvidos previamente. Para tanto, alguns destaques devem ser feitos.

O conceito de enunciação, para o autor, está ligado a duas noções: teórica e descritiva. Quanto à primeira, enunciação se define pela máxima “toutes les langues possédant des dispositifs qui permettent une utilisation singulière dans l’instance de discours est un fait universel”¹⁰³. Já no que tange à segunda - e aqui estamos frente a mais uma de suas contribuições para a forma de abordagem da linguagem - relativa à análise dos fatos de língua, enunciação é “l’acte de tenter d’acheminer le sens”¹⁰⁴.

É via a noção de *tentativa* que a exterioridade teórica (a psicanálise) é convocada. Reconhecendo-se que há um “tudo não se diz” constitutivo da língua, este só é perceptível pela *sintaxe de enunciação*, que mostra que o sentido desejado não pode ser integralmente construído.

¹⁰² “*Sintaxe de enunciação* requer ser referida a uma exterioridade teórica que destitua o sujeito de uma posição de origem do sentido”.

¹⁰³ “É universal que todas as línguas tenham dispositivos que permitam um uso singular na instância do discurso”

¹⁰⁴ “O ato de tentar afunilar o sentido”.

Em outras palavras, é através de operações específicas que fazem parte da *sintaxe de enunciação* que se percebe marcada no simbólico uma apropriação imaginária - a tentativa de tudo dizer.

Flores, então, procura apresentar que “les mécanismes linguistiques, les faits de langues, permettraient de voir que le *sujet de l'énonciation* de la langue advient par un recours singulier à la *syntaxe d'énonciation*”¹⁰⁵. Para isso, ele nos informa que, mesmo diante da repetibilidade da língua, há uma singularidade que diz respeito à forma de articular forma e sentido, e que é evidenciada pelo que ele chama de *principe de l'irréductibilité du dire de l'un au dire de l'autre*¹⁰⁶. Identificado em situações do nosso dia-a-dia, como quando em dúvida, dizemos “não sei se foi bem isso que ele disse”, este princípio decorre da admissão “d'une certaine assymetrie constitutive de toute l'énonciation”¹⁰⁷. Considerá-lo permite refletir sobre a natureza do fato de língua a ser analisado:

Si l'énonciation peut être vue comme une tentative d'acheminer le sens, les mécanismes inhérents à cela marquent une relation entre la forme et le sens qui est toujours de l'ordre du singulier et qui configure la *syntaxe d'énonciation*¹⁰⁸.

Cabe ao lingüista eleger os fatos de língua a serem analisados, conforme sua escuta, que é feita no *après-coup*. Usando esta terminologia, Flores remete a Lacan e a idéia de tempo ligado a um “...effet de sens dans la phrase, lequel exige, pour se boucler, son dernier mot”¹⁰⁹ (Écrits, 1981, p.838). Dessa forma, é no *après-coup* que sujeito da enunciação e *sintaxe de enunciação* podem ser interpretados.

A fim de ilustrar seu raciocínio, o autor apresenta uma análise de fatos de língua, a qual não apresentaremos aqui. Basta, por ora, afirmar que ela corrobora o fato de que, ao se falar em *sintaxe de enunciação*, não é de uma concatenação de formas que se trata, e sim de “une relation non linéaire et non limitée à des catégories linguistiques aprioristiques de forme et de sens”¹¹⁰. O sujeito da enunciação, portanto, de acordo com Flores, advém dessa constituição singular de relação entre forma e sentido na linguagem.

¹⁰⁵ “Os mecanismos, os fatos de língua que permitiriam ver que o *sujeito da enunciação* dela advém por um recurso singular à *sintaxe de enunciação*”.

¹⁰⁶ “Princípio da irredutibilidade do dizer de um ao dizer do outro”.

¹⁰⁷ “De certa ‘assimetria’ constitutiva de toda enunciação”.

¹⁰⁸ “Se a enunciação pode ser vista como uma tentativa de afunilar o sentido, os mecanismos inerentes a isso marcam uma relação entre a forma e o sentido que é sempre da ordem do singular e que configura a *sintaxe de enunciação*”.

¹⁰⁹ “Efeito de sentido na frase, o qual exige, para se fechar, sua última palavra”.

¹¹⁰ “Uma relação não linear e não limitada a categorias lingüísticas apriorísticas de forma e sentido”.

Percebemos que Flores é um lingüista mergulhado no trinitário¹¹¹. Se em seu livro isso já era visível a partir da constatação do sujeito da enunciação como referente a um terceiro que intervém, nesse texto apresentado acima, a trindade se mostra ainda mais pelo viés da exterioridade marcando presença na sua elaboração teórico-metodológica, não como uma articulação entre disciplinas, mas como um saber que opera sobre o lingüista, e conseqüentemente, sobre sua prática.

2.2.2.3 O dispositivo trinitário

A tese de doutorado de Carmem Luci da Costa Silva, intitulada *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem* (2007), como o próprio título indica, parte da constatação da “falta” de uma abordagem que considere o tratamento da relação entre enunciação e aquisição da linguagem para propor princípios que digam respeito a uma perspectiva enunciativa que possibilite explicação sobre a inscrição da criança na linguagem. Dado que o desenvolvimento deste assunto não é nosso intuito, nesta dissertação, nos restringiremos ao dispositivo trinitário – *(eu-tu)/ele – ELE* - que a autora constrói para sustentar seu raciocínio. Ele é, para nossa reflexão, absolutamente essencial, uma vez que ele incide sobre as instâncias que estão em jogo no fazer lingüístico trinitário, quais sejam, o lingüista, os fatos de língua e a própria teoria, constituindo-se, a nosso ver, como *operador trinitário*, o qual não havia sido ainda desenvolvido e que parece solucionar uma série de questões quanto à análise enunciativa de fatos de língua. Assim, assumindo o risco de reducionismo que este tipo de recorte comporta, é à apresentação deste dispositivo trinitário que nos circunscreveremos nesta seção. Para tanto, é preciso explicitar o percurso feito por Silva para chegar a essa construção e o alcance teórico-metodológico que ele proporciona.

Ao buscar uma concepção enunciativa em Aquisição da Linguagem, a autora pauta seu trabalho sobre a questão: “que elementos estão implicados no *ato de enunciação na língua* e no *ato de aquisição da linguagem*?” (p.139). Isto é, ela parte do indício de que há, antes de tudo, algo que é comum, que é próprio da enunciação, e a partir daí, procura determinar como isso se especifica no ato de aquisição. Como estamos, neste capítulo, visando a colocar em pauta os elementos que constituem um fazer lingüístico trinitário, para daí elaborar princípios de análise enunciativa de

¹¹¹ Ainda que não nomeadamente, Flores já se diz inscrito na ordem trinitária: “pronuncio-me sobre o assunto [as relações entre os estudos da linguagem e a psicanálise lacaniana] do ponto de vista do lingüista; é verdade que como um lingüista que se deixou tocar pelo incontornável que a psicanálise formula às ciências do todo, como um lingüista que percebe na ordem da língua o apagamento do não-*Todo*” (2007:96).

fatos de língua, recuperaremos, de seu trabalho, apenas sua reflexão acerca do *ato de enunciação na língua*.

Primeiramente, retomemos sua problematização acerca do sujeito da/na enunciação. Silva parte da noção de intersubjetividade de Benveniste para, através de uma leitura pormenorizada de seus textos, constatar:

a existência de três instâncias simultâneas de funcionamento da *intersubjetividade*, quais sejam: uma *relação homem/homem* imersos na cultura, na qual estamos considerando a presença de um *sujeito cultural*; uma *relação locutor/alocutário*, na qual, segundo nosso ponto de vista, aparece um *sujeito da alocução ou dialógico* e uma *relação eu-tu*, expressa pelas formas de pessoa no discurso, constituindo o que estamos chamando de *sujeito lingüístico-enunciativo*. (p.145)

Isto é, ao se pensar em sujeito, na teoria enunciativa benvenistiana, trata-se sempre de um sujeito ao mesmo tempo cultural, da alocução ou dialógico e lingüístico-enunciativo. A nosso ver, esta já é uma grande contribuição de Silva para os estudos enunciativos, em função da explicitação da existência dessas três instâncias.

A partir da retomada do raciocínio de Flores (1999, cf. 2.2.2.2) acerca do sujeito da enunciação – de que este não está nem no *eu* nem no *tu*, mas em um *terceiro* constituído pela própria relação, ou seja, constitui-se em uma relação de intersubjetividade e alteridade – a autora defende que nessa alteridade estão implicados dois “outros”: o que ela nomeia de *outro* (ELE) e constituído a partir de uma instância cultural, e o outro (*tu*), que se constitui a partir das relações dialógicas.

Vejamos como se dá a constituição dessas duas alteridades e sua implicação na formação do dispositivo (*eu-tu*)/*ele* – ELE. Convém informar que essa reflexão se baseia em Benveniste e nas suas releituras feitas por Normand (1996a), Flores (1999) e Dufour (2000). A psicanálise como exterioridade a ser convocada para a discussão entra em seu trabalho indiretamente a partir da proposta desses últimos autores, os quais consideram, como pudemos ver ao longo de nosso trabalho, que a hipótese do inconsciente atravessa o fazer lingüístico ao repercutir sobre o analista¹¹².

¹¹² Quanto a Dufour, esta conclusão pode ser alcançada a partir de sua explicação sobre a trindade natural da língua, que parte da teoria benvenistiana e se baseia em pressupostos da psicanálise lacaniana. Como a língua está presente em todo sujeito falante, logo, o analista também está inscrito na ordem trinitária e é afetado pela hipótese do inconsciente. Para mais detalhes, recomendamos a leitura de seu livro *Os mistérios da trindade* (2000).

Tendo em vista a estrutura trinitária *eu-tu/ele*, por meio da qual “o sujeito entra na enunciação e, por conseguinte, na ordem simbólica da língua, instaurando-se na linguagem” (p.168), Silva mostra que sua decomposição deixa ver, de um lado, a partir da conjunção *eu-tu*, a primeira alteridade, a do *tu*, de outro, através da disjunção, a segunda alteridade, o *ele*. Essas duas alteridades constituem as condições de discurso, e, como vimos, estão inscritas no dispositivo lingüístico trinitário comum a todos os sujeitos (p.169).

As relações de conjunção e a disjunção, afirma a autora, são os dispositivos que garantem a conversão da língua em discurso. Constitutivas da língua natural, elas se inscrevem nos eixos sintagmáticos e paradigmáticos. Isto é, “o *eixo sintagmático* organiza a “conexão” ali onde o *eixo paradigmático* introduz a substituição” (p.170). Conforme Dufour, a transitividade caracteriza a primeira relação e a intransitividade, a segunda. Isto é importante porque, para o autor, esta dupla relação está à disposição de todo sujeito falante e é o que permite a atualização de um princípio de ordem.

Conjunção/disjunção, portanto, dizem sobre a co-presença de *eu-tu* e sobre a ausência de *ele* (língua enquanto sistema simbólico). *Eu-tu* só podem estar presentes porque há um ausente – *ele*, “no entanto, essa ausência, *re-presentada* no campo da presença, permite que o *ele* demarque a “falta”” (*op.cit*).

Dufour, então, evidencia um desdobramento deste terceiro termo: trata-se, de um lado, do termo *ele*, o qual garante a representação da ausência no campo da presença, e de outro, por trás d’*ele*, “uma forma de ausência irrepresentável no campo da presença” (*op.cit*). Para Silva, este segundo desdobramento circunscreve o que ela chama de *ELE*.

Assim, ao mesmo tempo, a partir da intersubjetividade, é instanciado o elemento *ele*, lugar simbólico da língua, produzido por referência a partir da relação temporal própria de *eu-tu*, e é instaurado um *outro – ELE* – que comporta a instância cultural e está ausente das enunciações de *eu* e de *tu*. Nesse sentido, a constituição da subjetividade (em suas instâncias cultural, da alocação ou dialógica e lingüístico-enunciativa) se dá em relação a duas alteridades: *tu* e *ELE*.

O dispositivo enunciativo trinitário - (*eu-tu/ele*) – *ELE* - portanto, busca comportar toda essa reflexão até aqui apresentada. Optamos por trazer as palavras da própria autora, ainda que a

passagem seja um pouco extensa, para mostrar, em uma bela síntese, o que está em jogo em tal dispositivo:

De fato, a primeira disjunção [*eu/tu*] estabelece a falta do *tu* para que o *eu* se constitua, as demais disjunções [*(eu-tu)/ele* e *eu-tu/ele*] caracterizam a ausência da língua (*ele*), que se faz presente na temporalidade em que *eu* fala a *tu*, que inversamente assume o tempo do *eu*, o qual passa a ocupar o lugar de *tu*. Nesse sentido, a referência contida na conexão confere um estatuto de presença ao elemento substituído no paradigma e, com isso, demarca o caráter de presença/ausência própria do *ele* (língua), enquanto elemento disjunto do espaço constituído pelo *eu* e pelo *tu* e instancia, ao mesmo tempo, um ELE (*outro*) como elemento irrepresentável lingüisticamente na linearidade do discurso nesse espaço intersubjetivo, mas constitutivo da relação de *eu* e de *tu* com *ele* (língua). Isso porque os sujeitos da alocação estão imersos na cultura como lugar que comporta valores, prescrição e interdição. (p.172)

A nosso ver, esse dispositivo criado por Silva se configura no operador que estava faltando para a operacionalização das análises lingüísticas desde um viés trinitário. Ele permite que o que em Benveniste está circunscrito apenas teoricamente seja colocado em prática. Evidentemente, não se trata mais, aqui, da teoria de Benveniste considerada como da ordem do binário. Muito pelo contrário, é uma leitura trinitária (cf. 1.2.2) de sua obra que admite e propicia o desenvolvimento de tal dispositivo como vimos acima.

Se até então falamos sobre a elaboração do dispositivo, é preciso agora abordar seus alcances teórico-metodológicos. Segundo a reflexão de Silva, este dispositivo sustenta uma visão sobre transcrição e sobre análise de fatos de língua.

Silva relaciona o ato de transcrição ao ato de enunciação e, portanto, diz que o primeiro também deve ser pensado à luz do dispositivo (*eu-tu/ele*)-*ELE*. Considerando o locutor-transcritor (*eu*), este se apropria do aparelho formal de enunciação e se institui como locutor, produzindo referência e sentidos à cena enunciativa, entendida como *ele*; decorre dessa produção de sentidos para *ele* a instância *ELE*. Este *ELE* atravessa o ato de transcrição na medida em que é o lugar da cultura e da teoria, não estando presente na linearidade do discurso transcrito, mas sendo dele constitutivo a partir das marcas específicas e comentários para os dizeres contidos na cena enunciativa, produzidos por um ponto de vista teórico *a priori* presente no transcritor. E o termo *tu*, a que diz respeito no ato de transcrição? Relembrando que se trata de uma estrutura enunciativa, o transcritor, ao mobilizar a língua para produzir um fato analisável, por alocação institui um *tu*, que

pode ser um outro ou ele mesmo em outro momento, quando, por não estar mais frente ao dado oral mas sim ao fato transcrito, se colocará como locutor-analista.

Convém ainda destacar que Silva acompanha Surreaux (2006) ao dizer que a transcrição diz respeito a duas enunciações, uma referente à fala, isto é, à enunciação de um locutor determinado com seu alocutário e o que ela coloca em jogo (constituição de sujeitos, instanciação do aqui – agora e os instrumentos e mecanismos de sua realização (a estrutura da língua)), outra que concerne à transcrição, conforme vimos acima. Ainda segundo a fonoaudióloga, “ trata-se, portanto, de coexistirem na transcrição duas cenas enunciativas: a primeira que é constituída por uma perda fundante, já que tudo não se transcreve; a segunda que é a do transcritor, já que a transcrição é sempre produto de um ato interpretativo” (Surreaux, 2006: 139, apud Silva: 194).

Quanto ao ato de análise, este também deve ser visto à luz do dispositivo trinitário (*eu-tu/ele*)-*ELE*. “O locutor-analista constitui-se como *eu*, produzindo referências a um *tu* sobre o fato enunciativo transcrito (*ele*)” (p.262). O elemento *ELE* intervém na medida em que opera sobre o analista por se traduzir no ponto de vista criador de objeto, fazendo com que a análise seja, exatamente por ser um ato de enunciação, singular e, portanto produzindo determinados sentidos e excluindo outros.

Daí que, em sua análise da inscrição da criança na linguagem, Silva se propõe a estudar a enunciação como *ato* e como *discurso*. No *ato* estão envolvidas as relações diádicas *eu-tu*, *eu/tu* e (*eu-tu*)/*ele* e as trinitárias *eu-tu/ele* e (*eu-tu/ele*)- *ELE*, as quais permitem evidenciar “como ocorre a instanciação da intersubjetividade na linguagem, a conversão da língua em discurso e a atualização do sentido em palavras” (p.204). Já como *discurso*, trata-se da possibilidade de estudo da produção de referência pelo locutor e de co-referência pelo alocutário, estando em jogo formas e mecanismos enunciativos.

É sabido, e já foi antecipadamente avisado, que esta apresentação sobre o dispositivo trinitário criado por Silva é bastante parcial e não consegue (nem pretende) dar conta da complexidade de sua brilhante reflexão. O que nos importa destacar, neste momento, é que o que aqui trouxemos é de profundo interesse para a constituição do *fazer lingüístico trinitário*, que se traduz na elaboração dos princípios de análise enunciativa de fatos de língua, assunto de nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS DE ANÁLISE ENUNCIATIVA DE FATOS DE LÍNGUA

A motivação para o desenvolvimento desta dissertação diz respeito à necessidade de fundamentar o lugar epistemológico desde o qual propomos análises enunciativas de fatos de língua, as quais se distinguem de uma perspectiva benvenistiana *stricto sensu*.

Para tanto, num primeiro momento, constatamos que tal perspectiva se inscreve num olhar binário sobre a teoria de Benveniste, binarismo este que resguarda, conforme nos mostrou Dufour (cf. capítulo 1), o *status* de cientificidade e que, com Saussure, define a lingüística como uma ciência cujo objeto é circunscrito numa totalidade. Nesse sentido, a teoria *propriamente* benvenistiana seria aquela que, lida através das lentes da binariedade, fosse tomada como estruturalista, ou seja, continuadora do projeto saussuriano, e assim, suas análises operariam a partir de relações opositivas e diferenciais, tendo em vista uma teoria acabada e fechada.

Assumindo que esta é a leitura corrente da obra benvenistiana, propomos que se possa fazer, também, uma outra leitura, baseada em pressupostos trinitários (cf. Dufour, 2000). A trindade natural da língua, marcada pelos termos eu-tu-ele, abala o fechamento da teoria conforme prega o binarismo; ela impõe que sujeito e referência, expulsos deste último a partir de uma série de decisões teóricas, retorne à lingüística, fazendo um furo incontornável que, ao mesmo tempo que impede de tomá-la como completa, deixa espaço para a convocação de exterioridades teóricas. Uma leitura trinitária da teoria benvenistiana é – ao menos da forma como a interpretamos – aquela que considera a problematização da significação, por meio das noções de semântico e semiótico aliadas à enunciação, um projeto inacabado cujo desejo totalizante, traduzido pela busca da constituição da semiologia, é abalado pela impossibilidade que a própria estruturação da língua, não mais

considerada como sustentada sobre oposições, mas sendo constituída por uma divisão não superável, deixa ver. Dado esse fato, surgiu a questão: como fazer análises enunciativas a partir de uma teoria inacabada?

Constatamos, junto com Normand (cf. 1.2.2), que Benveniste não apresenta análises empíricas que considerem o alcance que a noção de enunciação suscita, isto é, as noções de semiótico e semântico, em relação à intersubjetividade constituinte de todo ato de enunciação, não são operacionalizadas. É, na verdade, a grande questão que Piguet faz a Benveniste, ao fim de sua apresentação em uma conferência para filósofos: “como a semiótica e a semântica podem coexistir metodologicamente, se uma é do tipo analítico e a outra é do tipo global não-analítico? Qual deve ser, então, finalmente o método fundamental que orienta a lingüística em seu conjunto?”(Benveniste,1967: p. 239). Acreditamos que a tentativa de responder a essa questão nos permite sustentar as propostas de análises que apresentamos em nossos projetos¹¹³. Para tanto, é preciso que estejamos inscritos em uma outra forma de pensamento, diferente daquela que dita os critérios de cientificidade (o binarismo). É por isso que propomos nosso fazer lingüístico como sendo trinitário.

Os princípios de análise enunciativa de fatos de língua a que este capítulo se refere diz respeito exatamente à reflexão desenvolvida até aqui nesta dissertação. Isto é, nossa busca em evidenciar o que integra um fazer lingüístico trinitário já é, em si mesma, a elaboração de tais princípios.

Vejamos, então, o que sugerimos que seja considerado na análise enunciativa de fatos de língua que se inscreve na ordem da trindade.

Quanto ao lingüista, informamos que este tem sua posição frente a seu objeto – a língua – alterada a partir do momento em que é afetado pela possibilidade do inconsciente. Quer dizer, tendo em vista a impossibilidade de dar conta do todo do sentido, o lingüista se coloca frente àquilo que analisa como um desconhecedor que, tomado pelo enigma que se lhe apresenta, segundo Milner (1987), deve aceitar o mínimo: “que ninguém é mestre da alíngua, que um real nela insiste, que a

¹¹³ Aqui, retomamos nossas Considerações Iniciais, nas quais informamos que nossa pesquisa acerca dos distúrbios de linguagem coloca em cena uma análise enunciativa que difere daquela considerada como *propriamente* benvenistiana. Isso porque nos sustentamos numa olhar trinitário sobre a obra de Benveniste e sobre a reflexão que dele decorre, não num olhar binário.

alíngua, enfim, sabe”. Assim, “por pouco que o lingüista não deixe de ter um certo tato, poder-se-á realizar em algum ponto das escrituras eruditas o feliz encontro da regra e do Witz” (p.82).

Isso nos levou a retomar o objeto de análise – a língua – e concebê-la como um Todo constituído por um não-Todo, isto é, um todo percorrido por falhas que denotam a presença da alíngua, noção que inscreve na língua o efeito do inconsciente, impedindo a circunscrição do todo do sentido. Se em Milner isto se refere às instâncias do Um e do não-Um, podemos fazer um paralelo, guardadas as especificidades, e dizer que, em Dufour, a binariedade está do lado do Um e a trindade do lado do não-Um. A circunscrição do Um, conforme Milner, se deu a partir da instituição da lingüística como ciência por Saussure, movimento que expulsou sujeito e referência de seu escopo. Para Dufour, foi por seguir os critérios do binarismo que tal projeto se consolidou. O “resto” foi denominado por Milner como não-Um, por Dufour, como trinitário. Na nossa perspectiva, portanto, a língua é considerada ao mesmo tempo como estruturada pelos termos eu-tu-ele e por uma falta a qual a caracteriza como não refratária ao excesso, que ao se dizer Um e não-Um permite abordar sujeito e sentido.

A constituição dos fatos de língua decorre desse entendimento sobre língua e sobre o lingüista. Acompanhando Normand (1997b) “l’énigme saussurienne de la langue est déplacée sur l’énigme de sujets qui, par la langue, à la fois se constituent eux-mêmes dans leur intériorité et se disent mutuellement le monde extérieur dans des énoncés chaque fois particuliers, « événements évanouissants »”¹¹⁴(p.141), não podemos tentar recuperar a enunciação já que se trata de “eventos evanescentes”, o que será analisado é justamente como esse sujeito se marca no enunciado e que efeitos de sentido daí decorrem. Portanto, os fatos de língua são uma construção do analista que, atravessado pela hipótese do inconsciente, logo, de um “tudo não se diz” (cf. Milner, 1987), busca descrever o que se mostra na materialidade da língua considerando que, para cada sujeito, isto diz sobre uma singularidade que não coloca sua descrição na ordem da generalização nem da repetibilidade (características, lembremos, do fazer científico binário).

Isto nos remete a como interpretamos a teoria enunciativa benvenistiana. Consideramos como cerne de seu pensamento a intersubjetividade a qual é condição para que um locutor se aproprie da língua e, nela e por ela, se constitua como sujeito. A enunciação, cada vez única e

¹¹⁴ “O enigma saussuriano da língua é deslocado sobre o enigma de sujeitos que, pela língua, ao mesmo tempo, se constituem, eles próprios, em sua interioridade e se dizem mutuamente o mundo exterior em enunciados cada vez particulares, ‘eventos fugazes’”.

irrepetível, coloca em jogo, além do *eu*, o *tu*, por alocação, e o *ele*, instanciado por referência. Os níveis semióticos e semânticos, a nosso ver, são convocados conjuntamente pela enunciação, uma vez que esta demanda que um locutor mobilize a língua como sistema simbólico para criar referências particulares em uma determinada situação marcada por um aqui e agora. Assim, sua reflexão acerca de semiótico e semântico, longe de nos servir como um método pré-estabelecido que visa à busca da apreensão do sentido, “n’aboutirait donc qu’à rappeler la nécessité de tenir compte de celui qui parle et, par suite de ne pas prétendre dire le tout du sens de ce qu’il énonce, qu’aucune analyse ne peut clore”¹¹⁵ (Normand, 2001a: 36).

É por esse viés que podemos fazer uma análise de fatos de língua que busque descrever determinadas unidades lexicais cujos usos inesperados provocam surpresa e se colocam como enigma. É o que Normand objetiva em sua *linguistique douce*:

On s’aperçoit alors qu’un locuteur n’a même pas besoin de forcer la langue (de “tricher”), pour produire des effets de sens surprenants et que les énoncés les plus ordinaires, dont la forme se fait oublier jusqu’à transparence, recèlent une potentialité signifiante que l’analyse peut rendre visible en dépliant la complexité des formes¹¹⁶. (2001b : 171)

Normand nos diz também que, para realizar uma análise que leve em conta a intersubjetividade em ação, isto é, numa situação dialógica cuja relação entre eu-tu-ele instancia determinados sentidos que dizem respeito tanto ao nível semiótico quanto ao semântico, é preciso que se faça duas descrições: uma que dê conta das unidades da língua-sistema e outra que se ocupe de como essas unidades são empregadas numa situação particular, cujo sentido depende das questões do tempo, do sujeito, da referência e da interação (Normand, 2001a). Para essa última, a autora diz que se trata de fazer um comentário sobre a situação enunciativa.

Falar em semiótico e semântico, sempre em referência a uma enunciação particular, remete a considerar a relação forma e sentido. Assim, lembremos que, repercutindo nessa enunciação, está a hipótese do inconsciente. A língua, além de ser o suporte do aparelho formal da enunciação, é constituída por um tudo não se diz que especifica tal relação. É nesse sentido que enunciar é “a tentativa de afunilar o sentido”(cf. Flores). Daí sua contribuição para o fazer

¹¹⁵ “Somente nos levaria, portanto, a lembrar a necessidade de levar em conta aquele que fala e, por conseqüência, de não pretender dizer o todo do sentido disso que ele enuncia, que nenhuma análise pode dar por acabado”.

¹¹⁶ “Percebemos, então, que um locutor não tem necessidade realmente de forçar a língua (de “trapacear”), para produzir efeitos de sentido surpreendentes, e que os enunciados mais banais, cuja forma é esquecida, chegando a ser transparente, escondem uma potencialidade significante que a análise pode tornar visível ao desvendar a complexidade das formas”.

lingüístico trinitário: a *sintaxe de enunciação* marca uma relação singular entre forma e sentido. Essa noção indica que a enunciação comporta repetibilidades e irrepetibilidades. O locutor, ao tornar a língua própria de si mesmo, *enforma* e *conforma* as palavras em função de uma situação enunciativa eu-tu-ele/aqui/agora única e irrepetível. A *sintaxe de enunciação* é essa sintagmatização singular.

Decorre da *sintaxe de enunciação* o *sujeito da enunciação*. Para Flores, essa concepção permite dizer que, em cada instância de discurso, um determinado sentido advém da enunciação a partir de uma relação muito singular entre forma e sentido. O entendimento de fatos de língua como todo fenômeno que servir para explicitar a maneira pela qual o sujeito se marca naquilo que diz numa configuração eu-tu-ele/aqui/agora singular está intimamente relacionado à *sintaxe de enunciação* e ao sujeito da enunciação. Ainda, tanto *sintaxe de enunciação* quanto sujeito da enunciação são interpretados no *après-coup*, isto é, sua interpretação vai depender da escuta do analista que, no *a posteriori*, recorta os fatos de língua conforme seu objeto de estudo.

De Silva (2007) destacamos o dispositivo trinitário (*eu-tu/ele*)-*ELE*, para nós, o operador do fazer lingüístico trinitário. Isto é, entendemos que a pergunta “como fazer análises lingüísticas a partir de uma teoria inacabada?” pode ser respondida através da operacionalização deste dispositivo. A nosso ver, este resume tudo que foi até então exposto.

Assumindo que este dispositivo estrutura todo sujeito falante, podemos explicar como a hipótese do inconsciente produz efeito sobre o lingüista, sobre a língua e sobre a forma como tomamos a teoria. Consideramos que *ELE*, instância da cultura para a autora, é também lugar da psicanálise como um saber não-positivo¹¹⁷. Assim, se ela nos diz que esse *ELE* atravessa a estrutura (*eu-tu/ele*), sendo constitutivo de cada termo através de uma ausência (por não poder ser linearizado no discurso), então percebemos que a hipótese do inconsciente incide sobre o lingüista (*eu*), sobre a língua como sistema simbólico (*ele*) e sobre nossa concepção da teoria, cuja base é a própria estrutura (*eu-tu/ele*). É o que nos diz Normand (2006) a partir de seu termo “troisième oreille”: ser tocado pela hipótese do inconsciente proporciona que o lingüista tenha uma sensibilidade para a

¹¹⁷ Empregamos o termo conforme Bouquet (2001). Para o autor, o *saber não-positivo* se refere àqueles saberes que não podem ser literalizados nem formalizados, portanto, não podem ser passíveis de uma verificação empírica (p.28); eles estão numa relação de continuidade com os saberes positivos (a lingüística, por exemplo). Evidentemente, a proposta que aqui fazemos de verificar a relação da lingüística com a psicanálise através da implicação de um saber sobre o outro demanda um aprofundamento que este espaço não comporta. Por ora, cabe apenas indicar que isso nos parece possível.

escuta da língua que o leva a ser movido exatamente por esses efeitos de sentido que escapam à regularidade da descrição que se diz ciência.

Para encerrar, acreditamos que a proposta de Silva dá conta dos cinco aspectos da enunciação apontados por Aya Ono, em seu livro *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste* (2007): como fenômeno vocal em ato de realização; como transformação do signo em palavra, ou seja, como semantização; como ato individual de apropriação da língua; como ato de fala na sociedade, colocando em jogo seu aspecto dialógico e intersubjetivo; e como referencial, remetendo ao conceito de realidade e ao problema do tempo lingüístico (p.32).

Supomos, enfim, que estes princípios de análise de fatos de língua só puderam ser elaborados porque nos inscrevemos num fazer lingüístico trinitário. É isso que sustenta nosso olhar diferenciado daquele que se diz *propriamente* benvenistiano sobre a análise. E é um exemplo desta prática que traremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE

Nossa reflexão acerca do *fazer lingüístico trinitário* aponta que as instâncias que lhe são constitutivas – o lingüista, os fatos de língua e a teoria benvenistiana - são atravessadas por uma exterioridade, qual seja, a psicanálise lacaniana. Assim, o efeito da admissão da hipótese do inconsciente se deixa ver: 1) na nossa concepção sobre o *lingüista*, implicando em seu reconhecimento de que a língua comporta um “tudo não se diz”; 2) no nosso entendimento sobre a constituição dos *fatos de língua*, compreendidos como fenômenos que explicitam como o sujeito se marca naquilo que diz numa configuração enunciativa (*eu-tu/ele-ELE*); 3) na leitura da *teoria benvenistiana*, tanto por a concebemos como incompleta e portanto permitindo deslocamentos quanto a partir de suas *releituras* realizadas por Normand (2001a,2001c, entre outros), Flores (1999; 2009 (no prelo)) e Silva (2007), autores os quais convocam a psicanálise para promover alargamentos teóricos. A partir daí, derivamos alguns princípios que nos parecem fundamentar a análise enunciativa de fatos de língua.

É com base nas reflexões apresentadas anteriormente que a análise a seguir se desenvolverá. Procuraremos evidenciar em que medida os princípios acima apresentados podem ser suporte deste procedimento.

O episódio¹¹⁸ se passa entre o pai (médico), a mãe (fonoaudióloga) e os filhos K. (pouco mais de 3 anos e 2 meses) e A. (pouco mais de 5 anos e 4 meses). Eles estão no carro, indo passear, mas não sabem o que vão fazer. Convém destacar que as crianças têm por hábito, na escolinha em que estudam, fazer votação quando precisam decidir alguma coisa.

¹¹⁸ Este episódio nos foi relatado pela mãe, que autorizou o seu uso para esse trabalho. Adotamos a seguinte convenção: _ =ênfase; *com=comentário do transcritor; acentos ^ e ´= acento na sílaba.

MÃE: e então, o que vamos fazer?

*com: se dirigindo aos filhos

K.: lotação!

MÃE: não é lotação, querido. é com outra letrinha...é votação.

A.: repete comigo, mano: vô

*com: separando em sílabas

K.: vô

A.: tá

K.: tá

A.: ção

K.: ção

A.: agora tudo junto!

K.: juntação!

Começamos por tomar a palavra *juntção* como um neologismo. Segundo Guilbert (1975, apud Barbosa, 1996), neologia é “a possibilidade de criação de novas unidades lexicais, em razão das regras de produção incluídas no sistema lexical” (p.31), e, de acordo com Carvalho (1984) “falando em neologismos, os pontos de referências serão sempre mudança, evolução, novidade, novo, criação, surgimento, inovação.” (p.8)

É interessante observar como essas afirmações dizem sobre duas realidades: a primeira remete à regularidade da língua, a segunda, a irrepetibilidade da enunciação. Nesse sentido, estudar o processo de formação de *juntção* implica tanto olhar para as regras da língua quanto para a instância de enunciação.

Quanto às regras da língua, Rocha (2003) afirma que há uma Regra de Formação de Palavra (RFP) própria à língua portuguesa da qual o falante faz uso que pode ser assim formalizada: $[X] a \rightarrow [[X] a Y] b$. Em termos de *juntção*, seria $[juntção] s \rightarrow [[juntar] v -ção] s$. De acordo com esse autor, *-ção* está entre os sufixos nominalizadores mais produtivos em português. Nesse sentido, corrobora Bechara (2002), que apresenta esse sufixo como utilizado para “formação de nomes de ação ou resultado de ação, estado, qualidade, semelhança, composição, instrumento, lugar” (p.358).

Tendo em vista a regra que permite a formação da palavra *juntação*, vejamos o que se pode dizer sobre o fato de ser uma “criação, surgimento”. Segundo Barbosa (1996):

É no ato de fala que se dá a criação neológica, embora os modelos de estrutura sejam fornecidos pelo sistema. Cada ato de fala é inédito, no sentido de que é único, exclusivo e jamais se repete. No caso da neologia lexical, esse caráter inédito é duplo; acrescenta-se à exclusividade da enunciação, a atualização de uma unidade ainda não existente como elemento efetivo, mas apenas como virtualidade do sistema. (p.139)

Percebe-se claramente o eco da perspectiva benvenistiana nessa passagem de Barbosa. Poderíamos pensar, portanto, que a previsão de uso apresentada acima por Bechara não se sustentaria uma vez que há o caráter inédito da enunciação em todo evento neológico, que garante uma relação forma/sentido muito singular. Contudo, não é isso que tem sido visto na literatura a respeito. A tendência é procurar repetibilidade de formas/sentidos. Para ficar em apenas um exemplo, diz Alves (2004) “vários sufixos nominais associam-se a bases verbais a fim de formarem substantivos e adjetivos neológicos cujo significado está relacionado com a ação verbal: -ança, -ção, -mento expressam tal ação” (p.30).

Nossa questão é: *juntação*, acima, está relacionado com a ação verbal *juntar*? Acreditamos que não.

Primeiramente, na relação eu-tu estabelecida entre A. e K., o primeiro se coloca como “eu” e, através da mobilização do aparelho de funções (cf. Benveniste em *O Aparelho Formal da Enunciação* (1970)), dá uma ordem “agora tudo junto!”. Essa ordem é ouvida por “tu”, K., como “junte!”, mas o objeto a que “juntar” se refere (as sílabas vo-ta-ção) só foi recuperado em parte por K. (apenas -ção), daí que, ao se colocar como “eu”, dizer o neologismo *juntação* retoma as formas do verbo “juntar” e da sílaba -ção, mas não o sentido. O sentido da enunciação que advém da *sintaxe de enunciação juntação*, portanto, não se refere ao ato de juntar, mas sim ao de reconhecimento de que é esperado que ele atenda à ordem do irmão ao unir sílabas, ainda que não as desejadas.

Há ainda uma outra instância envolvida nessa análise, da qual decorre um outro sentido. Se recuperarmos toda a cena enunciativa, observamos que a mãe corrige K.: “não é com essa letrinha, é votação”. Estamos diante de uma relação eu-tu em que mãe se coloca no lugar de “eu”, detentora do conhecimento sobre a língua (ele) e dirige a palavra a “tu”, K. A mãe, ao dizer

“votação”, não só atesta seu conhecimento sobre a língua como reconhece que, apesar da forma “errada” dita por Klaus (lotação), ela entendeu o sentido de *votação*. Podemos pensar que sua asserção visou exclusivamente à *forma*, e não ao *sentido*. Antes mesmo que K. pudesse enunciar qualquer coisa, A. se coloca no lugar de “eu”, ou seja, no lugar de corretor, de quem sabe sobre a língua (ele), e pede que o irmão repita sílabas soltas. Ao não fazer a união das sílabas esperadas, e sim de parte do enunciado do irmão com uma das sílabas, K., de um lado, atende à ordem do irmão ao mesmo tempo em que nega fazer a correção. Corrigir o quê?, poderia se pensar, se desde o início, tanto mãe e irmão, atestaram compreender o sentido da enunciação de K. (ambos ao enunciarem a palavra *votação*). Isso parece demonstrar que a construção da referência, nessa cena enunciativa, se dá, para K., em função do sentido, e para mãe e irmão, em função da forma.

Finalizando, acreditamos que o neologismo *juntação*, ao invés de se referir à ação do verbo juntar, é de tal maneira singularmente sintagmatizado que dele advém um duplo sentido: de reconhecimento de que se deve atender a uma ordem e de negação de correção.

Esse sentido que advém da enunciação em função de uma *sintaxe de enunciação* específica demonstra que, em se tratando de uma análise de fatos de língua sob o viés que ora propomos, isto é, decorrente de um *fazer lingüístico trinitário*, não é possível prever *a priori* o sentido de determinada forma da língua. É somente na e pela enunciação que forma ganha sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos elaborar princípios de análise enunciativa de fatos de língua. Para tanto, precisamos sustentar o lugar epistemológico desde o qual enunciamos.

Assim, verificamos, primeiramente, a existência de duas formas de pensamento que organizam a razão no mundo Ocidental nos dias de hoje: a binariedade e a trindade. Constatamos que a interpretação corrente da teoria benvenistiana deriva de sua inscrição na ordem da binariedade, isto é, ele é considerado estruturalista. Nosso olhar sobre as análises não se conforma com a ordem binária, e sim com a trinitária. Daí que buscamos evidenciar a possibilidade de uma leitura trinitária da obra de Benveniste.

Constatada tal possibilidade, procuramos desenvolver o que nela está implicado. Quer dizer, não é apenas a teoria benvenistiana que carrega traços de trindade, todo o fazer lingüístico está aí inscrito. Nesse sentido, o lingüista, os fatos de língua e a teoria são concebidos como da ordem da incompletude, isto é, como abertos a exterioridades.

Em suma, acreditamos que os princípios de análise enunciativa de fatos de língua aqui elaborados dizem sobre a existência de uma nova forma de fazer lingüístico. Diferentemente daquela ditada pela binariedade, esta, aqui por nós chamada de trinitária, sustenta não apenas as análises lingüísticas realizadas pelo nosso grupo de pesquisa acerca dos distúrbios de linguagem, mas toda e qualquer busca por explicação/descrição de fatos de língua que levem em consideração “la présence d’un sujet communicant avec d’autres sujets, dans une interrelation permise, suscitée par la langue”¹¹⁹, interesse de Benveniste, conforme nos indica Normand (1997b:140).

¹¹⁹ “A presença de um sujeito que se comunica com outros sujeitos, em uma inter-relação permitida, suscitada pela língua”.

Longe de ser um ponto final, acreditamos que nossa dissertação é o início de uma longa problematização acerca desse *fazer lingüístico trinitário*. Traçamos o caminho que o fundamenta, esperamos que, aqueles que por ele se interessarem, continuem a traçá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, I.M. Neologia e tecnoletos. In: OLIVEIRA, A. M. P. P & ISQUERDO, A. N. (orgs). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998.
- _____. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: ed. Ática, 2004. (Série Princípios.)
- ARRIVÉ, M. Préface. In: Émile Benveniste vingt ans après. Colloque de Cerisy. *LINX*, Nanterre, número spécial, p. 15-21, 1997.
- BARBOSA, M.A. *Léxico, produção e criatividade: processos de neologismo*. São Paulo: Plêiade, 1996.
- BARTHES, R. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1992. (Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França. Pronunciada dia 07 de janeiro de 1977.)
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BOUQUET, S. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- CARVALHO, N. *O que é neologismo?* São Paulo: Brasiliense, 1984. (Série Primeiros Passos.)
- DOSSE, François. *História do Estruturalismo: o campo do signo: 1945/1966*. V.1. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- DUCROT, O. A descrição semântica em lingüística. In: _____. *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes: 1987.
- DUFOUR, D-R. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- FLORES, V. Sujet de l'énonciation et ébauche d'une réflexion sur la singularité énonciative. In: NORMAND, Claudine (Org.). *Paralleles floues: vers une théorie du langage*. 2009 (no prelo).

_____. Estudos da Linguagem e Psicanálise: das (im)possibilidades se elas existem. In: FERNANDES, C.A.; SANTOS, J.B.C. dos. (Org.). *Percursos da Análise do Discurso no Brasil*. V.1. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 95-110.

_____. *Linguística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. *Linguística e o sintoma na linguagem: a instância da falha na fala*. (Projeto de pesquisa enviado à COMPESQ.) Porto Alegre, 2003.

_____. Benveniste e o sintoma de linguagem: a enunciação do homem na língua. In: *Letras*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras, n. 33, p. 99-118, jul/dez, 2006.

_____. et al. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, V.; BARBISAN, L.; TEIXEIRA, M. (orgs). Colóquio leituras de Émile Benveniste. *Letras de Hoje: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, Porto Alegre, Edipucrs, v.39, n.4, p.1-237, dez. 2004.

FLORES, V.; SURREAUX, L.M.; KUHN, T.Z. Enunciação e sintoma de linguagem: um estudo sobre as relações metafóricas e metonímicas. In: *Calidoscópico*. V.3, n 2, mai/ago, 2005.

FLORES, V.; TEIXEIRA, M. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo. Contexto, 2005.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GADET, F. & PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.

JAKOBSON, R. A afasia como um problema lingüístico. Tradução: Gilda Maria C. de Azevedo. In: LEMLE, M.; LEITE, Y. *Novas perspectivas lingüísticas*. Petrópolis: Vozes, 1970. p. 43-54.

MILNER, J-C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

_____. *Introduction à une science du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

NORMAND, C. *Allegro ma non troppo: invitation a linguistique*. Paris: OPHRYS, 2006.

_____. *Bouts, brins, bribes: petite grammaire du quotidien*. Paris: Le Pli, 2002a.

_____. Lectures de Benveniste: quelques variantes sur un itinéraire balisé. In: Émile Benveniste vingt ans après. Colloque de Cerisy. *LINX*, Nanterre, numéro spécial. 1997a. p. 25-37.

_____. Intérieur/extérieur: fonction d'une métaphore. In: *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 50, 1997b. p. 127-144.

_____. Constitution de la sémiologie chez Benveniste. In: Extension et limites des théories du langage (1880-1980). *Histoire Épistémologie Langage*. Tome11-fascicule II, 1989. p. 141-169.

_____. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S; PARLATO, E.M; RABELLO, S. (Orgs) *O falar da linguagem*. Editora Lovise, Série Linguagem, 1996a.

_____. Émile Benveniste: quelle sémantique?. In: Du dire et du discours. Hommage à Denise Maldidier. *LINX*, Nanterre, 1996b. p. 221-238.

_____. De quelques effets de la théorie saussurienne sur une description sémantique. In: *Cahiers Ferdinand de Saussure*, n.54, 2001b. p.163-175.

_____. Sémiologie, Sémiotique, Sémantique: remarques sur l'emploi de ces termes par Émile Benveniste. In: *LINX*, Nanterre, n.44, Spécificité et histoire des discours sémiotiques. 2001a. p. 29-37.

_____. C'est à quel sujet? In: Comme la lettre dit la vie. Mélanges offerts à Michèle Perret. *LINX*, Nanterre, numéro spécial, 2002b. p. 297-304.

_____. Le sujet dans la langue. In: *Langages*, Paris, n. 77, 1985. p.7-19.

_____. Linguistique et/ou psychanalyse: de leur relation si elle existe. In: ARRIVÉ, M. ;NORMAND, C. *Linguistique et Psychanalyse*: Colloque international de Cerisy-La Salle (septembre 1998). Paris: In Press Éditions, 2001c.

ONO, A. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Lambert-Lucas, Limoges, 2007.

PERROT, J. Benveniste et les courants linguistique de son temps. In: *Émile Benveniste Aujourd'hui*, 1983. p. 13-33.

SILVA, C.L.C.S. A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2007

SILVEIRA, E. M. A posição do lingüista. In: FERNANDES, C.A.; SANTOS, J.B.C. dos. (Orgs.). *Percursos da Análise do Discurso no Brasil*. São Carlos: Claraluz, 2007, v. 1, p. 111-118.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.

PÊCHEUX, M. Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas. In: *Cadernos de Tradução*, n.4, p. 35-55, outubro 1998.

ROCHA, L. C. A. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

TEIXEIRA, M. O objeto língua: unidade constituída pela ausência. In: *Letras de Hoje*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, v.34, n.2, p.31-64, jun. 1999.

_____. Sessão de abertura ao 1º Colóquio Leituras de Émile Benveniste. In: *Letras de Hoje*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, v.39, n.4, p.7-8, dez. 2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)